

Thaís Moreira Silva

A CONSTRUÇÃO DO TIPO *FOI FEZ*: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Universidade Federal de Juiz de Fora

Faculdade de Letras – FALE

Juiz de Fora/MG

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Thaís Moreira Silva

A CONSTRUÇÃO DO TIPO *FOI FEZ*: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda

Juiz de Fora/MG

2010

BANCA EXAMINADORA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística e aprovada pela seguinte banca examinadora.

Profa. Dra. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda – Orientadora
FALE/UFJF

Profa. Dra. Nilza Barrozo Dias
UFF

Profa. Dra. Neusa Salim Miranda
FALE/UFJF

Em memória de minha querida,
guerreira e saudosa avó,
Ivan-n.

“Tenho pensamentos que, se pudesse revelá-los e
fazê-los viver, acrescentariam nova luminosidade às
estrelas, nova beleza ao mundo e maior amor ao
coração dos homens.”

O Eu Profundo – Fernando Pessoa

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas
usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e
esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre
aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se
não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à
margem de nós mesmos.”

Tempo de Travessia – Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda, por ter me acolhido em um momento decisivo do curso de mestrado e pela ‘empolgação’ sempre presente diante de nossa investigação.

À minha ex-orientadora Nilza Barrozo Dias, que me ajudou a dar os meus passos iniciais nas pesquisas linguísticas, pela amizade cultivada nesses anos de convivência, pelas sugestões de pesquisa e pelo apoio dado desde o início.

Ao professor Mario Roberto Lobuglio Zágari, que me inspirou muito a seguir nos projetos de iniciação científica. Orgulho-me de ter feito parte de seu grupo de alunos na graduação.

À professora Angélica Rodrigues, cujo trabalho serviu de grande inspiração para o desenvolvimento do presente trabalho, pelo envio de textos cruciais à minha pesquisa.

À professora Amitza Torres Vieira, pela enorme disposição em me atender sempre que precisei discutir algum tópico, pelos comentários e pelas sugestões no meu curso de mestrado.

Aos professores do Departamento de Letras, pelos debates e seminários que tanto engrandeceram nosso conhecimento.

Ao professor William Valentine Redmond, pela confiança depositada em meu trabalho.

À minha supervisora Célia Aguiar de Almeida Costa, pelo expressivo incentivo à carreira acadêmica, pelos inúmeros conselhos e sugestões sobre minha vida profissional e acadêmica.

Ao meu vovô Lindolfo, pelo carinho e cuidado sem medida com sua neta mais velha.

Aos meus pais, Cristina e Lucimar, à minha irmã Tamires, às minhas tias e aos meus primos, pela compreensão fundamental.

Às minhas amigas/companheiras/parceiras Mariana Barata, Sofia, Manuela e Carol, pela constante presença em minha vida, pelo apoio em todos os momentos, pela amizade mais que verdadeira.

Às minhas colegas de trabalho na Cultura Inglesa Lúcia e Marilza, pela incansável paciência e compreensão.

Ao Wallace pela enorme disposição em realizar minhas idéias.

À professora e grande amiga Adriana Lopes Staico, por ter me acolhido como sua 'filha legítima'.

Às '*babes*' Marcela e Alessandra, pela constante divisão de materiais na Cultura Inglesa.

À professora e amiga Elizabeth Alves Schelb, pelo importante diferencial que fez e faz na minha vida, pela confiança de sempre.

Aos meus amigos "Granberyenses", pela afetuosa acolhida e pela confiança depositada em meu trabalho.

Às minhas coordenadoras Tilê e Marcinha, pelo apoio e acolhida de sempre.

Aos meus amigos Alexandre Ramos Flávio, Rich Brymer, Margriet van de Kaa, Caroline Hindriks, Chang Hsaing Tzu, Aaron Burley, Tânia Macedo, Flemming Christiansen, Alex Witty, por estarem sempre por perto, mesmo estando longe.

Aos amigos dos fóruns internacionais do Dream Theater, John Petrucci, Mike Portnoy, Jordan Rudess e James LaBrie, pelos momentos de descontração.

Aos meus queridos alunos da Cultura Inglesa e do Colégio Granbery, pelos constantes "I love you" que iluminam os meus dias.

Ao amigo e colega da Cultura Inglesa e do Colégio Granbery, o professor Alexandre Nascimento Mograbi por ter feito o "abstract" de minha dissertação como um presente.

Ao grande amor de minha vida, pelo apoio e amor declarado desde o primeiro momento em que nossos olhares e corações se encontraram de verdade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a construção *Foi Fez* – doravante, CFF –, a qual foi descrita e analisada por Rodrigues (2006, 2009) como um novo padrão construcional no português brasileiro. Embora os trabalhos realizados pela autora contribuam bastante para análise da CFF, há ainda lacunas e importantes questões controversas a serem debatidas. Apesar de ter discutido o estatuto teórico da gramaticalização em sua tese de doutorado, Rodrigues (2006) não conseguiu encontrar subsídios para afirmar que a CFF – enquanto construção – constitui um caso de gramaticalização. Esta dissertação, portanto, tem como objetivo avançar em relação à proposta de Rodrigues (2006, 2009) na medida em que busca corroborar a hipótese de que a CFF representaria um caso de gramaticalização de uma construção, em que V1 atuaria com escopo de subjetificação (TRAUGOTT, 1995, 2010) em relação a V2 e a todo conteúdo proposicional.

Com o intuito de validar tal hipótese – e considerando que a CFF é mais encontrada em situações reais de fala –, optamos por trabalhar com *corpora* que recobrissem a modalidade falada. Mais especificamente até, optamos por trabalhar com *corpora* que representassem o dialeto mineiro, a saber: a) o *corpus* do projeto “Fala Mineira”, constituído pela Profa. Nilza Barrozo Dias, na Universidade Federal de Juiz de Fora; b) o *corpus* do projeto “Mineirês: a construção de um dialeto”; constituído pela Profa. Jânia Martins Ramos, na Universidade Federal de Minas Gerais; c) o *corpus* do projeto “Corpus Conceição de Ibitipoca”, constituído pela Profa. Terezinha Cristina Campos de Resende.

PALAVRAS-CHAVE: CFF; gramaticalização; construção; subjetificação.

ABSTRACT

The present work has as its objective the study of the construction “*Foi Fez*” – henceforth FFC –, which was described and analysed by Rodrigues (2006, 2009) as a new constructional pattern in Brazilian Portuguese. Although the author’s works contribute heavily to the analysis of the FFC, there are still gaps and important controversial questions to be debated. Despite discussing the theoretical status of grammaticalization in her doctoral thesis, Rodrigues (2006) did not succeed in finding recourse to state that FFC – as a construction – constituted a case of grammaticalization. This dissertation, therefore, aims to advance towards the proposal of Rodrigues (2006, 2009) in so far as we aim to corroborate the hypothesis that the FFC would represent a case of grammaticalization of a construction, wherein V1 would act within the scope of subjectivation (TRAUGOTT, 1995, 2010) in relation to V2 and to all prepositional content.

For validating the established hypotheses – and considering that the FFC is more encountered in real situations of speech –, we opted for working on *corpora* that could recover the spoken modality. Even more specifically, we opted for working on *corpora* that could represent the dialect from Minas Gerais, that is: a) the *corpus* of the project “Fala Mineira”, constituted by Professor Nilza Barrozo Dias, at Federal University of Juiz de Fora; b) the *corpus* of the project “Mineirês: a construção de um dialeto”, constituted by Professor Jânia Martins Ramos, at Federal University of Minas Gerais; c) the *corpus* of the project “Corpus Conceição de Ibitipoca”, constituted by Professor *Terezinha Cristina Campos de Resende*.

KEYWORDS: FFC; grammaticalization; construction; subjectification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I - Gramaticalização	
Introdução	17
1.1. Gramaticalização: um panorama geral	18
1.1.1. Visão multissistêmica da gramaticalização	31
1.1.2. Gramaticalização enquanto processo de subjetificação	34
1.4. Conclusões.....	39
Capítulo II - As construções do tipo “Foi Fez” no Português Brasileiro	
Introdução.....	41
2.1. Uma breve nota sobre os verbos seriais	42
2.2. As construções do tipo “Foi Fez” segundo Rodrigues (2006)	49
2.3. As contribuições de Rodrigues (2009): V1 como sequenciador intensificador	66
2.4. Conclusões.....	69
Capítulo III – Pressupostos metodológicos	
Introdução.....	71
3.1. Os <i>corpora</i> analisados.....	71
3.2. Análise Qualitativa Realizada	76
Capítulo IV - Análise dos resultados	
Introdução	78
4.1. CFF: um caso de gramaticalização/subjetificação.....	79
4.1.1. O estatuto teórico da modalização epistêmica, da evidencialidade, da avaliação e da noção de contra-expectativa.....	79
4.1.1.1. Modalização epistêmica e evidencialidade.....	80
4.1.1.2. Avaliação	85
4.1.1.3. A noção de contra-expectativa.....	92
4.1.2. Descrição semântica de V1.....	99
4.1.3. Descrição semântica de V2 “dicendi”	102
4.1.4. Análise dos dados.....	109
4.1.5 Conclusões.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS e GRÁFICOS

Quadros

Quadro 1 - Correlação de parâmetros de gramaticalização	25
Quadro 2 - Critérios responsáveis por definir o grau de gramaticalidade/vinculação entre orações	28
Quadro 3 - <i>Cline</i> de combinação de cláusulas	29
Quadro 4 - <i>Cline</i> de combinação de cláusulas	30
Quadro 5 - <i>Cline</i> de unidirecionalidade proposto por Traugott para o processo de subjetificação e intersubjetificação	37
Quadro 6 - <i>Continuum</i> proposto por Rodrigues (2009,p.277) na relação hierárquica entre os tipos de construções envolvidos no contexto de formação da CFF	69
Quadro 7 - Referência geográfica das localidades em relação a Juiz de Fora e número de habitantes	73

Tabelas

Tabela 1 – Número de palavras que compõem cada <i>corpus</i> analisado.....	72
Tabela 2 - Ocorrência da CFF nos <i>corpora</i> analisados	75
Tabela 3 – Ocorrência da CFF com verbos dicendi.....	103

Figuras

Figura 1 - Evidencialidade e suas classificações.....	84
--	----

INTRODUÇÃO

O estudo das construções do tipo *Foi Fez* – doravante, CFF – ganhou destaque no cenário linguístico desde que Rodrigues (2006) iniciou, em sua tese de doutorado, uma investigação deste padrão construcional. A CFF origina-se a partir de uma sequência mínima de dois verbos – V1 e V2 –, em que V1 pode ser preenchido pelos verbos ‘pegar’, ‘chegar’, ‘virar’, ‘ir’, ‘vir’ e V2 é relativamente livre. Apesar de a CFF possuir características compartilhadas com as cláusulas coordenadas, com as construções com verbos seriais e com as construções com verbos auxiliares, Rodrigues (2006) defende que se trata de uma construção diversa e única, em que V1 enfatizaria e/ou dramatizaria os eventos descritos em V2. Para contextualizar melhor a ocorrência da CFF – cuja presença é favorecida na modalidade oral –, apresentamos abaixo três enunciados que podem exemplificá-la¹:

(1) Então sua irmã deixou você sozinha e com sua prima?

Eh. Saiu ela e minha prima correndo, quer dizer ela correu primeiro e minha prima foi atrás e eu segurei minha outra prima que ela não consegue muito correr. Aí viramos né na ultima curva virei foi a ultima vez que vi a mulher porque depois não deu mais pra vê. Aí quando eu olhei assim minha irmã tava parada numa cerca de uma fazenda numa cancela. Cheguei e to assim, ela queria entrar “calma Ana Paula, espera, se a mulher aparecer à gente entra pra dentro” aí ta, quando depois de uns 30 segundos mais ou menos a mulher apareceu aí minha irmã tava tão pálida, pela 1ª vez, pela primeira não, pela segunda vez que eu a vejo tão pálida. **Ela pegou e abriu a cancela.**
(*Corpus Mineirês* – a construção de um dialeto)

(2) e o enfermeiro assim praticamente um anjo, diz ela que quando abriu o olho olhou aqueles quatro homens em volta dela e falô assim “se eu morri to no paraíso” ((risos)) aí que o **Fernandinho viro e falô assim** “NÃO, TALITINHA, CÊ TÁ VIVA” ((risos))”CÊ TÁ BEM, né?” ela falô “eu to, mas num sai não, deixa eu mais um pouquinho”
(*Corpus Mineirês* – a construção de um dialeto)

¹ As ocorrências aqui listadas foram retiradas de um dos *corpora* analisados para esta pesquisa. No Capítulo III, trataremos pontualmente dos procedimentos que concorreram para a constituição dos *corpora* analisados.

(3) - Nossa cê num sabe quê que foi na década de setenta, ganhá uma Copa... a gente tava lá, num sei o quê... era uma festa. Sabe? É uma alegria, cê num vê os jogador falano que vai dá uma alegria pro pessoal do Brasil, que é sofrido, o povo. Né? Mas é mesmo porque marcô! Porque cê viu. Né? Parece que é uma coisa fácil... **é foi lá, ganhô**... mas num é, dá até uma coisa diferente pra gente. Sabe?
(*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

O Capítulo II deste trabalho promoverá uma análise bastante abrangente das contribuições de Rodrigues (2006) para a descrição da CFF. Será analisado também um trabalho posterior da autora (RODRIGUES, 2009), no qual ela procura expandir a sua análise a respeito deste padrão construcional. Por ora, é importante destacar que, embora os trabalhos de Rodrigues (2006, 2009) contribuam bastante para análise da CFF, há ainda lacunas e importantes questões controversas a serem debatidas.

Apesar de ter discutido o estatuto teórico da gramaticalização em sua tese de doutorado, Rodrigues (2006) não conseguiu encontrar subsídios para afirmar que a CFF – enquanto construção – constitui um caso de gramaticalização. Baseando-se na noção clássica de gramaticalização², pautada na unidirecionalidade [item lexical] > [item gramatical], a autora concluiu que há um processo de gramaticalização que envolve os verbos que ocupam a posição de V1, já que estes passariam por um processo de desbotamento semântico, deixando de serem usados como verbos lexicais plenos (RODRIGUES, 2006, p. 126).

A elaboração desta dissertação configura-se, portanto, como uma tentativa de avançar em relação aos achados e às conclusões de Rodrigues (2006, 2009). E, nesse sentido, partimos da seguinte hipótese: a CFF representaria um caso de gramaticalização de uma construção, em que V1 atuaria com escopo de subjetificação em relação a V2 e a todo conteúdo proposicional, apresentando caráter avaliativo, ou seja, a gramaticalização não se restringiria a V1, tal como postula Rodrigues (2006). Na verdade, teríamos a gramaticalização

² Ressaltamos aqui que o Capítulo I desta dissertação será dedicado a uma revisão teórica do conceito de gramaticalização.

de um novo padrão construcional, em que V1 e V2 ocorreriam conjuntamente na indicação de um único evento a fim de marcar o posicionamento do falante diante do conteúdo proposicional veiculado pelo enunciado, ou seja, a emergência desta construção estaria relacionada a fatores de ordem discursivo-pragmática. Como discutiremos neste trabalho, realmente a noção clássica de gramaticalização não permite considerar a CFF um caso de gramaticalização. Entretanto, quando assumimos que a gramaticalização pode se instanciar a partir do *cline* unidirecional [- subjetivo] > [+ subjetivo] (TRAUGOTT, 1995, 2010), podemos considerar que a CFF representa a gramaticalização de um padrão construcional na língua, a partir do qual os falantes coadunam o uso de dois verbos para marcar suas crenças e atitudes diante do conteúdo proposicional.

Com base na delimitação da hipótese acima a partir da qual se estabeleceu esta pesquisa, faremos, a seguir, uma síntese dos objetivos específicos que nortearam a elaboração de cada um dos capítulos desta dissertação.

No Capítulo I, intitulado *Gramaticalização: pressupostos teóricos*, será apresentado, primeiramente, um panorama geral sobre a noção de gramaticalização. A intenção será, portanto, contrapor a visão tradicional e clássica às abordagens que tomam como base fatores de natureza discursivo-pragmática no tratamento de processos de gramaticalização. E, por fim, nos deteremos na teoria que trata a gramaticalização enquanto um processo de subjetificação (TRAUGOTT, 1995, 2010).

O Capítulo II, intitulado *A construção do tipo 'Foi Fez' no Português Brasileiro*, será dedicado a apresentar os avanços alcançados por Rodrigues (2006, 2009) na investigação das construções do tipo “Foi Fez” no português brasileiro, apontando, paralelamente, as lacunas que podem ser encontradas em sua análise.

No Capítulo III, intitulado *Pressupostos metodológicos*, será apresentada a metodologia que subsidiou a análise dos dados levantados para esta pesquisa. A nossa intenção, portanto, é descrever os *corpora* que analisamos – justificando sua seleção – e detalhar o tratamento que conferimos aos dados durante sua análise.

No Capítulo IV, que se intitula *Análise da construção do tipo ‘Foi Fez’ sob a perspectiva funcionalista*, serão buscadas evidências que visem a corroborar a hipótese enunciada acima. Portanto, é nossa intenção confirmar que a CFF constitui a gramaticalização de uma construção, em que V1 atuaria com escopo de subjetificação em relação a V2 e a todo conteúdo proposicional, apresentando caráter avaliativo.

Por fim, nas *Considerações Finais*, faremos uma síntese dos resultados obtidos e apontaremos tópicos para pesquisas futuras.

CAPÍTULO I

GRAMATICALIZAÇÃO: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo fundamental discutir como a gramática emerge do uso, ou seja, como ela apresenta mecanismos de codificação emergentes, que são consequentes da necessidade de formas mais expressivas. A seguir, apresentaremos os objetivos específicos aos quais se dedica este capítulo.

Primeiramente, apresentaremos um panorama geral dos trabalhos clássicos dedicados ao estudo de processos de gramaticalização, buscando delimitar quais são os principais parâmetros e critérios estabelecidos a fim de aferir os diferentes estágios da gramaticalização. Como procuraremos demonstrar, as teorizações a partir das quais se estabelece a noção clássica de gramaticalização estão erigidas, primordialmente, em uma visão bastante formalista, que concebe a gramaticalização como o processo em que itens gramaticais se desenvolveriam a partir de itens lexicais ou itens gramaticais se tornariam ainda mais gramaticais com o passar do tempo. Conforme veremos, a noção clássica de gramaticalização centra-se fundamentalmente na forma.

Em um segundo momento, apresentaremos algumas postulações de Castilho (2003, 2008), que assume uma visão multissistêmica da gramaticalização ao considerar que não é possível operar uma cisão entre os diferentes domínios que constituem a língua. Como postula claramente o autor, a noção clássica de gramaticalização parte do pressuposto de que a língua pode ser postulada como uma combinação linear de itens separáveis.

A seguir, faremos uma análise de alguns trabalhos que assumem ser a gramaticalização um processo de subjetificação, a partir do qual o falante assumiria/expressaria a sua atitude em relação ao conteúdo proposicional. Conforme veremos, esses trabalhos demonstram claramente que a emergência de novos padrões construcionais na língua está intimamente relacionada à necessidade de formas mais expressivas que visem a expressar o posicionamento dos falantes nas mais diversas situações comunicativas.

1.1. Gramaticalização: um panorama geral

Os estudos de gramaticalização têm sido desenvolvidos primordialmente sob a égide da vertente funcionalista dos estudos linguísticos, que assume como característica principal a concepção dinâmica do funcionamento das línguas. Entretanto, mesmo em trabalhos de cunho funcionalista, encontramos expressa uma visão bastante formal, pautada na noção de que a gramaticalização pode ser resumida ao desenvolvimento de material gramatical a partir de material lexical ou ao fato de itens gramaticais se tornarem ainda mais gramaticais e menos autônomos com o passar do tempo. Desse modo, esta seção dedica-se a apresentar alguns dos principais trabalhos que assumem a noção clássica da gramaticalização, buscando estabelecer parâmetros e critérios que – pretensamente – permitiriam atestar o grau de gramaticalidade/autonomia de um item. Nesta seção, apresentamos, portanto, teorizações tradicionais que sustentam o fenômeno da gramaticalização enquanto processo funcionalista linear, diferentemente da proposta desta pesquisa, que dá relevância aos processos semântico-pragmáticos relacionados ao desenvolvimento de novos padrões construcionais na

língua, corroborando o fato de que a gramática não é uma entidade estática, e sim uma propriedade que emerge através do uso.

O termo gramaticalização foi primeiramente usado por Meillet em 1912, que o definiu como “a atribuição de uma natureza gramatical a uma palavra previamente autônoma” (MEILLET, 1912 *apud* ABRAÇADO 2006, p. 131). Para Meillet, o estudo da mudança linguística pressupõe uma abordagem diacrônica da língua que envolveria a ocorrência de dois processos para o surgimento de uma forma gramatical: a analogia e a gramaticalização. No primeiro caso, ocorreria o aparecimento de novas formas linguísticas através de mudanças superficiais na forma que lhes deu origem, enquanto, no segundo, haveria a passagem de um item lexical para um item gramatical.

Ao observarmos a postura de Meillet, podemos identificar sua forte preocupação com as formas gramaticais individuais de uma língua, deixando de lado sua estrutura. Sua metodologia partia do particular para o geral, ou seja, o autor partia de uma língua individual e depois a comparava com outras línguas. O autor interessou-se não somente em identificar as estruturas que participavam da gramática, mas em entender os mecanismos a que se submeteram para alcançar a gramaticalização. Segundo Meillet (1912 *apud* ABRAÇADO 2006, p.131), os estudos direcionados a chegar à fonte primária de uma dada forma gramatical seriam responsáveis por demonstrar que tal fonte é uma palavra lexical e que a transição é sempre um tipo de *continuum*.

Nesse sentido, é relevante também ressaltar aqui que a gramaticalização tem sido concebida diferentemente pelos estudos que se dedicam a analisá-la (cf. GONÇALVES et al., 2007, p. 16), a saber: como paradigma, como processo, sob a perspectiva diacrônica, sob a perspectiva sincrônica e sob a combinação dessas duas perspectivas, caracterizando a perspectiva pancrônica. Segundo Gonçalves et al. (2007, p. 16), a gramaticalização é vista

como paradigma se investigada de tal maneira que tende a focalizar o modo como as formas gramaticais e as construções surgem e como são usadas. Se encarada como processo, o principal objetivo é fazer uma análise dos itens que se tornam mais gramaticais. Se assumirmos uma postura diacrônica diante do fenômeno, teremos como relevante a explicação de como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua. Já se assumirmos uma postura sincrônica, teremos que identificar os graus de gramaticalidade que uma dada forma desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais que ela sofre sob um enfoque discursivo-pragmático. Com relação à perspectiva panocrônica, temos a combinação das duas últimas perspectivas comentadas, a diacrônica e a sincrônica.

Hopper & Traugott (1993, p. 2) assumiram a perspectiva panocrônica para o estudo da gramaticalização, valorizando sua dimensão histórica. Os autores defendem que a gramaticalização, na perspectiva diacrônica, se processa a partir de um conjunto de mudanças linguísticas a partir das quais um item lexical se torna gramatical ou um item gramatical se torna ainda mais gramatical. Já na perspectiva sincrônica, a gramaticalização é vista pelos autores como um fenômeno pragmático, que deveria ser investigado a partir de padrões de uso da língua. A respeito da perspectiva panocrônica, ou seja, da conjugação das perspectivas sincrônica e diacrônica, Neves (1997 *apud* Abraçado 2006, p. 16) afirma que:

[...] uma posição panocrônica, como diz Burridge (1993), referindo-se a Lichtenberk (1991), acentua a interdependência entre o sistema linguístico e o uso, e entre a natureza fluida da gramática e a importância da história para a compreensão da gramática sincrônica; ou, como ainda diz Burridge (*op. cit.*) em referência a Nichols e Timberlake (1991), enfatiza “a natureza interativa das forças inovativas e idiomatizantes” (p.144), rejeitando a noção de gramaticalização como um processo que vai para ossificação, ou idiomatização.

Podemos perceber que a autora levanta uma discussão sobre o enquadramento da gramaticalização na perspectiva sincrônica e diacrônica e julga que a questão da diacronia

versus sincronia está relacionada à questão da gradualidade e da instantaneidade da gramaticalização. Sobre o caráter gradual do fenômeno, a autora o enquadra, nesse sentido, no ponto de vista histórico:

[...] o processo é gradual: o que ocorre é que, embora se possa encontrar, num determinado momento, uma estrutura substituindo completamente outra, por um considerável período de tempo coexistem a forma nova e a velha, que entram em variação, sob diversas condições; e essa variação encontrada nada mais é do que o reflexo do caráter gradual da mudança linguística. (NEVES, 1997, p. 118)

Até então, podemos perceber que a gramaticalização pode ser entendida como modificações de características sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de um item linguístico que acarretam a alteração de seu estatuto categorial. Com base nas considerações gerais apresentadas acima sobre o processo de gramaticalização, passaremos, a seguir, a uma análise mais pontual de alguns dos trabalhos mais tradicionais que têm como fundamento aferir os diferentes graus/estágios da gramaticalização.

Frequentemente, a gramaticalização é vista como uma ferramenta linguística com a função de resgatar o percurso diacrônico de algumas formas, podendo ser usada também para a reconstrução interna da gramaticalidade de padrões sincrônicos. As mudanças, que se caracterizam como gramaticalização vista enquanto processo, se dão sempre de modo gradual, disponíveis numa escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade/abstratização. Quando falamos em uma escala unidirecional nos estudos de gramaticalização, é crucial assumir uma definição clara acerca da unidirecionalidade. Segundo Campbell (2001 *apud* GONÇALVES *et al.* 2007, p. 38), a falta de consenso a respeito desse tema entre os investigadores se dá devido às diferentes concepções do fenômeno, a saber: como uma hipótese passível de verificação empírica, como fazem Hopper & Traugott (1993),

ou como propriedade definidora do processo de gramaticalização em si, como postulam Heine *et al.* (1991, p. 4).

Ao analisarem os deslizamentos das classes de palavras, Hopper e Traugott (1993) os intitularam de *continuum* ou *cline*, que devem ser compreendidos num trabalho baseado em pesquisa de ordem sincrônica. Os autores dão ênfase aos contextos específicos nos quais a gramaticalização ocorre e afirmam que o deslizamento [lexical] > [gramatical] não é direto, e sim que a escala [item lexical usado em contextos linguísticos específicos] > [sintaxe] > [morfologia] corrobora que itens lexicais que se tornam gramaticalizados executariam, primeiramente, funções necessariamente discursivas, tornando-se, em um segundo momento, sintaticamente fixos e, por fim, constituiriam um morfema. De forma simplificada, os autores resumem sua postulação da seguinte forma: “existe uma relação entre dois estágios A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não o inverso. Isso é o que se entende por unidirecionalidade” (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 95).

Para Heine *et al.* (1991), a unidirecionalidade sempre se movimenta da esquerda para a direita³, de categorias cognitivas mais próximas do indivíduo [concretas] para categorias cognitivas mais distantes do indivíduo [abstratas]. Para o autor, a partir da ordenação de categorias cognitivas, a unidirecionalidade seria estabelecida da seguinte maneira: *pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade*.

Podemos perceber que, de acordo com a proposta de Heine *et al.* (1991), a metáfora estaria diretamente envolvida na gramaticalização como pragmaticamente motivada. Nela, o desenvolvimento das estruturas gramaticais poderia ser desenhado em termos de algumas categorias cognitivas básicas, partindo sempre da esquerda para a direita. A partir da escala

³ Frajzyngier (1996 *apud* GONÇALVES *et. al.*, 2007) postulou a hipótese da bidirecionalidade da gramaticalização ao analisar as orações condicionais e temporais nas línguas chádicas. O autor apresentou evidências de que existem dois *continua*, na medida em que orações condicionais se desenvolvem em temporais e vice-versa.

metafórica *pessoa* > *objeto* > *processo* > *espaço* > *tempo* > *qualidade*, itens já existentes seriam introduzidos em novos contextos ou usados em novas situações por meio da extensão de significados.

Além da unidirecionalidade, outra questão tem sido amplamente discutida pelos trabalhos clássicos que tratam da gramaticalização: a delimitação de critérios e parâmetros que permitiriam atestar os diferentes graus do processo de gramaticalização e a perda de autonomia por parte dos itens gramaticalizados. Nesse cenário, destacam-se os trabalhos de Hopper (1991), que busca delimitar os estágios iniciais da gramaticalização, e Lehmann (1995 [1982]), que investiga o grau de autonomia das formas em estágios mais avançados de gramaticalização. A seguir, faremos uma breve apresentação dos principais postulados destes dois trabalhos.

Em seu trabalho de 1991, Hopper estabelece que a gramática de uma língua é sempre emergente e assume que seria possível reconhecer graus variados de gramaticalidade, a saber: a estratificação, a divergência, a especialização, a persistência e a decategorização. Apresentamos resumidamente abaixo as diferentes etapas postuladas por Hopper (1991):

(a) estratificação (*layering*): novas camadas estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas, isto é, ao surgirem novas formas funcionais, a substituição das equivalentes preexistentes não é imediata. Dessa forma, podemos afirmar que uma ou mais estruturas, de funções semelhantes ou idênticas, podem coexistir na língua e que uma estrutura emergente pode demorar séculos para substituir outra (ou nunca fazê-lo), podendo as estruturas concorrentes ter significados sutilmente diferentes ou, até mesmo, serem alternativas estilísticas;

b) divergência (*divergence*): a unidade lexical que dá origem ao processo de gramaticalização pode manter suas propriedades originais. Nesse caso, a forma original

subsistiria como elemento autônomo, ou seja, um item em processo de gramaticalização, ao se tornar um clítico ou afixo, manteria sua forma original, que permaneceria como um elemento autônomo, igualmente sujeito a mudanças;

(c) especialização (*specialization*)⁴: as formas assumiriam significados gramaticais e as mudanças semânticas se reduziriam, isto é, haveria um estreitamento de escolhas que caracteriza uma construção gramatical emergente. Dessa forma, nuances semânticas de uma variedade de formas poderia sofrer uma redução, e um número menor de formas assumiria significados mais gerais, podendo ou não levar a uma gramaticalização;

(d) persistência (*persistence*): alguns traços do significado original persistiriam e poderiam restringir a distribuição da forma gramatical em processo de gramaticalização. Tal princípio, segundo Hopper (1991), relacionaria o significado e a função de uma forma gramatical com sua história como um morfema lexical;

(e) decategorização (*decategorization*): envolveria perda das marcas morfológicas e características sintáticas das categorias plenas – nome (N) e verbo (V) – que assumem características secundárias de adjetivo e preposição. Nesse caso, o autor assume que nome e verbo seriam instâncias prototípicas das funções discursivas básicas de identificação de participantes e de relatos de eventos. Temos, segundo Thompson e Hopper (1984 *apud* HOPPER 1991, p. 30), perda de N e V, ou seja, perda da autonomia discursiva, já que eles podem perder os traços categoriais ao assumirem a função de marcador discursivo.

Podemos observar que Hopper (1991), ao estabelecer seu conjunto de princípios, tem como objetivo suplantar as afirmações de Lehmann (1995[1982]) – que serão sintetizadas a seguir –, na medida em que seus cinco princípios conferem aos elementos em análise o grau

⁴ Semelhante ao princípio de *obligatorification*, proposto por Lehmann (1988), segundo o qual as formas opcionais tendem a se tornar obrigatórias.

de ‘mais’ ou ‘menos’ gramaticalizados, não visando, portanto, a estabelecer se eles pertencem ou não à gramática.

Já o trabalho de Lehmann (1995[1982]) se dedica à análise de estágios mais avançados de gramaticalização. A partir do estabelecimento de seis parâmetros, o autor busca fornecer as bases que seriam necessárias para se aferir o grau de autonomia de um item e, portanto, também o seu grau de gramaticalidade. Apresentamos a seguir os parâmetros postulados por Lehmann (1995 [1982]):

Quadro 1 - Correlação de parâmetros de gramaticalização (adaptado de Lehmann, 1995 [1982], p. 164)

	Parâmetros	Gramaticalização Incipiente	Processo	Gramaticalização Avançada
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Item possivelmente polissilábico, com muitos traços semânticos	Atrição	Item geralmente monossilábico, com poucos traços semânticos
	Paradigmaticidade (coesão)	Participação ‘frouxa’ do item em um campo semântico	Paradigmaticização	Item integra paradigma pequeno, altamente integrado
	Variabilidade Paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as intenções comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo sintagmático	Escopo (peso)	Relação do item com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica a palavra ou a raiz
	Conexidade (coesão)	Justaposição do item independentemente	Coalescência	Item é afixo ou traço fonológico
	Variabilidade Sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

O parâmetro da integridade designa o tamanho substancial de um signo, em termos de sua matriz semântica e fonológica. Segundo Lehmann (1995 [1982]), tal parâmetro diferencia um signo dos demais membros de sua classe, fazendo com que ele se sobressaia, de forma contrastiva, em relação aos outros signos, devido à atrição fonológica e ao *bleaching* (desbotamento) semântico. Esse desgaste semântico e fonológico ocorreria devido ao crescimento da frequência de uso.

A paradigmaticidade tem a ver com o grau de coesão que um dado item apresenta em relação a outros em um paradigma. Tal medida é feita pela quantidade de similaridades entre seus membros integrantes e pela regularidade nas discrepâncias entre eles, levando-se em conta a integração formal e semântica de um paradigma como um todo e a integração formal e semântica do item que está sendo analisado dentro desse paradigma. O autor conclui que paradigmas altamente gramaticalizados tendem a ser menores do que aqueles menos gramaticalizados.

A variabilidade pragmática refere-se à possibilidade de uso de um outro item em lugar daquele em processo de gramaticalização. O usuário da língua teria, assim, a liberdade de escolher um signo dentre aqueles que pertencem ao mesmo paradigma ou descartar todos eles, deixando em seu lugar uma categoria não-marcada disponível para aquela situação de uso.

O escopo ou peso sintagmático de um item faz referência à extensão da construção que ele ajuda a formar. Para o autor, quanto maior o grau de gramaticalização de um item, menor será seu escopo, ou seja, haveria, nesse caso, um 'encurtamento' das formas gramaticalizadas.

A conexidade ou coesão sintagmática nos auxiliaria a investigar a coesão de um dado item em relação a outro, isto é, o grau a partir do qual ele se conecta a outros signos ou o grau

de dependência entre eles. Dessa forma, temos formas adjacentes que se aglutinam, como é o caso de 'em boa hora', que originou 'embora'.

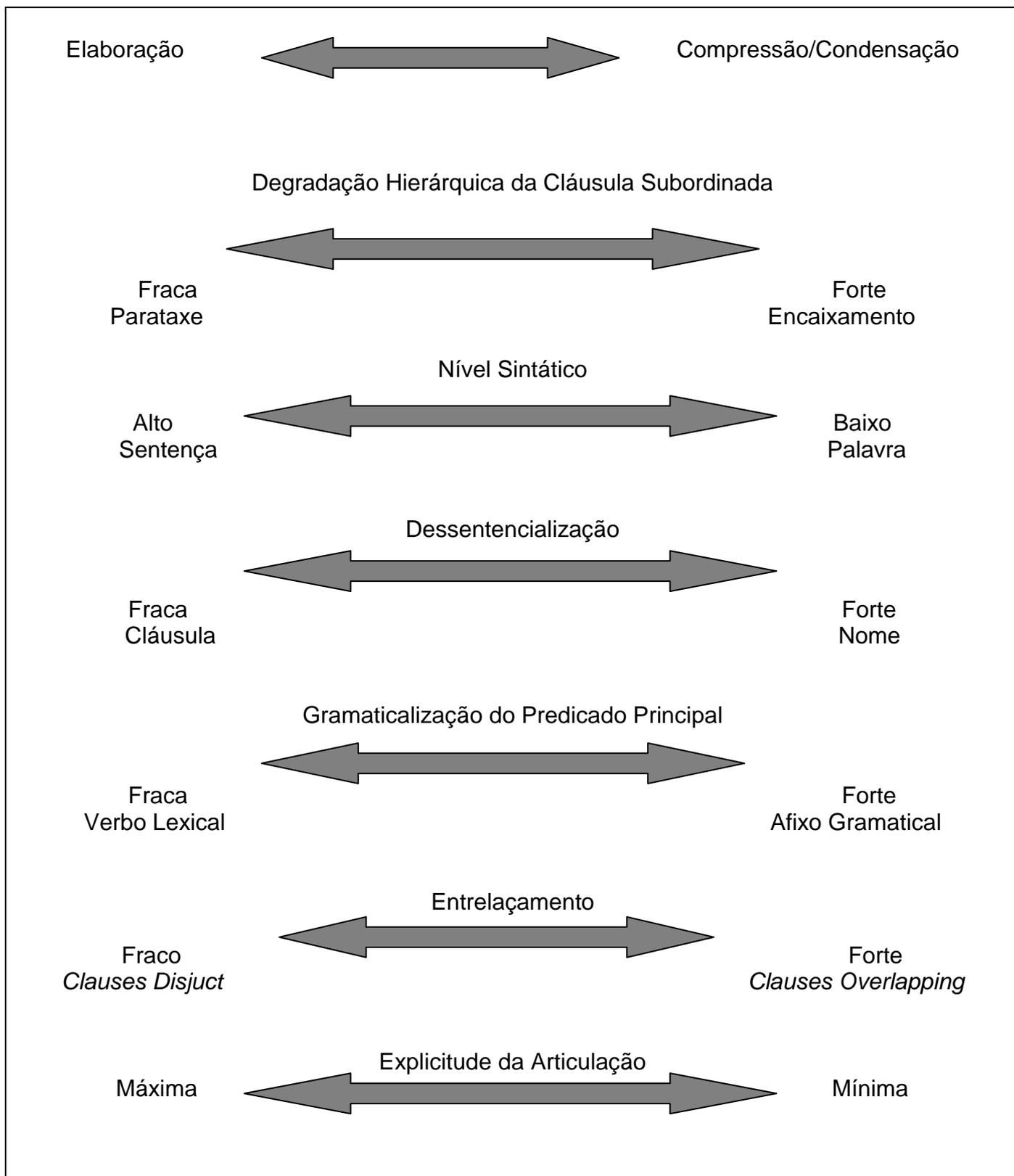
Por fim, a variabilidade sintagmática de um dado item refere-se à possibilidade de sua movimentação na construção em que ele ocorre. A fixação deste item dentro de um sintagma significa que seu grau de gramaticalidade é maior, isto é, ordens lineares tornam-se fixas.

Além de todos esses parâmetros, Lehmann (1988) também propõe critérios para atestar o grau de gramaticalização de sentenças complexas, deixando de lado a investigação baseada nas dicotomias coordenação/subordinação e parataxe/hipotaxe e substituindo-as por alguns *continua* que consideram níveis de maior ou menor vinculação sintática entre as orações. Segundo o autor, estes seriam os critérios sintáticos responsáveis por definir o grau de gramaticalidade/vinculação entre orações:

- a. degradação hierárquica da cláusula subordinada;
- b. nível do constituinte sintático ao qual a oração subordinada se liga;
- c. dessentencialização da subordinada;
- d. gramaticalização do verbo principal;
- e. entrelaçamento das duas orações e
- f. explicitude da articulação.

Baseado nesses critérios, o autor deu origem a um conjunto de *continua*, que se iniciam de um pólo de máxima elaboração e vão a outro de máxima condensação de informação lexical ou gramatical. Analisando sua estratégia de investigação das relações sintáticas possíveis, podemos perceber que a coordenação e subordinação ocupam as extremidades opostas:

Quadro 2 – Critérios responsáveis por definir o grau de gramaticalidade/vinculação entre orações
(adaptado de Lehmann, 1988, p. 217)



Como acréscimo a esses *continua*, Lehmann (1988) prevê estruturas intermediárias entres esses dois extremos, como orações correlatas⁵, cláusulas nominais fraca ou fortemente dessentencializadas, cláusulas adverbiais fortemente nominalizadas, serialização verbal etc.

Já Hopper & Traugott (1993, p. 170) estabelecem o *continuum* que envolve a diferenciação entre parataxe, hipotaxe e subordinação como base para se aferir o grau de gramaticalidade/vinculação entre orações:

Quadro 3 – *Cline* de combinação de cláusulas (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 170)

Parataxe	➤	Hipotaxe	➤	Subordinação
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento
- dependência		+ dependência		+ dependência

Segundo os autores, a parataxe é caracterizada por uma independência relativa. O elo semântico é inferido pela relevância e pelo sentido que emerge da conjunção das cláusulas envolvidas. O encaixamento de uma cláusula dentro da outra não é previsto, já que esse grupo é formado por orações coordenadas e justapostas, e sua relação semântica se dá por inferência. Já na hipotaxe, haveria uma relação de interdependência entre as cláusulas que podem ser núcleo e margem. Neste grupo, estão incluídas as orações adverbiais e as relativas apositivas. E finalmente, nas subordinadas, existiria uma total dependência entre a oração matriz e a oração encaixada. Neste grupo, estariam inseridas as orações completivas e as relativas restritivas, já que haveria encaixamento de toda a margem dentro de um constituinte do núcleo.

⁵ As orações são classificadas como correlatas quando, através de uma relação de interdependência, elas são estritamente ligadas por expressões conectivas.

Como ainda estamos tratando de uma escala representativa, podemos perceber que, no modelo proposto acima, teríamos, na extremidade esquerda, relações sintáticas mais frouxas enquanto, na extremidade direita, teríamos relações sintáticas mais integradas. Transpondo toda essa informação para o terreno da gramaticalização, podemos dizer que a escala partiria de estruturas menos gramaticalizadas para estruturas mais gramaticalizadas. Assim, quanto maior for o grau de integração das orações, mais avançado estará seu estágio de gramaticalização e os graus de integração/vinculação que, segundo Hopper & Traugott (1993, p. 170), podem ser identificados a partir de quatro critérios: conectividade, encaixamento, concordância de tempos e modos verbais e experiência do locutor.

O critério encaixamento é visto como incorporação da margem dentro do escopo do núcleo. A concordância de tempos e modos verbais pressupõe um maior entrelaçamento clausal, e a experiência do sujeito seria também crucial para um grau maior de integração entre as orações, já que ela é vista como associada ao *arraigamento do evento na experiência imediata do sujeito (falante/escritor)*. Dessa forma, Hopper & Traugott (1993, p. 171) estabeleceram o seguinte quadro que representa as propriedades que seriam relevantes para o *cline* de combinação de cláusulas:

Quadro 4 - *Cline* de combinação de cláusulas (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p. 171)

Parataxe _____ (Independência)	Hipotaxe _____ (Interdependência)	Subordinação (Dependência)
Núcleo _____	_____	Margem
Integração Mínima _____	_____	Integração Máxima
Máxima Ligação Explícita _____	_____	Mínima Ligação Explícita

Portanto, podemos acrescentar que, quanto ao processo de gramaticalização, Hopper & Traugott (1993, p. 68) prevêem que as mudanças de significado e as estratégias cognitivas que as motivam são decisivas nos estágios iniciais desse processo e estão crucialmente ligadas à expressividade. Assim, a gramaticalização estaria profundamente relacionada a aspectos de ordem pragmática – como discutiremos na seção 1.1.3, e o discurso não seria algo externo à gramática.

1.1.1. Visão multissistêmica da gramaticalização

Para Castilho (2003), o processo da gramaticalização é dividido em multissistemas, pois a língua, de acordo com a sua concepção, seria um sistema complexo e dinâmico, cujas categorias são agrupadas em quatro subsistemas: (a) léxico; (b) discurso; (c) semântica; (d) gramática. Sua proposta reconhece, portanto, o caráter processual da gramaticalização, discordando claramente da concepção de língua como uma combinação linear de itens separáveis. Partindo dessa visão de língua, o autor afirma que:

[...] a gramaticalização é um processo de criação linguística, o que demandará uma teoria dinâmica sobre a língua. Mais que isso, a gramaticalização é um dentre outros processos de criação linguística, o que demandará a postulação de uma teoria multissistêmica da língua para a identificação dos demais processos. [...] a língua é um multissistema dinâmico, que pode ser graficamente representado numa forma radial, tendo ao centro o Léxico e à volta a Semântica, o Discurso e a Gramática. (CASTILHO, 2003, p.3)

Nesta proposta, temos que a teoria que dará suporte aos estudos da mudança linguística estará direcionada para processos e produtos linguísticos: (a) lexicalização e léxico; (b) semanticização e semântica; (c) discursivização e discurso; (d) gramaticalização e

gramática, já que qualquer tipo de expressão da língua apresentaria simultaneamente características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais.

O Léxico, segundo Castilho (2003, p. 5), é concebido como um conjunto de categorias cognitivas⁶ prévias à enunciação e seria a partir delas que construiríamos os traços semânticos⁷ essenciais, isto é, um conjunto de traços semântico-cognitivos que vão da cognição pré-verbal para a expressão verbal. A Lexicalização é entendida, assim, como um processo que dá origem a novos itens lexicais, dispostos nas classes de palavras ou categorias lexicais.

Quanto à Semântica, o autor defende que a sua função é criar significados a partir de estratégias cognitivas, tais como o emolduramento da cena, a hierarquização de seus participantes, a organização do campo visual, a movimentação real ou fictícia dos participantes, sua reconstrução por meio da metáfora e da metonímia etc.

Já em relação ao Discurso, Castilho (2003, p. 5) afirma que se trata de uma “sorte” de contrato social que se estabelece linguisticamente, de que decorrem os usos linguísticos, concretizados no texto:

[...] esse sistema está fulcrado no eixo dêitico, isto é, na instanciação das pessoas do discurso e em sua localização no espaço e no tempo. Satisfeitas essas condições prévias, dá-se a interação através de estratégias pragmáticas que nos revelam as categorias discursivas de turno conversacional, tópico, foco, unidades textuais etc. (CASTILHO, 1989, 1998 *apud* CASTILHO 2003, p.5)

Vê-se, portanto, que, para o autor, a gramaticalização seria claramente um fenômeno dinâmico, atuante em todos os sistemas da gramática, sem o estabelecimento de uma interdependência entre eles. Assim, o discurso seria o lugar em que se institui a realização

⁶ O autor entende por categorias cognitivas visão, objeto, espaço, tempo, movimento, evento etc. e por subcategorias de visão (i) fundo / figura, (ii) perspectiva etc.; de espaço (i) verticalidade / horizontalidade / transversalidade, (ii) distância / proximidade, (iii) continente / conteúdo etc. (cf. CASTILHO, 2003, p. 5).

⁷ Já os traços semânticos, estabelecidos a partir das categorias cognitivas, seriam representados, por exemplo, por /contável ~ não-contável/ (a partir de objeto) e /téllico ~ atélico/ (a partir de evento) e assim por diante (cf. CASTILHO, 2003, p. 5).

linguística de nossos pensamentos e, a partir da interação dos atores sociais, a língua assumiria essa propriedade dinâmica.

No que diz respeito à Gramática, Castilho (2003, p. 5-6) postula que esse subsistema é formado por um conjunto de estruturas razoavelmente cristalizadas, distribuídas ordenadamente nos subconjuntos da Fonologia, Morfologia e Sintaxe e governadas por regras de determinação interna. Essas estruturas se expressariam por meio das categorias gramaticais, que são definidas em termos de classes (palavra, sintagma, sentença), em termos de relações (regência, concordância, colocação) e em termos de funções (construções de tópico, estrutura argumental, adjuntos). Temos que ressaltar, portanto, que um dos grandes avanços de Castilho foi justamente reconhecer que os subsistemas citados anteriormente não são dependentes e derivados uns dos outros, já que o elo que há entre eles se dá por princípios sociocognitivos compartilhados nas trocas conversacionais, como fica bastante claro a seguir:

[...] o ponto central desta proposta, ainda em seus lineamentos muito gerais, é que o Léxico é governado por um *dispositivo sociocognitivo* de caráter pré-verbal, através do qual o falante ativa, reativa e desativa as propriedades lexicais, dando origem às categorias discursivas, semânticas e gramaticais. Esse dispositivo é “social” porque é baseado numa análise continuada das situações que ocorrem num ato de fala. E é cognitivo porque lida com as categorias cognitivas e os traços semânticos [...]. Uma consequência dessa postulação é negar que as classes de palavra sejam deriváveis umas das outras. (CASTILHO, 2003, p.6)

Podemos notar que realmente não há uma centralização do processo de gramaticalização na proposta de Castilho (2003), visto que o autor abrangeu considerações sobre a lexicalização, a semanticização e a discursivização em sua investigação. Excluindo o olhar derivativo que alguns estudiosos estabeleceram entre os quatro subsistemas, Castilho (2003, p. 512) afirma que haverá um melhor entendimento das relações entre eles se alegarmos que são de natureza multidirecional, pancrônica e indeterminada. Dessa forma, para que sejamos bem sucedidos nos estudos da mudança linguística a partir de teorias de cunho

funcionalista, teremos que assumir uma postura interdisciplinar, o que envolve não dispensar as propriedades do Léxico, da Semântica, do Discurso e da Gramática.

Outra grande contribuição de Castilho (2008, p. 505) foi sua contestação à visão clássica de unidirecionalidade que vem sendo postulada ao longo do tempo nos trabalhos sobre gramaticalização. Como ele destaca, os pesquisadores, de forma geral, parecem assumir a língua como uma entidade heteróclita, estática, passível de uma representação linear em que as categorias são dispostas umas após as outras, de tal forma que derivações podem ser estabelecidas entre elas. Tais categorias procedem de campos tão diversos como o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Segundo o autor, léxico e gramática são assumidos como domínios linguísticos distintos e básicos, admitindo-se que categorias lexicais, depositadas em uma língua-linha, dão surgimento às categorias gramaticais, que, por sua vez, originam categorias ainda mais gramaticais.

1.1.2. Gramaticalização enquanto processo de subjetificação

O objetivo desta seção é sintetizar os principais avanços obtidos, até então, nos estudos sobre gramaticalização enquanto processo de subjetificação. Pretendemos, portanto, fornecer os pressupostos teóricos necessários para a compreensão de que a emergência de novos padrões construcionais na língua está intrinsecamente relacionada à necessidade de formas mais expressivas que visam a expressar o posicionamento dos falantes nas mais diversas situações comunicativas.

Como destaca Finegan (1995, p.1), a noção de subjetividade no discurso não é recente. Lyons (1977 *apud* FINEGAN, 1995), por exemplo, já considerava que a subjetividade seria a maneira através da qual o falante expressaria suas atitudes e suas crenças, já que a expressão

do indivíduo não poderia ser reduzida à “manifestação de um conjunto de proposições”. Portanto, a subjetificação constituiria o julgamento do falante em relação ao contexto proposicional e ao contexto discursivo como um todo.

Já segundo Langacker (1990 *apud* TRAUGOTT, 1995), a subjetificação deveria ser entendida de maneira estrita, já que para ele esse processo envolveria o realinhamento de um eixo objetivo para um eixo subjetivo, caracterizando uma mudança de cunho conceptual. De acordo com o autor, a subjetificação seria um fenômeno gradiente sincronicamente, no sentido de que ele envolveria níveis na perspectiva do falante a partir do ponto de vista cognitivo. Para sustentar a sua hipótese, Langacker afirma que todas as situações são construídas a partir da fala dos participantes, que podem se colocar objetivamente ou se alinhar subjetivamente em relação ao seu dito.

O conceito de Traugott (1995) converge em alguns pontos com a proposta de Langacker (1990), mas a autora faz questão de destacar em seu trabalho algumas diferenças, na medida em que defende que a subjetificação se dá como um processo de gramaticalização. Nesse sentido, a autora postula que tal fenômeno está presente tanto na mudança ‘lexical > gramatical’ quanto na mudança ‘gramatical > + gramatical’. Sob essa perspectiva, Traugott (1995) defende que a subjetificação na gramaticalização consiste na emergência de construções gramaticalmente identificáveis que sinalizam as crenças e atitudes do falante. Ao analisar construções em processo de subjetificação, a autora verificou que elas, primeiramente, expressariam significados concretos/ lexicais/ objetivos e que, a partir da reiteração de seu padrão de uso, passariam a indicar funções abstratas/pragmáticas/interpessoais baseadas na crença do falante. Desse modo, fica bastante evidente o fato de Traugott (1995) tratar a subjetificação como um processo semântico-pragmático a partir do qual os significados se tornariam reconhecidamente baseados nas crenças e atitudes dos falantes. Neste contexto,

Traugott (1995) apresenta os seguintes *clines* de mudança: [objetivo] > [subjeto] e [-subjeto] > [+subjeto].

A partir dessas duas perspectivas unidirecionais, a autora estabelece uma relação clara entre a subjetificação e a modalização epistêmica. A respeito dessa relação, Finegan (1995) reforça que a modalização epistêmica⁸ seria talvez a ocorrência mais explorada na manifestação da subjetividade do falante. Quando falamos em modalidade epistêmica, falamos, portanto, da atitude do falante em relação ao que ele diz.

Ao analisar o fenômeno da subjetificação, não podemos deixar de discutir o trabalho mais recente de Traugott, intitulado pela autora de “*Revisiting Subjectification and Intersubjectification*”. A autora faz questão de deixar claro que subjetividade/subjetificação e intersubjetividade/intersubjetificação não possuem definições idênticas. Como destaca Traugott (2010), enquanto a subjetividade pressupõe a relação do falante com suas crenças e suas atitudes, a subjetificação tem a ver com o desenvolvimento de significados que expressam a atitude do falante ou seu ponto de vista. Já na intersubjetividade, seria estabelecida a relação entre o endereçado e sua face⁹, ao passo que na intersubjetificação haveria o desenvolvimento da atenção do falante para a própria imagem do endereçado. Ainda em seu trabalho, a autora propõe a discussão acerca da gramaticalização, evidenciando por que a intersubjetificação e o processo de gramaticalização estão em interface.

Para Traugott (2010, p.2), o próprio fato de se comunicar com outra pessoa implica intersubjetividade, isto é, o discurso do ‘eu’ é marcado em parte pela conceituação de ‘você’,

⁸ No Capítulo IV, analisaremos pontualmente a relação entre a modalização epistêmica e a subjetificação ao analisar os dados levantados para esta pesquisa.

⁹ Para Goffman (1980), face consiste no “valor social positivo que a pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico”. Dessa forma, manter uma face ocorre “quando a linha que uma pessoa efetivamente segue apresenta uma imagem de si mesma internamente consistente”.

e os ouvintes precisam de atenção para que haja uma manifestação 'mútua', que garanta sucesso na comunicação. A autora chega a mencionar o termo '*invited references*' (referências convidadas) com o intuito de anular as complexidades da comunicação na qual o falante/escritor evoca implicaturas e convida os destinatários/leitores para tentar inferi-las.

A fim de fomentar sua discussão acerca da subjetificação e da intersubjetificação, Traugott adapta a teoria de Lyons (1982)¹⁰ sobre a subjetividade e advoga que aquela refere-se à maneira como as línguas naturais, em sua estrutura e em seu mecanismo normal de operação, proporcionam uma expressão de conscientização do agente locucionário com relação às atitudes e crenças do destinatário, na maioria das vezes, levando em consideração sua face e sua auto-imagem. Partindo desse ponto de vista, a autora postula o seguinte *cline*:

Quadro 5 – *Cline* de unidirecionalidade proposto por Traugott (2010, p.4) para o processo de subjetificação e intersubjetificação

Não-subjetivo/Menos Subjetivo > Subjetivo > Intersubjetivo
--

Assim, subjetificação e intersubjetificação seriam mecanismos pelos quais os significados se estabelecem para regular e dar significado às atitudes e crenças dos falantes. Nesse caso, uma vez subjetificados, os enunciados poderiam ainda estabelecer significação centrada no destinatário (intersubjetificação).

Avançando em sua pesquisa, Traugott (2010, p.7) distingue a cadeia sincrônica da gramaticalidade da cadeia diacrônica da gramaticalização, já que ela considera que há uma diferença entre {-ade} (condição sincrônica) e {-ação} (processo diacrônico). Para a autora, a

¹⁰ Para Lyons (1982, p.102 *apud* TRAUGOTT, 2010, p.3), o termo subjetividade “se refere à maneira como as línguas naturais, em sua estrutura e mecanismo normal de operação, proporcionam para o agente elocucionário uma expressão de si mesmo e das suas emoções e crenças.”

gramaticalidade envolveria a forma de organização de dados, ao passo que na gramaticalização seria estabelecido um esquema das tendências atestadas no tempo.

As cadeias de gramaticalidade poderiam, nesse sentido, ser estabelecidas com variados graus de granularidade, graus de fusão, acarretando o seguinte *cline*: sintagma ou palavra > partícula sem limitações > partícula limitada. Assim, para Traugott (2010, p.7), o *cline* sincrônico citado acima levaria a um outro *cline*: item lexical/construcional > item gramaticalizado > item mais gramaticalizado.

Conforme destaca a autora, a (inter)subjeficação não acarreta gramaticalização. No entanto, haveria uma forte relação entre gramaticalização e (inter)subjeficação, já que a tendência é a ocorrência de uma “reanálise pragmática” à medida que o falante se posiciona e exterioriza suas crenças e atitudes a partir de novos padrões construcionais que emergem na língua.

Além de conceber a gramaticalização como um processo de (inter)subjeficação, a autora, em trabalhos bastante recentes (TRAUGOTT, 2003, 2009), busca estabelecer uma interseção entre a gramaticalização e a gramática das construções ao assumir que a gramaticalização pode ser definida como uma mudança a partir da qual, em certos contextos lingüísticos, os falantes fazem uso de (partes de) uma construção com uma função gramatical ou designam uma nova função gramatical para uma construção gramatical já existente. E, nesse sentido, com base principalmente nos trabalhos de Goldberg (1995, 2006), Croft (2001) e Croft e Cruse (2004), Traugott (2009) considera que a perspectiva da ‘gramaticalização de construções’ pode trazer como principais consequências: a) mudança entendida como um processo dinâmico, uma vez que a emergência de novos padrões construcionais se daria através do tempo e dos falantes, ou seja, o uso reiterado de padrões construcionais levaria à sua gramaticalização; b) alinhamento entre padrões de uso e padrões gramaticais; c)

incorporação das micro-construções em uma rede, o que permitiria estabelecer redes construcionais de gramaticalizações integradas/interligadas. De acordo com esta perspectiva, observa-se, portanto, que a construção seria a unidade básica da língua e que a gramaticalização se estabeleceria a partir de uma mudança construção > gramática.

Com base na breve discussão empreendida acima, podemos, portanto, dizer que a subjetificação – vista nos moldes da gramaticalização – reforça a idéia de que a concepção emergentista da gramática é crucial para que haja uma efetiva compreensão dos processos de mudança na língua e das estratégias linguísticas das quais os falantes fazem uso para expressar suas crenças e pontos de vista. Portanto, encaramos a gramaticalização como um processo diretamente relacionado ao contexto discursivo-pragmático, já que defendemos também um modelo de mudança que nos explique como os participantes de uma conversa interagem entre si, construindo seus argumentos e demonstrando sua avaliação acerca das proposições que produzem.

1.4. Conclusões

Não podemos deixar de ressaltar que optamos por assumir o modelo de gramaticalização enquanto subjetificação, já que tal processo envolve a reanálise de codificações de sentidos a partir de sentidos pragmáticos que surgem no contexto de negociação entre falante/ouvinte. Em nossa investigação, verificaremos se V1 na CFF (“Construção Foi Fez”) tem como escopo de subjetificação, indicando a avaliação dos falantes acerca do conteúdo proposicional.

Nesse sentido, no próximo capítulo, analisaremos a contribuição de Rodrigues (2006, 2009) para os estudos da CFF, que é o objeto de estudo deste trabalho. Conforme discutiremos, a autora começa, de certa forma, a sinalizar que a gramaticalização e a noção de construção podem convergir no tratamento da CFF. A nossa intenção, portanto, no Capítulo II, será analisar as contribuições e as lacunas deixadas pelos trabalhos de Rodrigues (2006, 2009).

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DO TIPO “FOI FEZ” NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Este capítulo tem como objetivo mostrar os avanços alcançados por Rodrigues (2006, 2009) na investigação das construções do tipo *Foi Fez* no português brasileiro, apontando, paralelamente, as lacunas que podem ser encontradas em sua análise.

Veremos que a CFF, apesar de possuir características parecidas com as cláusulas coordenadas, com as construções com verbos seriais e com as construções com verbos auxiliares, possui uma classificação própria proposta por Rodrigues (2006). Dessa forma, a autora as encaixa no quadro sintático do português brasileiro como mais um tipo de construção muito prototípica na modalidade falada. Apresentaremos, a seguir, os objetivos específicos que nortearam a composição deste capítulo.

Primeiramente, empreenderemos uma breve discussão sobre os verbos seriais, considerando os principais investigadores desse fenômeno muito comum nas línguas crioulas¹¹. A análise da serialização verbal se faz aqui necessária por que, apesar de a CFF possuir propriedades exclusivas, ela também apresenta semelhanças com esse tipo de construção na medida em que temos dois verbos em sequência formando um predicado complexo.

¹¹ Ao existir a necessidade de se estabelecer uma relação comunicativa entre falantes que não possuem nenhuma língua em comum, ocorreria o estabelecimento do *pidgin*, que atuaria nesse cenário linguístico como uma forma emergencial e restrita de interação (cf. TARALLO & ALKMIN, 1987, p.14; NARO, 1973, p. 98). Sendo constituído por um léxico reduzido e por uma gramática simplificada, o *pidgin*, ao ser adquirido por falantes nativos de uma dada comunidade linguística, assumiria o estatuto de crioulo.

Posteriormente, nos deteremos na análise do trabalho de Rodrigues (2006) acerca da CFF. Conforme mostraremos, a CFF se origina a partir de uma sequência mínima de dois verbos – V1 e V2 –, em que V1 pode ser preenchido pelos verbos¹² ‘ir’, ‘chegar’ e ‘pegar’ e V2 é relativamente livre. Como veremos, a autora considera que esse tipo de construção possui uma função discursivo-pragmática, já que V1 dramatizaria ou enfatizaria os eventos descritos por V2.

Por fim, analisaremos um trabalho posterior de Rodrigues (2009), no qual a autora já estabelece, de forma mais explícita, a relação entre a gramaticalização e a gramática das construções no tratamento da CFF. Veremos, nesse sentido, que a autora postula que as cláusulas coordenadas – vistas como macro-construções – auxiliariam no processo de formação da CFF e que, nesta construção, V1 atuaria como sequenciador intensificador em relação a V2.

2.1. Uma breve nota sobre os verbos seriais

Primeiramente, vale ressaltar que existem diversas descrições sobre as construções com verbos seriais, uma vez que esse tipo de construção é muito produtivo em várias línguas. A existência de descrições/definições diferenciadas para os verbos seriais tem levado, inclusive, alguns estudiosos a questionarem a própria nomenclatura atribuída a essa construção, o que fez com que surgissem expressões como ‘serialização verbal’ ou ‘verbos em posição de serialização’ para se referir ao fenômeno em questão. Como a discussão em torno deste tema é crucial para a realização do nosso trabalho, objetivamos abordar brevemente, nesta seção, alguns dos principais autores que têm se dedicado ao estudo dos verbos seriais e

¹² A autora se ateuve à análise desses três verbos na posição de V1. Como Rodrigues (2006) destaca, embora outros verbos possam ocorrer nessa posição (‘vir’, ‘virar’ e ‘catar’), ela optou por analisá-los somente em investigações futuras.

suas principais postulações, ressaltando como essa construção tem recebido classificações variadas de língua para língua.

Segundo Pawley & Lane (1998), as primeiras pesquisas acerca dos verbos seriais, desenvolvidas no final dos anos 60 e início dos anos 70, tendiam a estabelecer que alguns tipos de construções com verbos seriais seriam derivadas transformacionalmente de diversos tipos de cláusulas. Mais tarde, estudiosos defenderam a hipótese de que as construções seriais advinham de sintagmas verbais ligados ou encaixados uns nos outros. Partindo de um ponto de vista mais funcional, estudiosos como Foley & Van Valin (1984), Foley & Olson (1985), Foley (1991) e Crowley (1987) consideraram o fenômeno da serialização como uma das possíveis formas de se combinarem ‘camadas’ de cláusulas. Temos aí, portanto, uma visão de que as construções com verbos seriais fazem parte de um *continuum* entre construções de apenas um predicado e construções envolvendo múltiplas cláusulas. Vejamos alguns exemplos de serialização verbal a partir do trabalho de Pawley & Lane (1998), que analisa as línguas faladas na Nova Papua Guiné, como a Kalam e o Barai:

a) serialização prototípica (sequência temporal de ações ou ações que acontecem concomitantemente):

(4) *mab alk tb tk-eb-in*
tree branch cut sever-PRS:PROG-1sg
'I am cutting off the branches'
(eu estou cortando os galhos fora) (cf. Pawley & Lane 1998, p.204)

b) serialização nuclear:

(5) *Fu fase naebe fi isoe*
He letter NEG sit write
'He did not sit and write a letter'
(ele carta NEG senta escreve) (cf. Pawley & Lane 1998, p.208)

c) serialização marginal:

(6) *Fu naaebe fi fase isoe*
he NEG sit letter write
'He did not sit down, but did write a letter.'
(ele NEG senta carta escreve) (Pawley & Lane 1998: 208-9)

(7) *Fu fi fase naaebe isoe*
he sit letter NEG write
'He sat down, but did not write a letter.'
(ele senta carta NEG escreve) (Pawley & Lane 1998: 208-9)

Em (4), temos um exemplo de uma construção prototípica com verbo serial, que apresenta como principal característica a sequência de eventos representada pelos verbos dispostos em série. Já os enunciados (5), (6) e (7) foram classificados pelos autores como subtipos de construções seriais, já que podem ser identificados a partir do escopo da negativa e dos advérbios presentes: em (5), haveria serialização nuclear, pois o morfema de negação é anterior ao primeiro verbo; e em (6) e (7), o escopo da negação incide sobre os dois verbos da construção serial.

Givón (1991) também se enquadra dentre os pesquisadores que se dedicam ao estudo dos verbos seriais na medida em que autor, ao definir a serialização verbal como “um evento/estado que uma dada língua codifica como uma cláusula simples, mas que uma outra língua pode codificar como uma cláusula complexa com dois ou mais verbos”, elabora as seguintes questões baseadas na relação entre gramática e gerativismo: (i) as construções seriais são independentes ou encaixadas?; (ii) ligadas ou subordinadas?; (iii) os verbos seriais são lexicais ou morfemas gramaticalizados?; (iv) constituem verbos ou preposições?. A partir dessas questões, podemos perceber que a postura do autor baseia-se, como reforça Pawley & Lane (1998 *apud* MARTINS, 2004), em um experimento psicolinguístico, já que as construções com verbos seriais, nos recentes trabalhos da gramática gerativa, são vistas como pertinentes

entre cláusulas com um único verbo e cláusulas combinadas. Segundo Givón (1991b, p. 138-139), as construções com verbos seriais podem ser divididas em tipos mais ou menos distintos, que seriam identificáveis em diferentes línguas. São eles:

(i) marcador de caso:

- | | |
|--|--------------|
| (8) She take-stick break
'She broke the stick.'
(ela pega-galho quebra)
(Ela quebrou o <i>galho</i> .) | Paciente |
| (9) She walk go-market
'She walked <i>to</i> the market.'
(ela anda vai-feira)
(Ela andou <i>até a feira</i> .) | Locativo |
| (10) He work give-her
'He worked <i>for</i> her.'
(ele trabalha dar-ela)
(Ele trabalhou <i>para ela</i> .) | Beneficiário |
| (11) She take-knife cut meat
'She cut the meat <i>with</i> the knife.'
(ela pega-faca corta carne)
(Ela cortou a carne <i>com a faca</i> .) | Instrumental |

(ii) lexicalização:

- | | |
|--|--|
| (12) She hit-break the glass
'She broke the glass.'
(ela bate-quebra o vidro)
(Ela quebrou o vidro.) | |
| (13) She frighten-die him
'She frightened him to death.'
(ela assusta-morre ele)
(Ela o assustou até morrer.) | |

(14) He sleep-perceive
'He dreamed.'
(ele dorme-percebe)
(Ele sonhou.)

(15) She eat-perceive the meat
'She tasted the meat.'
(ela come-percebe a carne)
(Ela provou a carne.)

(iii) marcador dêitico-direcional:

(16) He walked he-go
'He walked away (from reference point).'
(ele andou ele-vai)
(Ele se foi (em relação ao ponto de referência).)

(17) She took the book she-come
'She took the book toward (a reference point).'
(ela pegou o livro ela-vem)
(Ela trouxe o livro.)

(iv) marcador de tempo-aspecto:

(18) He stay work
'He is working.'
(ele fica trabalha)
(Ele está trabalhando.)

Durativo

(19) He go work
'He will work'
(ele vai trabalha)
(Ele vai trabalhar.)

Futuro

(20) He walk finish
'He has already walked.'
(ele anda acaba)
(Ele já andou.)

Perfectivo

(v) Marcador epistemológico e de evidencialidade:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| (21) They say she's coming.
(Eles dizem que ela está vindo.) | Boato |
| (22) I understand he's leaving.
(Eu acho que ele está partindo.) | Hedge (delimitador ou circunscritor) |
| (23) I think she's home.
(Eu acho que ela está em casa.) | Inferência |
| (24) She's left, I know.
(Ela se foi, eu sei.) | <i>Co-option</i> |

Rodrigues (2006, p.132-134) afirma que as glosas acima apresentadas por Givón (1991) trazem alguns problemas de interpretação. Nas construções com verbos seriais em que há marcação de caso, temos que a posição dos verbos lexicais nos enunciados (8) e (11) é diferente da dos enunciados (9) e (10). Em (8) e (11), os verbos lexicais '*break*' e '*cut*' ocupam a posição de V1 e, em (9) e (10), os verbos lexicais '*walk*' e '*work*' ocupam a posição de V2. Rodrigues (2006) também questiona a distinção feita pelo autor entre marcador de caso e lexicalização, já que os exemplos (8) e (12) são idênticos, e há ausência de glosa no tipo marcador epistemológico e de evidencialidade, cujos exemplos se encontram em inglês. A autora indaga se Givón (1991) estaria sugerindo que tais construções presentes neste último tipo se encaixam entre as construções com verbos seriais.

Martins (2004), em seu livro sobre a gramática da língua Dâw¹³, dedica uma boa parte de sua pesquisa à serialização verbal presente nesta língua. Para a autora, o uso de sequências verbais que atuam como um único predicado e que codificam um evento unitário é muito produtivo. Ao se basear na metodologia tipológica proposta por Aikhenvald (1999),

¹³ Língua de um pequeno povo formado por habitantes tradicionais da floresta amazônica.

Martins (2004, p. 623) lista as propriedades das construções dos verbos seriais elaboradas pelo autor, a saber:

(i) uma construção serial tem a propriedade de um simples predicado, pois: (a) refere-se a um evento simples; (b) funciona como cláusula monoverbal no discurso; (c) requer somente um sujeito; (d) frequentemente compartilha outros argumentos; e (e) compartilha tempo/aspecto, modalidade e, na maioria das vezes, também valores de polaridade;

(ii) uma construção serial tem propriedades entonacionais de uma cláusula monoverbal, e não de uma sequência de cláusulas;

(iii) cada um dos verbos que formam uma construção verbal é uma palavra morfológica independente e, juntos, eles atuam como um todo sintático. Uma construção serial ocupa uma posição nuclear funcional na estrutura da cláusula;

(iv) construções seriais são monoclausais e não permitem nenhum marcador de dependência sintática entre seus componentes. Tal característica as distingue de cláusulas subordinadas ou coordenadas, no caso de línguas em que há marcadores explícitos de subordinação ou coordenação.

Ao expor todas essas propriedades, a autora explica que um protótipo de construção com verbo serial é aquele que apresenta todas essas características, mas, como sabemos, devido à variedade de línguas em que esse fenômeno se manifesta, a situação é mais complexa. É importante saber que nenhuma dessas propriedades se define por si só e que algumas exceções podem ser encontradas. Nesse sentido, vale ressaltar que a conjunção 'e' pode ou não aparecer entre os verbos que compõe o SV (sintagma verbal).

Como mostramos nesta breve discussão, realmente a construção com verbos seriais é uma temática que tem gerado amplas discussões e controvérsias, o que é ressaltado, inclusive, pelo fato de a serialização verbal ser um traço bastante comum em várias línguas

crioulas. Com a intenção de ampliar um pouco mais este tipo de debate, direcionando-o para o objeto de análise desta pesquisa, dedicaremos as duas próximas seções à descrição do trabalho de Rodrigues (2006, 2009), que foi pioneiro na investigação de estruturas correlatas às construções seriais no português brasileiro sob a perspectiva da gramaticalização.

2.2. A construção do tipo *Foi Fez* segundo Rodrigues (2006)

Analisaremos, nesta seção, o estudo desenvolvido por Rodrigues (2006) acerca das construções que possuem V1 e V2 em seu sintagma verbal, as quais a autora denomina de Construções do tipo “Foi Fez” – CFF. Nossa intenção é ressaltar as principais contribuições da autora na investigação de predicados complexos do português do Brasil em que, segundo ela, V1 pode ser preenchido pelos verbos ‘ir’, ‘chegar’, ‘pegar’, ‘virar’, ‘vir’ e ‘catar’¹⁴ e V2 é relativamente livre. Além disso, apontaremos algumas lacunas encontradas na proposta de Rodrigues (2006), já que a presença de verbos em posição de serialização verbal no português brasileiro se trata de um tema bastante produtivo, que ainda suscita diversas questões a serem abordadas e discutidas.

Como destaca Rodrigues (2006), nos trabalhos sobre a língua inglesa e o espanhol, esse tipo de construção recebe denominações diversas, a saber: “construções do tipo *go-and-verb*” e do tipo “*go get*” e “*go & get*”; “*coordinated verb construction*”, “*coordinated auxiliary construction*”, “*intransitive quasi-serial verb construction*”, “*construções pseudo-coordenadas*” e *hendiadys*¹⁵.

¹⁴ Verbo muito usado neste contexto no inteiro de São Paulo, conforme observado por Rodrigues (2006, p.39).

¹⁵ Conforme ressalta Rodrigues (2006), o termo *hendiadys* vem do grego, em que “*hen dia duoin*” (“um que significa dois”) traduz uma idéia singular que é realizada por dois constituintes distintos. Segundo Hopper (2002 *apud*

Em sua tese de doutorado, Rodrigues (2006) investiga construções cujos SVs são formados pelos verbos 'ir', 'chegar' e 'pegar' que ocupam a posição de V1, buscando estabelecer seu nível de gramaticalização e sua função na CFF em que se encontram, já que atuam sobre V2. Ao analisar o comportamento dos verbos V1 e V2, ligados ou não pela conjunção 'e', Rodrigues (2006) nomeou a construção na qual estão inseridos como CFF (Construções do tipo "Foi Fez"), em que V1 enfatizaria e/ou dramatizaria os eventos descritos em V2. A fim de compreender melhor o tipo de construção ao qual se dedica a autora, vejamos duas das ocorrências de CFF analisadas por Rodrigues (2006, p.40) em seu trabalho:

(25) Chega lá, [você não]- você não entende, não fala castelhano, fica o rádio falando castelhano, como é?-"Ih, mas é mesmo! Aí, não quero não." (rindo) **chegou e devolveu** o rádio. (risos) Essa é uma, essa é uma das. (risos) e aí, por aí a fora, não é?

(26) Ele disse: "não, não desliga não que eu quero lhe falar uma coisa." Eu não estou conhecendo a voz mesmo. Eu disse: "olha, vou desligar, hein? Até amanhã." Ele **pegou deu** uma gargalhada. eu disse: "espera aí, fala outra vez." Aí ele falou, eu disse: "bandido, você me acordando agora e tal." (riso). (Rodrigues, 2006, p. 40)

Em (25) e (26), temos exemplos típicos de CFF que apresentam a sequência mínima de V1 e V2, sendo que a posição de V1 está ocupada pelos verbos 'chegar' e 'pegar', ao passo que V2 é relativamente livre. Podemos perceber que V1 e V2 compartilham a mesma flexão verbal de tempo e pessoa e o mesmo sujeito. O único critério que diferencia as duas ocorrências é a presença do conector 'e' em (25), caracterizando a CFF tipo 1, e sua ausência em (26), caracterizando a CFF tipo 2, em que ocorre a justaposição de V1 e V2.

RODRIGUES, 2006), essa construção, que remonta ao período arcaico da língua inglesa, indicaria a ocorrência de uma "pseudo-coordenação", já que haveria a ocorrência de uma cláusula estruturalmente coordenada, mas semanticamente integrada.

Após esse breve resumo do trabalho de Rodrigues (2006), podemos nos perguntar o porquê da denominação CFF. Segundo Rodrigues (2006), tal nomenclatura foi proposta porque os verbos V1 e V2 das construções analisadas, provenientes da língua falada, não poderiam ser analisados como verbos de orações coordenadas, verbos componentes de uma auxiliarização¹⁶ e nem mesmo como verbos seriais, apesar de a CFF ter alguns pontos de interseção, em termos de característica, com essas três estruturas. Mais adiante, apontaremos, inclusive, as diferenças e semelhanças que Rodrigues (2006) estabelece entre a CFF e as orações coordenadas, a auxiliarização e a serialização.

Ainda em seu trabalho, Rodrigues (2006, p. 2) assume que, por se tratar de construções de natureza híbrida, o tipo de análise mais conveniente para a CFF seria aquela baseada na teoria dos modelos de semelhança de família e de protótipos. Segundo a autora, esses modelos de análise:

[...] prevêm a existência de um *continuum* em que itens de categorias diversas apresentam traços que se sobrepõem. Uma vez analisadas todas as propriedades compartilhadas entre as CFFs e as construções mais bem delineadas, como as construções coordenadas, as construções com verbos auxiliar e as construções com verbos seriais [...], as CFFs representam um tipo distinto de construção. (RODRIGUES 2006, p. 2)

Com base nas palavras de Rodrigues (2006), podemos perceber que a autora defende a tese de que a CFF pode fazer parte do *continuum* das predicções complexas no português do Brasil, estabelecendo-se como uma nova construção. Para chegar a tal conclusão, a autora, cujo trabalho é norteado pelos pressupostos teóricos do Funcionalismo, baseou-se nos modelos de semelhança de família e na teoria dos protótipos, o que a levou a discutir a

¹⁶ Para Lehmann (2008, p.2), a auxiliarização é um processo em que um verbo lexical pleno passa a um verbo auxiliar, através de um processo de variação sincrônica e diacrônica. Nesse caso, o verbo perde seus traços semânticos mais concretos e torna-se um elo entre o sujeito e o predicado.

categorização desse tipo de construção. Com base na proposta funcionalista, Rodrigues (2006) analisa não somente a estrutura gramatical, mas também toda a situação comunicativa, considerando os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos que poderiam ser relevantes para a investigação da CFF.

Com o objetivo de inserir a CFF no quadro gramatical do português do Brasil, Rodrigues (2006) tenta provar que esse tipo de construção não compreende cláusulas coordenadas, construções com verbos auxiliares e muito menos construções com verbos seriais, apesar de possuir algumas características em interseção, conforme já foi mencionado anteriormente. Ao delimitar os pontos em comum entre a CFF e essas construções, a autora debruçou-se sobre um dilema no que concerne à categorização linguística da CFF, o que a teria levado a listar os mais diversos estudos sobre a categorização linguística e a enfatizar os modelos de semelhança de família, propostos por Wittgenstein (1953), e a teoria dos protótipos, desenvolvida por Eleanor Rosch (1973).

Como enfatiza Lakoff (1987 *apud* RODRIGUES 2006, p. 107), a semelhança de família pressupõe que os integrantes de uma categoria podem estar relacionados a outros sem que esses outros integrantes tenham alguma característica em comum que defina a categoria. Já a teoria dos protótipos, desenvolvida por Rosch, estabelece que os membros de uma categoria possuem uma relação assimétrica, isto é, os integrantes de uma categoria não portam o mesmo “estatuto” (RODRIGUES, 2006, p. 108).

Taylor (1995, p. 40-41 *apud* RODRIGUES 2006, p. 110) também reforça o papel da teoria dos protótipos para dar conta da categorização das unidades linguísticas. Segundo o autor, essa teoria pressupõe que entidades são caracterizadas com base em suas propriedades e que estas não representam construtos binários. Os integrantes de uma categoria não compartilham todos os atributos necessariamente. Dessa forma, os integrantes

dados como [+ prototípicos] de uma dada categoria compartilham mais atributos; em contraste, os integrantes [- prototípicos] compartilham menos atributos e representam entidades mais periféricas. Podemos concluir, portanto, a partir das considerações acima, que essa teoria explica a não-homogeneidade das categorias e que, apesar da presença de uma entidade mais representativa de uma dada categoria, as entidades que partilham algumas características podem também ser consideradas como integrantes desta mesma categoria.

A esse respeito, vale destacar que Heine (1993, p. 114 *apud* RODRIGUES 2006, p. 110) defende que a semelhança de família é a teoria que mais se aproxima na descrição de categorias que aparecem em uma cadeia de gramaticalização. Entretanto, o autor não descarta a teoria dos protótipos, que, para ele, está de alguma forma relacionada à semelhança de família.

Com base no que estabelece Heine (1993, p. 114 *apud* RODRIGUES 2006, p. 110), Rodrigues (2006, p. 110) lista os seguintes pontos que deveriam ser considerados quando se toma como base a teoria dos protótipos:

- (i) a estrutura das categorias se constitui a partir de um conjunto de atributos que se grupam e se sobrepõem;
- (ii) categorias são difusas nas extremidades, apresentando fronteiras indistintas;
- (iii) nenhum atributo é compartilhado por todos os integrantes de uma categoria;
- (iv) nenhum integrante combina todos os atributos constitutivos de uma categoria.

A essa lista, Rodrigues (2006, p. 111) ainda acrescenta dois aspectos que ela julga serem pertinentes na adoção da teoria dos protótipos:

- (v) nem todo integrante é igualmente representativo de sua categoria;
- (vi) os integrantes [+ prototípicos] compartilham um máximo número de atributos com os outros integrantes e um mínimo número com os integrantes de categorias opostas.

Rodrigues (2006) vai de encontro ao que foi proposto por Heine (1993, p. 114 *apud* RODRIGUES 2006) na medida em que o autor ‘descarta’ a teoria dos protótipos para os estudos linguísticos. Segundo a autora, a teoria dos protótipos é assumidamente mais adequada para analisar integrantes [+/- prototípicos] em uma categoria pré-existente. Transpondo essa teoria para a sua investigação, a autora estabelece, por exemplo, os integrantes [+/- prototípicos] para a categoria da CFF. Dessa forma, Rodrigues (2006) advoga que a CFF possui algumas características em comum com as cláusulas coordenadas, com verbo auxiliar (CVAs) e com verbos seriais (CVSs). Partindo desse pressuposto, a autora afirma que:

[...] embora não exista um atributo comum a todos os membros de uma categoria, o conjunto de atributos de uma categoria é limitado e certos atributos podem ser bloqueados, pois desconfigurariam a categoria. É o que acontece com a CFF: os atributos flexão e negação impedem que sejam analisadas como membro da categoria das construções coordenadas e das construções com verbo auxiliar. Por outro lado, a idéia de que as categorias formam um *continuum* ou uma cadeia e que itens de categorias diversas apresentam traços que se sobrepõe (*overlapping*) é importante para mostrar que a CFF compartilha certos atributos com as construções coordenadas, com as CVAs (construções com verbos auxiliares) e as CVSs (construções com verbos seriais). (RODRIGUES 2006, p. 112)

Assim, podemos perceber que a autora sustenta a hipótese de que a CFF configura-se como um tipo de construção gramatical única, já que sugere que ela faz parte de um *continuum* de tipos de construções de predicções complexas do português do Brasil por apresentar características compartilhadas com as cláusulas coordenadas, as CVAs e as CVSs. Como esta questão é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, iremos analisar pontualmente quais são as semelhanças e as diferenças que, segundo Rodrigues (2006), se interpõem entre a CFF e as cláusulas coordenadas, as CVAs e as CVSs.

I - As Cláusulas Coordenadas e a CFF

Como postula Rodrigues (2006), uma CFF é uma construção com uma sequência mínima de dois verbos flexionados que podem ou não estar interligados pela conjunção ‘e’. Como tal característica também é comum na classificação das orações coordenadas do português do Brasil, a autora constatou que a CFF possui a mesma configuração sintática das cláusulas coordenadas em relação aos seguintes pontos:

- (i) V1 e V2 são flexionados igualmente;
- (ii) V1 e V2 podem ou não ser ligados pela conjunção “e”;
- (iii) os sujeitos são correferenciais com a não explicitude do sujeito na segunda cláusula, que apresenta um sujeito anafórico ‘zero’, tornando a ocorrência de sujeito em V2 muito marcada, ou seja, é muito raro V2 apresentar um sujeito explícito lexicalmente ou pronominalmente.

Embora haja essas semelhanças, as cláusulas coordenadas e a CFF apresentam discrepâncias no que diz respeito ao ‘evento’ representado pelos sintagmas verbais. Nas coordenadas, cada SV representa uma ação ou um evento separado, o que não se verifica na CFF, em que V1 nunca representa um evento separado de V2. Nesse sentido, Rodrigues (2006) conceitua o vocábulo ‘evento’ com o intuito de sustentar essa diferença entre as coordenadas e a CFF. A autora considera um evento como se fosse uma proposição. Assim, a CFF nunca poderá descrever eventos distintos, já que V1 e V2 não representam dois eventos diferentes, ou seja, V1 não representa um estado-de-coisas – que é visto por Rodrigues (2006) como “entidade que pode ser objeto de atitudes proposicionais” (cf. ILLARI & BASSO, *mimeo*, p. 5 *apud* RODRIGUES 2006, p. 115). Dessa forma, não seria possível verificar as condições

de verdade de V1 e nem seria possível a sua negação. Para corroborar tal afirmação, temos o seguinte exemplo extraído de Rodrigues (2006 p. 115):

(27) Cabelo todo ("enroladão"), estava bonitão. Aí eu **pequei dancei**, aí todo mundo: "É essa?"

Podemos perceber que a autora constata que os verbos que formam o predicado complexo não expressam dois eventos diferentes: V1, além de não poder ser analisado enquanto suas condições de verdade, não pode ser negado. Tal construção pode, nesse caso, ser parafraseada como "eu dancei", fazendo-nos concluir que o uso do verbo 'pegar', na posição de V1, se estabelece por motivações discursivo-pragmáticas. E essas características contribuiriam, nesse sentido, para a afirmação de que a CFF não constitui um caso de coordenação. Diante disso, a autora listou as seguintes propriedades da CFF que poderiam corroborar o porquê de elas não poderem analisadas enquanto cláusulas coordenadas:

- (i) V1 e V2 possuem o mesmo sujeito, enquanto os verbos que compõem as cláusulas coordenadas podem ou não partilhar o mesmo sujeito,
- (ii) V1 e V2 possuem a mesma flexão, enquanto os verbos das coordenadas podem ou não compartilhar a mesma flexão e
- (iii) o morfema de negação precede V2, tendo como escopo toda a cláusula, enquanto nas coordenadas os verbos podem ser negados separadamente ou não.

Os três tópicos acima mostram argumentos fortes que a autora apresenta para justificar que a CFF constitui um tipo de construção distinta das coordenadas. Segundo ela, portanto, estaríamos diante de dois fenômenos linguísticos distintos.

II - As Construções com Verbos Auxiliares (CVAs) e a CFF

Outro tipo de construção com a qual a CFF possui características em comum são as CVAs. Para tratar dessa questão, Rodrigues (2006, p. 116-121) lista diversos critérios – estabelecidos por Lobato (1975), Illari (1997), Longo & Campos (2002) e Castilho (2002) – que podem levar à identificação de verbos auxiliares no português brasileiro.

Primeiramente, partindo das postulações de Lobato (1975), a autora levanta os seguintes critérios para identificar verbos auxiliares: (a) a redução semântica – em que o verbo auxiliar perde seu significado lexical; (b) a unidade semântica – o verbo auxiliar e o principal têm um só sujeito; (c) a impossibilidade de desdobramento da locução em construções completivas; (d) a incidência de um único circunstante temporal, devendo ter escopo sobre todo o conjunto; e (e) a negação deve ter escopo sobre todo o conjunto.

Na sequência, a autora apresenta os seguintes critérios apontados por Illari (1997) para identificar verbos auxiliares de tempo: (a) as formas simples e as formas perifrásticas são semanticamente equivalentes; (b) o mesmo verbo apresenta significados divergentes quando usado como auxiliar ou como verbo principal; e (c) o verbo auxiliar e o principal indicam uma única ação, atribuída a um único sujeito.

Já segundo Longo & Campos (2002) estes seriam os principais critérios a serem aplicados na identificação de verbos auxiliares: (a) impossibilidade de desdobramento da oração, já que os verbos auxiliares formam com o verbo principal um grupo indissociável; (b) presença de sujeito único, uma vez que a perífrase possui apenas um argumento sujeito; e (c) detematização, pois o verbo auxiliar não se associa a uma grade temática. Ainda recuperando a teoria proposta por Longo & Campos (2002), Rodrigues (2006) cita os critérios que serviriam para identificar o grau de gramaticalização dos verbos auxiliares: (a) a inseparabilidade, já que,

se houver itens intervenientes, o grau de fusão é baixo; (b) a irreversibilidade, uma vez que, se forem constatadas anteposições ou mudança de ordem, o grau de gramaticalização é mais baixo; (c) o esvaziamento semântico (*semantic bleaching*); (d) a recursividade, que se pauta no fato de um verbo poder incidir sobre uma base idêntica, o que indicaria que o verbo auxiliar e a base não são interpretados como sinônimos e que o auxiliar se esvaziou semanticamente, adquirindo um valor gramatical; e (e) a perda de características sintáticas.

Por fim, ao apresentar a proposta de Castilho (2002) sobre a identificação dos verbos auxiliares, Rodrigues (2006, p.127) destaca os seguintes critérios para diferenciar os verbos auxiliares: (a) o sujeito da expressão: o verbo auxiliar e o principal compartilham o mesmo sujeito; (b) o escopo da negação: se a negação toma por escopo os dois verbos, o primeiro é um auxiliar, e o conjunto se constitui por uma perífrase; e (c) as alterações do sentido lexical do primeiro verbo.

Vê-se que os critérios para a identificação de verbos auxiliares apresentados são, de certa forma, semelhantes. Podemos perceber que Longo & Campos (2002) defendem o entendimento da relação entre verbo pleno e verbo auxiliar através de um *continuum* de gramaticalização. E Castilho (2002) também concorda com a ocorrência de diferentes graus de gramaticalização na passagem de verbos plenos a auxiliares. Dessa forma, ao listar todas as propriedades da auxiliarização verbal apresentadas acima, Rodrigues (2006) conclui que a CFF e as CVAs possuem as seguintes características em comum:

- (i) ambas as construções não permitem que V2 se desdobre em orações completivas (com conjunção integrante *se* ou *que*) e
- (ii) ambas as construções apresentam o escopo de circunstante temporal sobre toda a construção.

Rodrigues (2006, p. 121), a partir dos critérios mencionados acima, também conclui que os verbos auxiliares e o V1 da CFF formam:

- (a) um grupo fechado de unidades linguísticas;
- (b) não podem ser o predicado (semântico) principal da cláusula;
- (c) ocorrem em uma posição fixa em relação a V2 e ao verbo principal;
- (d) não podem ser identificados de modo claro nem como unidades lexicais nem gramaticais;
- (e) sofrem mudança de significado;
- (f) podem ocorrer como verbos plenos com diversos significados.

À primeira vista, parece ser possível investigar a CFF como um caso de CVA, pois, como afirmado por Rodrigues (2006), apenas um grupo de verbos selecionados pode ocupar a posição de V1 na CFF, assim como aqueles selecionados para serem auxiliares, e não cabe a V1 apresentar o valor semântico principal da CFF. Os verbos analisados por Rodrigues (2006) 'ir', 'chegar' e 'pegar', que ocupam a posição de V1, não poderiam ser analisados como unidades lexicais e gramaticais, já que sofreriam desbotamento semântico e não desempenhariam função gramatical. Vale ressaltar aqui que esses verbos podem aparecer como verbos plenos em outros tipos de construções. E, com relação ao sujeito, a CFF possui apenas um argumento externo.

Rodrigues (2006, p. 122) afirma que, assim como existem diferenças entre a CFF e as cláusulas coordenadas, também existem entre a CFF e as CVAs. Nas CVAs, o verbo auxiliar é encarregado de portar toda a informação gramatical (marcadores flexionais de pessoa,

número, tempo/aspecto/modalidade, e o morfema de negação precede o auxiliar) relacionada com o predicado, enquanto na CFF V1 e V2 apresentam marcadores flexionais de pessoa e número e tempo e modos verbais e o morfema de negação precede V2. Podemos ver que essas diferenças existem devido à função gramatical presente na CVA e ausente na CFF.

Outra característica citada por Rodrigues (2006, p. 123) diz respeito à possibilidade de os verbos auxiliares serem retomados em interrogativas curtas, enquanto na CFF V1 nunca pode ser alvo de interrogação, já que seu valor é somente válido no contexto da CFF. Para exemplificar esse caso, tomemos duas das ocorrências apresentadas por Rodrigues (2006, p.123):

- (28) – “Ela **vai viajar** no fim do ano.” (asserção)
– “**Vai** mesmo?” (pergunta)

- (29) – “Ele **pegou** e **comprou** um carro.” (asserção)
– * “**Pegou** mesmo?” (pergunta não aceitável)
– “**Comprou** mesmo?” (pergunta aceitável)

No enunciado (28), temos o verbo auxiliar ‘ir’ sendo retomado na interrogativa curta. Verificamos, assim, que o mesmo não se dá com o verbo ‘pegar’, que ocupa a posição de V1 no exemplo (29).

A autora também não deixa de citar a gramaticalização dos verbos auxiliares. Para tanto, toma como base o trabalho de Heine (1993 *apud* RODRIGUES 2006, p. 125), que destaca que os verbos auxiliares se originam a partir de um processo de gramaticalização, em que um verbo lexical pleno sofre dessemantização e decategorização e passa a ter a forma e a função de verbo gramatical. Vale lembrar que a dessemantização se dá quando um item lexical é esvaziado semanticamente, adquirindo uma função gramatical, enquanto a

de categorização prevê que os itens em processo de gramaticalização “tendem a perder ou neutralizar marcadores morfológicos e privilégios sintáticos” (HEINE 1993, p. 55 *apud* RODRIGUES 2006, p. 124).

Partindo dessa postulação, Rodrigues (2006, p. 126) constatou que os verbos ocupantes da posição V1 ‘ir’, ‘chegar’ e ‘pegar’ na CFF sofrem esse tipo de mudança, apesar de não possuírem nenhuma função gramatical, já que não são usados como verbos lexicais plenos. Dessa forma, a autora conclui que os verbos de V1 sofrem desbotamento semântico, pois seus significados originais não são mais empregados quando inseridos na CFF e sofrem também decategorização, pois os verbos ‘ir’ e ‘chegar’ deixam de ser analisados como verbos transitivos circunstanciais e não exigem complemento do tipo advérbio de lugar. Além disso, o verbo ‘pegar’ perderia a transitividade e passaria a aceitar sujeitos com traço [- agentivo].

III - As Construções com Verbos Seriais (CVSs) e a CFF

A fim de estabelecer as semelhanças e as diferenças entre a CFF e as CVSs, Rodrigues (2006) parte dos seguintes autores que estabelecem as principais propriedades das CVSs: Lane (1991), Pawley & Lane (1998) e Durie (1997).

Como destaca a autora, Lane (1991) e Pawley & Lane (1998) defendem que as CVSs são identificadas como construções que têm mais de um verbo com as seguintes propriedades: (a) a flexão verbal é a mesma entre os verbos; (b) não apresentam morfemas característicos das fronteiras de cláusulas; (c) não portam evidência entonacional de fronteira de cláusula; (d) não apresentam restrições de argumentos externos, sejam eles agentes ou pacientes; e (e) o

morfema de negação e os advérbios adjacentes à cláusula têm escopo sobre todos os eventos da construção.

A autora também lista as características das CVSs estabelecidas por Durie (1997 *apud* RODRIGUES, 2006, p.129), para quem este tipo de construção é entendido como “uma sequência de dois ou mais verbos que atuam como um verbo único”. Vale ressaltar que, para o autor, diversos tipos de construções com verbos seriais podem ser encontrados em uma única língua. Nesse sentido, Durie (1997, p. 290-291 *apud* RODRIGUES, p. 129-130) estabelece as seguintes propriedades para as CVSs: (a) conceptualizam um evento único, já que construções com esse tipo de verbo podem ser traduzidas em outras línguas como construções monoverbais; (b) possuem o mesmo tempo verbal, aspecto, modalidade e polaridade (negação); (c) podem partilhar mais de um argumento; (d) os verbos que compõem a construção não se dispõem encaixados e não são complemento um do outro; (e) portam a mesma curva entonacional das cláusulas consideradas monoverbais; (f) possuem apenas um único argumento externo; (g) integram as construções que possuem a mesma ordem encontrada nas cláusulas simples de línguas não-seriais: argumentos + adjuntos; e (h) podem sofrer rebaixamento do seu significado e do status gramatical (de um dos) verbos que passa a funcionar como um modificador ou um marcador de caso.

Além disso, Durie (1997 *apud* RODRIGUES, 2006, p. 129) afirma que o fenômeno da serialização não pode ser geralmente explicado por estruturas coordenadas e subordinadas, já que um dos aspectos mais desafiadores desse tipo de estrutura é o compartilhamento de objetos, assim, “se V1 possui um objeto, V2 (transitivo ou inacusativo) também tomará posse desse objeto”. Para o autor, as ações expressas pelos verbos das construções seriais são simultâneas, isto é, elas expressam um único evento, e todos os verbos serializados devem ser interpretados como tendo o mesmo tempo e/ou aspecto.

Com base nas considerações apresentadas acima, Rodrigues (2006, p. 136) conclui que a CFF compartilha as seguintes características com as CVSs:

- (i) os verbos na sequência estão flexionados;
- (ii) o tipo de flexão para os verbos na sequência é o mesmo;
- (iii) o morfema de negação incide apenas sobre um dos verbos da sequência, mas tem escopo sobre toda a construção;
- (iv) os verbos da sequência compartilham o mesmo argumento externo;
- (v) os verbos componentes da construção descrevem apenas um único evento e
- (vi) os verbos podem ou não serem separados pela conjunção “e”.

Não podemos deixar de mencionar um importante ponto de divergência levantado por Rodrigues (2006, p. 136) entre a CFF e as CVSs: enquanto a CFF apresentaria uma função discursiva – na medida em que conduzem a atenção do interlocutor/ouvinte para o fato que será descrito pelo segundo verbo da construção –, as CVSs descreveriam funções lexicais e gramaticais (marcação de caso, tempo ou aspecto, evidencialidade).

Podemos observar que Rodrigues (2006), em seu trabalho, levanta a discussão sobre considerar a CFF um caso de gramaticalização de V1, já que mostra que esse tipo de construção possui regularidades internas no que concerne às suas propriedades¹⁷ e à sua função discursiva, o que reforçaria a proposta de a CFF ser analisada enquanto um tipo de construção gramatical. Nesse sentido, a autora procura postular evidências acerca da construcionalidade da CFF, afirmando que seu estatuto enquanto construção seria garantido pelo seu valor discursivo. Vale ressaltar aqui a autora está fazendo alusão ao princípio da fraca

¹⁷ A flexão dos verbos e a negação seriam responsáveis por distinguir a CFF das outras construções do Português.

composicionalidade, na medida em que o valor discursivo da CFF não dependeria da composicionalidade de seus elementos individuais, do sentido lexical e das propriedades sintáticas desses elementos, que vão além dos limites da coordenação e da auxiliarização. Para a autora, a CFF seria atuante no nível discursivo-pragmático, na medida em que dramatizariam ou enfatizariam os eventos descritos/codificados em V2 graças ao verbo que ocupa a posição de V1¹⁸ no sintagma verbal. Rodrigues (2006) ainda ressalta que os verbos (pegar, chegar e ir) que ocupam a posição de V1 teriam percorrido os estágios iniciais do processo de gramaticalização, mas não estariam ainda completamente gramaticalizados.

Ao falar da formação da CFF, Rodrigues (2006) salienta que os processos de mudança que os verbos 'ir', 'chegar' e 'pegar' sofreram evocam a noção de gramaticalização. Sendo assim, o resultado da mudança, para a autora, tem como produto a emergência da CFF. Vale ressaltar que tal fato não pode ser explicado pelo *continuum* tradicional item lexical > item gramatical ou item gramatical > item mais gramatical – que tem sido a base dos trabalhos tradicionais sobre gramaticalização –, já que a CFF não apresentam função gramatical, e sim pragmática, na medida em que V1 dramatizaria ou enfatizaria os eventos descritos em V2. A esse respeito, Rodrigues (2006, p. 178) afirma que

[...] os verbos **ir**, **pegar** e **chegar** formam as **CFFs** que, como proposto nesta tese, possuem um valor discursivo-pragmático, na medida em que V1 enfatiza ou dramatiza os eventos descritos em V2. Acredito que, embora esses verbos, nessa construção, não tenham desenvolvido uma função gramatical prototípica, como tempo, aspecto e modo, as **CFFs** se originaram a partir de um processo de gramaticalização. O desenvolvimento destas construções nos fornece evidências de que a rigidez, com a qual alguns postulados da teoria da gramaticalização são entendidos por seus estudiosos, impede muitas vezes que se reconheçam como gramaticalizados itens ou estruturas mais marginais cuja trajetória de gramaticalização parece divergir daquela prevista pelos inúmeros estudos translinguísticos. (RODRIGUES, 2008, p. 178)

¹⁸ Rodrigues (2006) mostra que esses verbos percorrem os mesmos estágios iniciais previstos nos processos de gramaticalização, porém não afirma que esses verbos possuem um valor gramatical.

A autora ainda acrescenta que não encontrou evidências da relação entre as interpretações semânticas e os tempos verbais da CFF, já que defende a hipótese de que a CFF não apresenta função gramatical e nem um valor semântico específico, e sim intensifica os valores já presentes nos enunciados em que ocorre.

Finalmente, não podemos deixar de citar um exemplo de Rodrigues (2006, p. 47) no qual podemos observar o sintagma verbal complexo formado por três verbos:

(30) Bem, um homem, um bom marido [ele] - ele deve chegar, na hora certa, em casa, e não atrasar, se, não é? Se chegar tarde em casa, porque houve algum problema, ele **vai chega e explica**, não é? No trabalho, tem que ir todo dia, não pode faltar, porque tem [aquele [<compromisso>]- aquele compromisso de casa- eu acho assim, um homem certo.

No exemplo acima, temos um novo padrão construcional que apresenta três verbos em seu sintagma verbal. Os verbos 'ir' e 'chegar' sofrem mudanças sintáticas, assim como V1 da CFF prototípica, na medida em que perdem sua transitividade original, deixando, neste caso, de exigir argumento interno. Além disso, esses verbos também sofrem mudanças semânticas, já que seu uso foi expandido para um contexto diferente daquele em que são usados enquanto verbos plenos. Já o verbo 'explicar' está sendo empregado em seu sentido pleno. Rodrigues (2006, p. 47), postulou esse tipo de construção como um caso de ambiguidade, já que, segundo ela, seria possível assumir que se trata de um V1 complexo (*vai chega*) ou de um V2 complexo (*chega e explica*). Vemos, desse modo, que, embora Rodrigues mencione este tipo de construção, ela não promove uma descrição detalhada e sistemática a seu respeito e, principalmente, a respeito de sua origem.

Com base em todas as considerações levantadas por Rodrigues (2006) em sua tese de doutorado, dedicaremos a próxima seção à análise de um trabalho posterior, publicado pela autora em 2009, no qual ela redimensiona a questão ao considerar V1 um sequenciador intensificador. Porém, vale lembrar que o nosso objetivo principal é avançar em sua investigação, já que defendemos que a CFF reflete um processo de gramaticalização – a partir do *cline* [- subjetivo] > [+ subjetivo] –, hipótese que não foi cabalmente confirmada por Rodrigues (2006, 2009), que tratou apenas da gramaticalização de V1.

2.3. As contribuições de Rodrigues (2009): V1 como sequenciador intensificador

Em um trabalho posterior, Rodrigues (2009) acrescenta que os verbos ‘ir’, ‘pegar’ e ‘chegar’, dispostos em um contexto diferente da CFF, funcionariam como sequenciadores intensificadores. Tal característica foi atribuída a esses verbos, segundo Rodrigues (2009, p. 276), devido à função que desempenham nos enunciados, já que, além de conectar porções textuais que obedecem à mesma ordem dos acontecimentos no mundo real, eles apresentariam uma força de cunho pragmático – ‘força intensificadora’ – nos contextos em que figuram. Para a autora, esses verbos apresentam, na construção, valor de dramatização ou ênfase, ou seja, os verbos em questão apresentariam ‘relevo discursivo’¹⁹. Vejamos duas das ocorrências apresentadas por Rodrigues (2006, p. 179) e retomadas em seu trabalho mais recente:

¹⁹ Segundo Rodrigues (2006, p. 99), “assumir as CFFs como instanciadoras de relevo é ratificar sua atuação no plano discursivo-pragmático, uma vez que, segundo Travaglia (1999, p. 127 *apud* RODRIGUES, 2006), o relevo não é de nível sintático nem semântico, mas sim pragmático, tendo origem e resultado na interação entre os falantes numa dada situação de comunicação”.

(31) “Aí ela ficou meio assim, eu falei “olha isso é pra minha cabeça” porque se não eu vou batê pino de novo, eu me conheço” aí, organizou-se desse jeito aí **pegou**...começou a ficá bom, agora então ficou melhor, qué dizê eu 180 sinto falta deles, sinto um pouquinho de culpa às vezes, é [uma]...uma sensação engraçada (...).

(32) [Uma]- uma moça de dezenove anos morreu, daí, quando ela estava morta, estava no caixão, (f) (ruído de carro) eles abrem o caixão para ver, ("ainda") vestir, a moça estava lá, vestidinha de preto, com a mão assim, (f) a moça levantou do caixão e se sentou.

E- Como é que é?

F- **Foi**, a moça levantou do caixão e se sentou. **Pegou**, tiraram todo mundo de lá, daí veio um médico estava cheio de polícia lá. Veio um médico, daí o médico daí, acho que mandaram dar injeção na moça para moça morrer, daí a moça daí enterraram a moça de novo.

Como podemos observar, os verbos ‘pegar’ e ‘ir’ apresentam o mesmo valor discursivo que apresentam na CFF, porém temos aí um contexto diferente daquele em que a CFF se realiza, o que teria levado a autora a intitular esse tipo de construção de ‘sequenciador intensificador’. Dessa forma, Rodrigues (2009) ainda enfatiza que os verbos ‘ir’, ‘pegar’ e ‘chegar’, neste novo tipo de construção, não perderam sua função de dramatização e ênfase que é verificada nos contextos da CFF, embora não sejam mais considerados como elementos integrantes desse tipo de construção.

Neste caso, segundo a autora, os verbos ‘ir’, ‘pegar’ e ‘chegar’ funcionam como sequenciadores intensificadores, na medida em que:

[...] emergem em contextos de sequência de eventos, interligando duas sentenças; (b) são quase sempre precedidos por *aí*; (c) constituem uma unidade linguística independente, pois estão fora do nível da sentença (d) têm posição fixa: início de sentença; (e) mantêm a forma de terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo; (f) não apresentam argumentos internos nem externos; e (g) não aceitam negação. (RODRIGUES, 2006, p. 182)

Dessa forma, esses verbos sofreriam uma perda gradativa das propriedades sintáticas. Podemos perceber, então, que o sujeito, que antes se posicionava à esquerda de V1, passa a

anteceder e se aplicar somente a V2. Além disso, a correlação de tempos verbais entre os verbos envolvidos não é mais obrigatória.

Ao investigar evidências de que esses sequenciadores intensificadores ('ir', 'pegar' e 'chegar') se desenvolveram – ou pelo menos se definiram – a partir do contexto da CFF, Rodrigues (2006, p. 183) lista as principais propriedades desta categoria:

- (i) não exibem mobilidade, ocorrendo sempre em posição inicial do enunciado;
- (ii) estão fora dos limites da sentença;
- (iii) não subcategorizam complemento;
- (iv) não apresentam sujeito (têm flexão de terceira pessoa, mas o sujeito não é recuperável);
- (v) realizam-se sob a forma fixa de terceira pessoa e pretérito perfeito;
- (vi) não aceitam negação;
- (vii) são quase sempre precedidos por “ai”;
- (viii) aparecem em contexto de sequência de eventos;
- (ix) podem se antepor a verbos em outros tempos com flexão de número diferente.

A grande contribuição do trabalho de Rodrigues (2009) talvez esteja no fato de a autora, ao estender sua investigação acerca da CFF, também adotar a perspectiva de interface entre a gramaticalização e a gramática das construções. Mas, conforme veremos, ainda há muito a ser investigado na relação entre essas duas abordagens.

Para a autora, os contextos específicos nos quais a CFF se realiza são considerados construções. Com relação ao modelo de formação desse tipo de construção, que apresenta V1 funcionando como sequenciador intensificador, Rodrigues (2009, p.278) afirma que existiria uma relação hierárquica entre os tipos de construções envolvidos no contexto de formação da CFF. Assim, a autora estabelece o seguinte *continuum*:

Quadro 6 - *Continuum* proposto por Rodrigues (2009,p.277) na relação hierárquica entre os tipos de construções envolvidos no contexto de formação da CFF

C1		C2		C3		C4
Construções coordenadas	>	Construções intermediárias	>	CFF	>	sequenciador intensificador

Segundo Rodrigues (2009, p. 277-278), o *continuum* acima indicaria que, na construção 1, teríamos verbos lexicais plenos em cláusulas coordenadas, ao passo que, na construção 2, os verbos ainda preservariam seus complementos, mas o valor referencial tanto dos verbos quanto dos complementos já seria opaco, conferindo um caráter ambíguo a essa construção. Já na construção 3, os verbos se modificariam sintática e semanticamente. Por fim, na construção 4, os verbos, além de sofrerem alteração semântica, perderiam outras propriedades sintáticas, já que não subcategorizariam argumento interno, possuiriam restrição quanto à negação e sempre se encontrariam flexionados na terceira pessoa do pretérito perfeito. Concluindo, a autora afirma que cada estágio representado no *continuum* acima representaria um estágio diferente de gramaticalização dos verbos que compõem seus predicados.

2.4. Conclusões

Após estabelecer um panorama geral sobre os trabalhos de Rodrigues (2006, 2009), podemos claramente perceber que a autora apresentou avanços significativos para os estudos da denominada CFF, fenômeno linguístico que ela analisa enquanto construção. Porém, o objetivo central do nosso trabalho é avançar em suas conclusões na medida em que defendemos que esse tipo de construção está em processo de gramaticalização, fato esse não

confirmado pela autora, que, apesar de trabalhar com a noção de gramaticalização, não encontrou subsídios para comprovar que se trata de um processo de gramaticalização de uma construção. A nossa intenção, portanto, será verificar, mais sistematicamente, a gramaticalização de uma construção, já que V1 atuaria com escopo de subjetificação, apresentando caráter avaliativo em relação ao conteúdo proposicional com um todo.

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos os critérios e os métodos que subsidiaram a realização desta pesquisa. Nossa intenção, portanto, é descrever os *corpora* que analisamos, justificando sua seleção, e detalhar o tratamento que conferimos aos dados durante sua análise no Capítulo IV. É fundamental deixar claro aqui que a análise dos dados se dará qualitativamente.

3.1. Os *corpora* analisados

Primeiramente, vale ressaltar que ocorrências da CFF são mais encontradas em situações reais de fala, conforme foi atestado por Rodrigues (2006). Segundo a autora, os exemplos de CFF com os quais ela se deparou na modalidade escrita (em sites da *internet*) indicariam meras reproduções de uma situação de fala. Com base nessa consideração de Rodrigues (2006), optamos também por trabalhar com *corpora* que recobrissem a modalidade falada. Mais especificamente até, optamos por trabalhar com *corpora* que representassem o dialeto²⁰ mineiro, a saber: a) o *corpus* do projeto “Fala Mineira”, constituído pela Profa. Nilza Barrozo Dias, na Universidade Federal de Juiz de Fora; b) o *corpus* do projeto “Mineirês: a construção de um dialeto”; constituído pela Profa. Jânia Martins Ramos, na Universidade

²⁰ Para Halliday (*apud* PRETI, 2003), “um dialeto é uma variedade de uma língua diferenciada de acordo com o usuário: grupos diferentes de pessoas no interior da comunidade linguística falam diferentes dialetos”. Complementando, podemos afirmar que dialetos são variações de pronúncias, vocabulário e gramática que pertencem a uma determinada língua. Vale ressaltar que os dialetos ocorrem não somente em diferentes regiões, como temos o dialeto mineiro, o dialeto caipira, o dialeto sertanejo etc, mas também temos as variações regionais etárias, sociais, de sexo masculino e feminino, entre outras.

Federal de Minas Gerais; c) o *corpus* do projeto “*Corpus* Conceição de Ibitipoca”, constituído pela Profa. Terezinha Cristina Campos de Resende, para a realização de sua tese de doutorado. Apresentamos abaixo o número de palavras que compõe cada um dos *corpora* analisados:

Tabela 1 – Número de palavras que compõem cada *corpus* analisado

<i>Corpus</i>	Número de palavras
<i>Corpus</i> do projeto “Fala Mineira”	85.630 palavras
<i>Corpus</i> do projeto Mineirês: a construção de um dialeto	193.550 palavras
<i>Corpus</i> Conceição de Ibitipoca	21.026 palavras

Vale ressaltar que, em virtude de haver disparidade em relação ao tamanho dos *corpora* analisados, foram encontradas mais ocorrências de CFF nos *corpora* de maior extensão, conforme será apresentado, mais adiante, na Tabela 2. A seguir, realizaremos uma breve descrição dos *corpora* com os quais trabalhamos em nossa análise²¹.

I - Projeto “Fala Mineira”

O principal objetivo do projeto “Fala Mineira – o português falado na região de Juiz de Fora e arredores: constituição de banco de dados anotado”, coordenado pela Profa. Nilza Barrozo Dias na Universidade Federal de Juiz de Fora, foi construir um banco de dados anotado da fala mineira através da coleta em áudio – e de sua posterior transcrição – em diversos municípios da Zona da Mata Mineira. No quadro abaixo, segue a localização das cidades que foram contempladas pelo projeto:

²¹ Optamos por analisar *corpora* referentes ao dialeto mineiro a fim de, a partir da análise da CFF, contribuir para que as pesquisas acerca deste dialeto se tornem mais abrangentes.

Quadro 7 - Referência geográfica das localidades em relação a Juiz de Fora e número de habitantes

Cidades	Distância de Juiz de Fora	População
1. Ponte Nova	183 km	57.033
2. Patrocínio Muriaé	180 km	5.199
3. Tombos	200 km	12.833
4. Tocantins	90 km	16.364
5. Ubá	101 km	94.228
6. Espera Feliz	265 km	20.536
7. Cataguases	115 km	68.298
8. Ervália	157 km	17.771

A coleta dos dados foi realizada tanto em contextos informais (como conversas familiares e situações de compra e venda) quanto em contextos institucionais (como audiências cíveis e criminais). Em nossa análise, contamos apenas com os dados que recobrem contextos informais. Das nove gravações que representam esse tipo de contexto, analisamos seis delas, sendo que, nas transcrições de ‘compra e venda’, não encontramos uma ocorrência sequer de construções do tipo CFF.

II - Projeto “Mineirês: a construção de um dialeto”

O projeto “Mineirês: a construção de um dialeto”, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais a partir de 2007 e coordenado pela Profa. Jânia Martins Ramos, tem por objetivo identificar e descrever especificidades do dialeto mineiro contemporâneo. Outro objetivo pretendido pela pesquisa é fornecer explicações de natureza sócio-história dos fatos descritos. Feita a descrição formal dos fatos linguísticos investigados, realizaram-se análises de natureza quantitativa no *corpus* levantado. Como se trata de um projeto realizado com base no aporte da Sociolinguística Variacionista, são apresentadas informações sobre os entrevistados, tais como sexo, escolaridade e idade, variáveis irrelevantes para a nossa investigação. O *corpus* do

projeto é constituído por dados coletados em quatro cidades específicas, a saber: a) Belo Horizonte; b) Ouro Preto; c) Arceburgo; d) São João da Ponte. Em nossa análise, trabalhamos especificamente com as entrevistas que recobrem as cidades de Belo Horizonte, Arceburgo e São João da Ponte.

III – Projeto “*Corpus* Conceição de Ibitipoca”

O *corpus* “Conceição de Ibitipoca” é constituído por entrevistas realizadas pela pesquisadora Terezinha Cristina Campos de Resende – como subsídio para a sua pesquisa de doutorado – com os moradores da cidade mineira de Conceição de Ibitipoca e entorno. Segundo Resende (2006, p.104), a amostra constitui-se de 34 informantes, escolhidos de forma aleatória entre membros da comunidade de fala, levando em consideração as variáveis sociais já estratificadas (escolaridade, faixa etária, sexo e localidade). Vale ressaltar que a autora considerou como membros da comunidade de fala os nativos que Conceição de Ibitipoca e entorno, que sempre moraram em suas respectivas localidades.

As entrevistas foram realizadas entre janeiro de 2004 e março de 2005. Segundo Resende (2006, p. 107), elas eram marcadas com antecedência, a fim de se estabelecer um primeiro contato para conhecer o informante e deixá-lo a par do assunto tratado. Já no segundo contato, com a presença do gravador, o entrevistado preenchia uma Ficha Social do Informante e, em seguida, a entrevista era iniciada com duração de mais ou menos 60 minutos. A entrevista obedecia à seguinte ordem temática: (i) sócio-história do lugar; (ii) mudanças decorrentes do turismo; (iii) datas comemorativas locais; (iv) “causos” de assombração; (v) histórias de antigamente; (vi) credices e superstições; (vii) situação em que o informante tenha corrido perigo de vida; além de outros temas, sempre levando em conta as características do informante e explorando as situações em que ele se mostrava mais

emocionalmente envolvido (RESENDE, 2006). Segundo Resende (2006, p.108), a transcrição foi feita seguindo o molde de uma escrita comum, com algumas características que respeitam a naturalidade da oralidade. Foram analisadas três das entrevistas que constituem o *corpus*.

Realizada a seleção dos *corpora*, foi realizado um levantamento das ocorrências da CFF. É fundamental destacar aqui que, neste trabalho, não nos restringimos aos três verbos que ocupam a posição de V1 – ‘pegar’, ‘chegar’ e ‘ir’ – com os quais trabalhou Rodrigues (2006) em sua tese de doutorado. A fim de fornecer uma análise mais apurada da CFF nos *corpora* analisados, optamos por trabalhar com quaisquer verbos que aparecessem, na CFF, na posição de V1. Desse modo, como ficará ilustrado abaixo, encontramos os seguintes verbos na posição de V1: ‘pegar’, ‘chegar’, ‘virar’ e ‘ir’. Ou seja, apenas o verbo ‘virar’ foi acrescido. Para facilitar uma melhor visualização dos resultados, apresentamos, a seguir, o número de ocorrências da CFF, de acordo com o verbo que ocorre na posição de V1, em cada um dos *corpora* analisados:

Tabela 2 – Ocorrência da CFF nos *corpora* analisados

V1	PEGAR		CHEGAR		VIRAR		IR		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Projeto Fala Mineira	5	10.64%	17	36.17%	15	31.91%	10	21.28%	47
Projeto Mineirês	77	50.99%	15	9.93%	1	0.67%	58	38.41%	151
Projeto <i>Corpus</i> Conceição de Ibitipoca	1	5.88%	2	11.76%	0	0%	14	82.36%	17
Total	83	38.60%	34	15.81%	16	7.44%	82	38.15%	215

Os resultados acima indicam os verbos ‘pegar’ e ‘ir’ apresentam a maior representatividade na posição de V1 na CFF, o que é indicado pelo percentual de 38.60% para

o verbo 'pegar' e 38.15% para o verbo 'ir'. Em seguida, o verbo mais prototípico na posição de V1 é 'chegar', já que se obteve, para este caso, o percentual de 15.81%. Já o verbo 'virar' é muito menos frequente na posição de V1, já que foram encontradas apenas 16 ocorrências – o que representa 7.44% - em todos os *corpora*. Realizando uma análise mais pontual de cada *corpus*, verificamos que o “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto” apresentou o maior número de ocorrências de CFF. É também fundamental ressaltar que cada *corpus* apresentou especificidades em relação ao tipo verbo que ocupa a posição de V1: no *corpus* do “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto” houve a primazia do verbo 'pegar', com 77 ocorrências; no *corpus* do “Projeto Fala Mineira”, predominou o verbo V1 'chegar', com 17 ocorrências; já nos dados referentes ao “Projeto “*Corpus* Conceição de Ibitipoca”, o verbo V1 'ir' predominou sobre os demais, com 14 ocorrências.

3.2 – Análise Qualitativa: procedimentos adotados

Realizaremos uma análise qualitativa dos dados com o objetivo de comprovar a hipótese de que a CFF constitui um caso de gramaticalização de um padrão construcional na língua em que os falantes fazem uso de dois verbos para descrever um único evento e para marcar suas crenças e atitudes acerca do conteúdo proposicional. Para a realização de tal análise, tomamos como escopo teorias sobre a modalização epistêmica, evidencialidade, avaliação e contra-expectativa que nos auxiliarão na comprovação de que a CFF seja um caso de gramaticalização enquanto subjetificação a partir do *cline* [-subjetivo] > [+ subjetivo].

No próximo capítulo, dedicaremos nossa atenção pontualmente à análise dos dados. Conforme foi explicitado na introdução deste capítulo, analisaremos os dados a fim de

comprovar que a CFF constitui um caso de gramaticalização enquanto processo de subjetificação, já que V1 atuaria com escopo de subjetivo em relação a V2, apresentando caráter de avaliação sobre todo o conteúdo proposicional. Dessa forma, com esse tipo de análise, verificaremos em nossos *corpora* se V1 realmente apresenta caráter avaliativo, demarcando o posicionamento do falante acerca do que diz na proposição.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo será dedicado pontualmente a analisar qualitativamente os dados. Nesse sentido, a fim de comprovar a hipótese de que a CFF constitui um caso de gramaticalização de um padrão construcional na língua – a partir do qual os falantes coadunam o uso de dois verbos para codificar um único evento e para marcar suas crenças e atitudes diante do conteúdo proposicional –, assumiremos algumas categorias analíticas específicas, a saber: modalização epistêmica, evidencialidade, avaliação e contra-expectativa. A intenção, portanto, é delimitar em que medida, no caso da CFF, se instancia a gramaticalização a partir do *cline* [-subjetivo] > [+subjetivo].

Além disso, com o intuito de também ratificar a hipótese defendida neste trabalho, promoveremos uma descrição semântica de V1 enquanto componente do sintagma verbal da CFF. Dessa forma, analisaremos V1 a partir da perspectiva assumida por Traugott & Dasher (2005), que concebem que, em processos de mudança semântica e gramaticalização, seria fundamental a noção de movimento como um domínio conceptual básico. E, nesse sentido, demonstraremos que a ideia de movimento presente nos verbos que ocupam a posição de V1 é projetada a partir da noção de contra-expectativa. Em relação a V2, embora tenhamos constatado uma presença mais recorrente de verbos ‘dicendi’ nesta posição²², não podemos assumir que este tipo de verbo constitui sempre o padrão construcional da CFF. Desse modo, a análise de V2 tomará como base a noção de evidencialidade, ou seja, nos casos em que há

²² Destacamos aqui novamente que, segundo Rodrigues (2006), o verbo que ocupa a posição de V2 é relativamente livre.

verbos ‘dicendi’, analisaremos qual a função semântica assumida por esses verbos na posição de V2.

4.1. CFF: um caso de gramaticalização/subjetificação

Vimos, no Capítulo I – mais especificamente, na seção 1.1.2. –, que a emergência de novos padrões construcionais na língua está intrinsecamente relacionada à necessidade de formas mais expressivas que visam a apresentar o posicionamento dos falantes nas mais diversas situações comunicativas (cf. TRAUGOTT, 1995, *forthcoming*). Como defendemos neste trabalho, no caso da CFF não seria diferente: a CFF representaria a gramaticalização/a emergência de um novo padrão construcional em que o falante projetaria suas crenças e atitudes. Conforme discutiremos nesta seção, a subjetificação presente na CFF seria instanciada a partir de quatro categorias específicas, já citadas anteriormente: modalização epistêmica, evidencialidade, avaliação e contra-expectativa. A fim de facilitar nossa análise, precederá à análise dos dados uma breve discussão acerca do estatuto teórico destas categorias. Nossa intenção, portanto, será primeiramente fornecer o aporte teórico necessário para uma subsequente análise qualitativa dos dados levantados nesta pesquisa.

4.1.1. O estatuto teórico da modalização epistêmica, da evidencialidade, da avaliação e da noção de contra-expectativa

Nesta seção, apresentaremos o estatuto teórico das categorias analíticas a que recorreremos para comprovar que a CFF se trata de uma construção que está em processo de gramaticalização. Dessa forma, trataremos primeiramente das noções de avaliação e contra-

expectativa. Entendemos que a confluência dessas duas categorias de análise é de grande importância para nosso trabalho, pois, além de considerarmos a visão mais atual de gramaticalização, com a sua investigação baseada nos modelos de uso, levaremos em conta também o posicionamento do falante diante da proposição. A análise que realizamos apresenta, portanto, um cunho semântico-pragmático.

4.1.1.1. Modalização epistêmica e evidencialidade

De Haan (2006), no trabalho intitulado *Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries*, afirma que a modalidade epistêmica e a evidencialidade se diferem no plano semântico. Enquanto a primeira trata do grau de (des)comprometimento do falante em relação ao dito, a segunda nos informa a natureza da evidência da informação, ou seja, a fonte da informação. Já no plano sintático, com respeito ao escopo de negação que podemos encontrar nas construções com elementos de modalidade epistêmica, essa característica é diferenciada com elementos evidenciais antes gramaticalizados, já que estes não podem ocorrer dentro desse escopo. Outra diferença está no modo como essas duas categorias tratam a evidência. Enquanto o modal epistêmico serve para medir o nível de confiança da sentença asseverada, o evidencial apenas indica a evidência, mas recusa interpretá-la de qualquer forma.

Já ao analisar pontualmente o processo de modalização, Neves (2006) leva em consideração seu variado campo de estudo, fazendo um amplo levantamento das diferentes orientações teóricas, dos tipos de modalidade e, ainda, da própria variação da conceituação dessa categoria.

Para a autora, a primeira questão que se coloca na investigação sobre modalidade é se há ou não enunciados não-modalizados. Assim, se nunca deixamos de marcar os enunciados em termos de verdadeiro/falso ou certeza/incerteza e se, ao modalizarmos, levarmos em conta as relações entre locutor, realidade objetiva e enunciado, então poderíamos considerar que não existe enunciado não-modalizado. Como aponta Neves (2006), há estudos que se opõem a essa visão. Um exemplo seria o trabalho de Ducrot (1993 *apud* NEVES, 2006), que considera que o modal estaria ligado às tomadas de posições com relação ao discurso expresso, ao passo que o não-modal se referiria à simples descrição das coisas e às informações objetivas.

Como destaca Neves (2006), necessidade e possibilidade são, tradicionalmente, noções que constituem a base dos diversos tipos de modalidades. A partir dessas duas noções seriam, então, estabelecidas as seguintes subcategorias modais:

- (i) modalidade alética: relacionada ao grau de verdade das proposições;
- (ii) modalidade epistêmica: relacionada à necessidade e à possibilidade epistêmicas, que dependem, nesse caso, de como o enunciador conhece o mundo e também de suas crenças;
- (iii) modalidade deôntica: relacionada às obrigações e às permissões, está condicionada a traços lexicais ligados ao falante. Além disso, parte do pressuposto de que o ouvinte aceita o valor de verdade do enunciado para, então, realizar o que foi proposto;
- (iv) modalidade bulomaica ou volitiva: relacionada à necessidade e à possibilidade ligadas aos desejos do falante, possuindo também traços de necessidade deôntica;

- (v) modalidade disposicional ou habilitativa: relacionada à disposição, à habilitação e à capacitação, possuindo traços de possibilidade deôntica.

Neves (2006) defende que essa classificação não é a única. Os tipos de modalidade tradicionalmente reconhecidos podem variar de um autor para outro, mas, no geral, há um consenso sobre a ocorrência da modalização epistêmica, que pode se dividir em modalidade epistêmica objetiva e modalidade epistêmica subjetiva. A primeira tem a ver com um conhecimento que é comum à comunidade onde o falante participa ou que, pelo menos, é representado como se fosse. Neste caso, tem-se uma escala de possibilidade no discurso do falante que pode ir do possível ao impossível. Já a segunda está relacionada a um conhecimento particular do falante e é por meio dela que ele pode se comprometer ou não com a veracidade do dito. Tal modalidade é marcada pelo uso dos verbos de crença ou opinião, dando ao falante um crédito de honestidade acerca daquilo que é dito por ele.

Conforme já sinalizado nesta seção, ligado ao conceito de modalização epistêmica está a noção de evidencialidade. Os evidenciais, nesse sentido, indicariam algo sobre a fonte de informação do falante, que pode ser o próprio falante ou não. Vale ressaltar que o conceito de evidencialidade não é consensual entre os estudiosos, já que, no geral, eles apenas concordam que se trata da indicação da origem do conhecimento asseverado. E aí é que se coloca o conflito, pois a expressão de uma fonte de conhecimento implica modalização do nível do conhecimento, o que configura a co-ocorrência das duas categorias. A seguir, apontaremos resumidamente o que afirmam alguns autores sobre a (in)dissociabilidade entre modalização epistêmica e evidencialidade.

Neves (2006, p.166) cita Palmer (1986) e Hengeveld (1988, 1989), para os quais os evidenciais são um tipo de modal epistêmico. Também menciona Van Valin (1997), De Haan

(1997) e Nuyts (1992, 1993a, 1993b, 2001), afirmando que para esses estudiosos a qualificação evidencial determina a qualificação epistêmica. Por sua vez, Nuyts (1993 *apud* NEVES 2006, p.166) considera que a evidencialidade qualifica a modalidade, que, ao ser instanciada, pode ser subjetiva (sendo o falante a fonte) ou não-subjetiva (sendo a fonte uma comunidade, na qual pode ser inserido o ouvinte). Vemos, portanto, que aqui modalização epistêmica e evidencialidade não podem ser vistas como subcategorias do mesmo nível. Segundo Lucena (2008, p. 3):

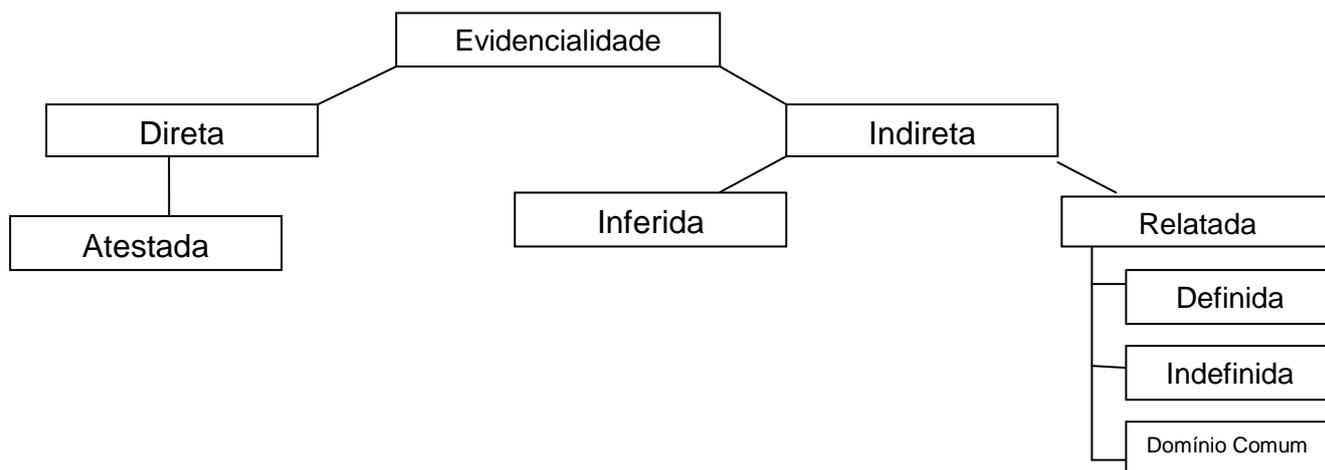
[...] a informação asseverada em uma proposição pode ter como fonte o próprio falante ou pode ser um conhecimento amplamente conhecido, verdadeiro e incontestável, independentemente do modo de obtenção dessa informação, ou seja, um conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Ou ainda, pode ser uma informação obtida por meio de um relato. Com respeito à evidência relatada, o falante pode explicitar a fonte da informação ou apenas indicar a sua existência sem, no entanto, codificá-la.

Pela citação acima, podemos perceber que a informação pode ser evidenciada através de três formas a partir da fonte do dito: (i) pode ser de domínio comum, (ii) pode ser o próprio falante ou (iii) pode ter sido obtido de uma terceira fonte. Segundo De Haan (2000), a evidencialidade é dividida em direta e indireta. A evidencialidade é direta quando o falante testemunha a ação de forma visual, auditiva ou com qualquer outro sentido; já a evidencialidade é indireta quando o falante deduz ou ouve a informação de outras pessoas. Temos, respectivamente, uma fonte de natureza primária (evidência atestada) e uma fonte advinda de terceiros (evidência relatada e inferida).

Na evidência relatada, o falante obtém a informação por meio de outro falante e, na evidência inferida, o falante infere a situação, partindo de resultados ou de seu próprio raciocínio lógico. Aquela ainda pode ser dividida em três tipos: definida (quando a fonte é explicitada), indefinida (quando apenas se remete à existência da fonte, sem explicitá-la) e

de domínio comum (quando a fonte da informação é de conhecimento de todos). Podemos resumir essa teoria de De Haan (2000) sobre a evidencialidade no seguinte esquema:

Figura 1 - Evidencialidade e suas classificações²³



De qualquer forma, a modalidade e a evidencialidade compõem, em inter-relação, a avaliação do falante em relação ao conteúdo proposicional. Desse modo, assumiremos, neste trabalho, que se torna difícil dissociar a modalização epistêmica da evidencialidade em análises linguísticas e que a gramaticalização pode se instanciar a partir do *cline* unidirecional [- subjetivo] > [+ subjetivo].

Com base no levantamento teórico realizado aqui, assumimos que a CFF representa a gramaticalização de novas construções na língua a partir das quais os falantes fazem o uso de dois verbos justapostos ou não para codificar um único evento e para marcar suas crenças e atitudes diante do conteúdo proposicional.

²³ Alves (2009) também faz uso desta representação em seu trabalho intitulado “Modalidade Epistêmica e Evidencialidade em discursos da ministra Dilma Rouseff”.

4.1.1.2. Avaliação

Mesmo sabendo que a avaliação pode se constituir como um caso de modalidade (GIVÓN, 2001, p.300), a trataremos separadamente nesta seção. Ressaltamos também que a discussão realizada sobre avaliação tomará como base os trabalhos de Labov (1972), White (2001), Myers (2004), Vieira (2007) e Vian (2009).

Para Labov (1972), a avaliação é um elemento crucial que estrutura a narrativa, e sua função é trazer à tona a dramaticidade da situação, de eventos e dos protagonistas envolvidos em uma narração. Em sua pesquisa, o autor estudou a fala de afro-americanos em Nova York, com o intuito de identificar a maneira como esses falantes faziam uso das habilidades verbais quando avaliavam suas experiências. Ao gravar as falas dessas pessoas, Labov (1972) percebeu que naquelas narrativas havia um elemento importante em sua constituição, o que ele denominou de avaliação da narrativa.

Partindo desse pressuposto, Labov (1972) conclui que qualquer elemento que sinaliza a perspectiva de quem produz a narrativa e a interpretação subjetiva dos eventos narrados pode ser considerado como um elemento avaliativo do texto. Dessa forma, o autor divide a avaliação em avaliação externa e avaliação encaixada²⁴. A primeira se dá quando o narrador interrompe a narração e torna explícito o ponto de vista da narrativa, enquanto, na segunda, o autor encaixa-o na narração, caracterizando, portanto, o discurso direto.

White (2001), em *Appraisal: an overview*, afirma que sentenças avaliativas são aquelas em que se manifesta um posicionamento atitudinal do locutor, ou seja, “sentenças que podem

²⁴ Segundo Labov (1972), o narrador faz uso de recursos avaliativos para indicar o encaixamento da narrativa. São eles: a) a ação avaliativa e os b) elementos avaliação, como: i) intensificadores (repetições e quantificadores, por exemplo), ii) comparadores, iii) os correlativos (progressivos, apostos e adjetivos duplos, por exemplo) e iv) os explicativos, que trazem complicações de cunho avaliativo.

ser interpretadas como indicando que alguma pessoa, coisa, situação, ação, evento ou estado de coisas é para ser visto positivamente ou negativamente”. O posicionamento atitudinal não é produzido somente pelo emprego de certas palavras ou expressões, mas pela interação de múltiplos elementos, podendo se manifestar de forma implícita (a partir de pressuposições) ou explícita (a partir de marcas lingüísticas), a saber: o afeto (emoção do escritor/falante em relação ao fato), o julgamento (avaliação do escritor/falante em relação ao fato) e a apreciação (avaliação do objeto não da pessoa).

No afeto, temos a avaliação da emoção do escritor ou falante em relação a pessoas, fatos, acontecimentos ou estado de coisas (itens lingüísticos: verbos de emoção, advérbios de modo, adjetivos e nominalizações de emoção), envolvendo como o escritor/falante responde emocionalmente a uma certa situação ou como o escritor é a fonte da emoção através da qual a avaliação se manifesta e com a qual ele se compromete ou ainda como as emoções de outras pessoas são manifestadas pelo escritor.

No julgamento, o autor considera a avaliação do comportamento humano em relação a normas éticas ou regras e convenções de comportamento, tendo como ponto de partida o sistema de normas sociais. São considerados o peso do valor social (sistema de (i)moralidade, (i)legalidade e (não) polidez) e o peso de outros valores, tais como o religioso, o convencional, o tradicional e excêntrico, a (in)competência e a disposição psicológica. Para o autor, o julgamento pode estar explícito ou implícito e diz respeito a críticas, elogios, aplausos ou condenação de comportamento de indivíduos ou grupos.

Na apreciação, encontramos a avaliação da forma, aparência, composição e impacto dos artefatos humanos, bem como do próprio indivíduo, sendo o valor mais óbvio de apreciação a anti-estética, com a avaliação negativa de objetos e de entidades. O valor de afeto mostra a responsabilidade do autor, a importância de seu posicionamento avaliativo na

construção e modelagem de seu texto. No julgamento e na apreciação, a subjetividade envolvida dos participantes é muito menos diretamente representada e muito mais apreendida do contexto.

Neves (2000), ao analisar os sintagmas adjetivos, destaca os adjetivos que expressam avaliação psicológica, já que eles exprimiriam propriedades que definem o substantivo na sua relação com o falante. Nesse caso, eles poderiam atuar na direção da coisa nomeada para o falante e na direção do falante para a coisa nomeada. Os adjetivos de qualidade, de quantidade, de autenticação e de relativização expressariam propriedades intencionais por terem a função de exprimirem propriedades que descrevem o substantivo.

De acordo com Neves (2000) e White (2001), a avaliação pode estar centrada quer no locutor quer em artefatos, eventos ou no próprio comportamento humano, ou seja, pode ser direcionada para o avaliador ou para o objeto avaliado.

Com foco também no plano semântico, Myers (2006) igualmente conceitua modalidade e avaliação. Segundo ele, a modalidade e a avaliação podem aparecer em conjunto em uma mesma sentença, porém prevalecem em um texto de acordo com o gênero, já que estão ligadas estritamente ao ponto de vista do falante/escritor e ao estilo. Para Myers (2006), podemos perceber a modalidade em uma dada sentença através de verbos auxiliares modais, adjetivos modais, advérbios, substantivos e locuções em primeira pessoa como “Eu penso que”.

Para exemplificar, o autor, ao estudar os verbos auxiliares do inglês, mostra que esse tipo de verbo apresenta um comportamento diferente, devido à ausência de flexão, à presença de formas passadas com outro sentido, à possibilidade de serem seguidos por verbos no infinitivo, de apresentarem formas contraídas e de invertermem a ordem nas perguntas. Dessa forma, o autor ilustra sua teoria com os modais auxiliares *will/would* e *can/could*, por exemplo.

Segundo ele, além dos modais auxiliares, também seriam indicadores de modalização os advérbios 'talvez' e 'certamente', os adjetivos 'certo', 'necessário' e 'provável' e substantivos como 'necessidade', 'probabilidade' (MYERS, 2006, p. 2-3).

Myers (2006) avança em seus estudos sobre a modalidade na medida em que defende a hipótese de que a modalidade vai além das classes de palavras (advérbios, adjetivos, substantivos, auxiliares modais) e além da expressão em primeira pessoa e, devido a essa característica, o autor afirma que a modalidade integra uma categoria mais ampla, a qual indica a subjetividade de alguém ou a aparência de algo em vários tipos de atribuições. Dessa forma, sua teoria é de grande valia para nós, já que defendemos aqui que a CFF é um tipo de construção que se encontra em processo de gramaticalização enquanto subjetificação, em que V1 atua não somente em V2, mas em todo o conteúdo proposicional. Vale lembrar que V1, apesar de não possuir características de um verbo pleno, sinaliza todo o processo de subjetificação encontrado numa CFF, como veremos mais adiante na seção 4.1.4.

Avançando nos estudos sobre avaliação, temos o trabalho de Vieira (2007), cujo principal objetivo é discutir o status objetivo e subjetivo da argumentação desde os postulados de Aristóteles. Ao constatar que as opiniões podem ser objetivas e subjetivas ao mesmo tempo, a autora apresenta variados enfoques através dos quais temos as teorias sobre subjetividade e avaliação. Aqui, apresentaremos o que foi defendido pela autora no que tange à avaliação.

Vieira (2007) estabelece uma relação entre argumentação e avaliação, já que afirma que as avaliações são construídas dentro da argumentação. Vemos, portanto, que seu trabalho está em consonância com o de Schiffrin (1990)²⁵, que apresenta uma distinção entre argumentações mais objetivas e opiniões subjetivas. A autora também utiliza a teoria de Shi-xu

²⁵ SCHIFFRIN, D. The management of cooperative self during argument: the role of opinions and stories. In: GRIMSHAW, A. D. (Ed.). Conflict talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversations. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 241-259.

(2000)²⁶, que defende que a opinião pode ser sustentada por uma representação objetiva, que é interpretada como uma posição para os fatos. Essa representação objetiva freqüentemente será avaliativa e reflete o julgamento moral de alguém, caracterizando-se, portanto, como discurso atitudinal, ou seja, quando fatos da realidade são usados para sustentar opiniões, os significados subjetivo e objetivo se unem, havendo, dessa forma, consenso sobre o fato de que há uma dimensão subjetiva e avaliativa tanto na argumentação quanto na opinião (Vieira, 2007, p.4).

De acordo com Vieira (2007), as vertentes lingüísticas que estudam a subjetividade vão ao encontro da teoria que sustenta que a argumentação está ligada à palavra opinião. Esta, por sua vez, se encontrada ligada à subjetividade e à avaliação, seja através de atitudes, sentimentos, pontos de vista sobre coisas, eventos e/ou comportamentos humanos. Dentre os autores por ela citados, também se destaca Fairclough (2003 *apud* VIEIRA, 2007), cujo trabalho apresenta quatro sinais de avaliação, a saber: (a) declarações avaliativas; (b) declarações com modalidade deôntica, (c) declarações com processos verbais mentais e afetivos e (d) assunções avaliativas cuja função é inferida a partir de valores partilhados entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

Já para Vian (2009, p.100), o que gera diferentes tipos de avaliação é o modo como um produtor de um texto oral ou escrito se posiciona em relação ao seu interlocutor/leitor e o modo como julga o mundo concebido no texto que produz. Essas avaliações, para o autor, evidenciam, em termos léxico-gramaticais, os tipos de atitudes negociadas no texto e também as forças de sentimento em relação ao objeto de avaliação. Em seu trabalho, o autor preferiu adotar a nomenclatura 'avaliatividade e avaliação' ao invés de *appraisal*, *evaluation* ou

²⁶ SHI-XU. Opinion discourse: Investigating the paradoxical nature of the text and talk of opinions. *Research on Language and Social Interaction*, 33(3), 2000, p. 263-289.

assessment devido a numerosos problemas que ocorrem na tradução desses termos para o português.

Ao se deparar com análises de cunho sistemático e textual, Vian (2009, p.102) cita a escala de instanciação²⁷ (HALLIDAY E MATHIESSEN, 1999; HALLIDAY, 2004)²⁸ e afirma que, se a observarmos pela perspectiva macro dos potenciais de significados disponíveis, teremos, de acordo com Martin & White (2005, p.163)²⁹, em um pólo a língua como sistema, e, no pólo oposto, as situações ou contextos em que esses significados são realizados de maneira individual, isto é, a língua como texto. Dessa forma, Vian, (2009, p.103), ao investigar como as instâncias avaliativas são realizadas no texto no português brasileiro, defende a hipótese de que a avaliatividade pode ser compreendida no nível do sistema e a avaliação no nível textual e conclui que, ao debruçar-se sobre a relação entre língua e texto em termos de escala de instanciação, é possível notar que:

“a **avaliação** é apenas a instanciação das opções avaliativas de que a língua dispõe como potencial de significados presentes no texto, ao passo que **avaliatividade** está relacionada a todo o potencial que a língua oferece para realizarmos significados avaliativos, ou seja, para expressarmos pontos de vista positivos ou negativos, para graduarmos a força ou o foco do que expressamos e para negociarmos a intersubjetividade e assim por diante.”

Pela citação acima, podemos depreender que a avaliação só terá sentido se levarmos em conta o Outro, o interlocutor, pressupondo-se que este partilhe os mesmos valores sociais emitidos, assimilando a avaliação na medida em que se posiciona em relação a ela e assumindo o seu papel. A avaliatividade está relacionada ao sistema e as escolhas avaliativas

²⁷ A noção de **instanciação** é de extrema importância para que se compreenda a relação entre avaliatividade (no nível do sistema) e avaliação (no nível do texto), isto é, a instanciação é a manifestação do sistema lingüístico no texto, o que deve, da mesma forma, ser interpretado como um processo dialético, dado ao fato de que a instanciação se manifesta, constrói e reconstrói os potenciais de significado de determinada cultura. (VIAN 2009, p. 109)

²⁸ HALLIDAY, M.A.K. e MATHIESSEN, C.M.I.M. 1999. *Construing experience through meaning: a language based approach to cognition*. London: Cassell.

HALLIDAY, M.A.K. 1994. *Introduction to Functional Grammar*. 2nd. Edition. Londres: Edward Arnold.

²⁹ MARTIN, J.R. e WHITE, P. 2005. *The language of evaluation: Appraisal in English*. London: Palgrave Macmillan.

feitas pelo falante/escritor que serão instanciadas e realizadas no texto léxico-gramaticalmente. Temos, dessa forma, que essas escolhas são permeadas por outros discursos, pelas crenças dos falantes/escritores, seus julgamentos, suas experiências de mundo, afeto e variados elementos contextuais e individuais, o que nos leva a dizer que um determinado item lexical pode assumir um valor significativo em dado contexto e não em outro (VIAN, 2009).

Após abordamos algumas teorizações sobre a avaliação, podemos perceber que, ao analisarmos uma CFF como uma construção que revela um processo de subjetificação, é pertinente levarmos em consideração a avaliação que o falante faz da ação do evento narrado. Neste caso, temos que o verbo que ocupa a posição de V1 sinaliza a avaliação do falante acerca do evento representado por V2 – mas também por todo o conteúdo proposicional –, como, por exemplo, suas condições de sucesso. Podemos exemplificar esta assertiva com as seguintes ocorrências retiradas dos *corpora* analisados:

(33) Você faz fisioterapia. Quais os motivos te levaram a fazer esse curso?

Bom, + eu + sempre quis fazer uma área da saúde, uma área biológica. Desde pequenininha, desde quando + é + a menina ta lá naquela idade que ela quer ser professora e tal, eu + não! Eu queria ser médica, depois eu queria fazer Educação Física, depois eu voltei para Medicina, então era sempre uma coisa assim. Aí é + eu comecei a chegar mais perto da época de fazer vestibular e eu queria uma profissão também que eu não tivesse que ficar parada, que eu pudesse mexer o tempo inteiro, porque eu não tenho muita paciência de ficar parada atrás de uma mesa, mexendo no computador o dia inteiro, falando no telefone. ---- Aí eu jogava basquete + e eu tive um problema no joelho e tive que operar o meu joelho três vezes. Então cum isso, eu fiz fisioterapia demais na minha vida + e só que eu só fiz fisioterapia ortopédica, né? E aí eu comecei a gostar, comecei a achar bunito a questão de **você poder pegar e reabilitar uma pessoa** + com coisas simples, sem precisar tomar remédio, sem precisar fazer nada invasivo, a pessoa por ela mesmo. E aí eu fiz vestibular para fisioterapia. (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

(34) E você. Qual foi sua reação nesse momento?

Eu estava mais pensativa pensando no que eu poderia fazer p tentar controlar essa situação. (a) **Ai eu peguei e pedi minha vizinha p liga p policia** (b) **ela pegou e foi ligar** enquanto isso minha mãe foi gritando o outro vizinho da esquina apareceu aí a gente, pediu ele para descer e tal para ele vi lá vê né falar com meu pai q meu pai tava

querendo entrar e a gente não tava deixando meu pai entrar na casa. Pq poderia ser o ladrão poderia ta lá dentro e a gente não sabia. (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

Nos exemplos (33) e (34 a e b) acima, temos o verbo ‘pegar’ ocupando a posição de V1 nas três CFFs. Como vimos em Vian (2009), o falante³⁰ pode expressar pontos de vista positivos ou negativos acerca da ação veiculada em sua proposição. Nos casos acima, temos que, em (33), o falante, estudante de fisioterapia, avalia as condições de um fisioterapeuta poder reabilitar um paciente sem usar meios que envolvem uso de medicamento, e o verbo ‘pegar’ sinaliza esse ponto de vista positivo acerca deste processo de reabilitação citado pelo estudante. Nos exemplos (34 a e b), temos uma pessoa narrando um fato assustador que aconteceu em sua casa. Ao fazer uso do verbo ‘pegar’ nas duas CFFs, a falante avalia positivamente a sua própria atitude de pedir socorro à vizinha e também avalia positivamente a tomada de atitude da vizinha de ligar para a polícia, já que pensou que um ladrão queria invadir sua casa e, na verdade, constatou que era apenas o pai da falante. Temos aí que o falante fez a escolha de usar o verbo ‘pegar’ na posição V1, fazendo com que esse verbo adquirisse um outro valor significativo nesse contexto da CFF, mais especificamente. Veremos mais exemplos na seção 4.1.4. quando analisarmos mais ocorrências de CFF.

4.1.1.3. A noção de contra-expectativa

A noção de expectativa/contra-expectativa se faz relevante em nossa análise de V1 no sintagma verbal da CFF, já que os verbos que ocupam tal posição podem ou não denotar a expectativa do falante em relação ao conteúdo proposicional. Segundo Heine *et al.* (1991,

³⁰ Trabalhamos somente com dados de fala.

p.192), a noção de expectativa está relacionada ao fato de que as línguas, em geral, apresentam meios de expressão para codificar a diferença entre situações que correspondem às normas compartilhadas e situações que não se adequam a elas, sendo, portanto, gramaticalmente marcadas e compostas por elementos que possuem a função de indicar contra-expectativa. Dessa forma, de acordo com os autores, o uso de marcadores de contra-expectativa implica uma comparação entre aquilo que é dito e o que se espera, ou que se pressupõe, ou que se assume como norma. Como exemplo, tem-se :

(35) *Your house is **too** small, even if you are **only** two.*

No exemplo acima, Heine *et alii* (1991) afirmam que essa frase sinaliza o que o falante considera norma dentro do seguinte contexto: “a casa é pequena em relação ao normal, e duas pessoas constituem um número pequeno em relação ao que normalmente ocorre”, portanto, as palavras *too* e *only* são classificadas como marcadores de contra-expectativa.

Martelotta (2009, p.41), ao investigar as construções adversativas, afirma que o falante, ao fazer uso desse tipo de construção, lida com um conhecimento de mundo que partilha com seu ouvinte, do qual decorrem normas e expectativas. Mas, o autor alerta que isso nem sempre acontece, uma vez que as expectativas não são as mesmas para falante e ouvinte, podendo ser diferentes de acordo com fatores como idade, sexo, grupo social, nível de instrução ou mesmo nível de conhecimento do assunto que está em pauta. Entretanto, “*nem sempre as afirmativas expressam questões para as quais há um padrão ou norma já estabelecida que possa suscitar uma expectativa.*” Nesse sentido, o autor cita alguns exemplos dentre os quais podemos apresentar aqui:

(36) ah... lá tem sinu::ca... tem totó... tem uma quadra lá de... basquete... **mas pequenininha...** não é grande não... deve ter uns cinco metros só...

(37) oh... eu gosto de ir pro Rio da Prata... que lá é um lugar calmo... é cheio de árvores... é/ tem um pouco de mata fechada... tem cachoeira... pra gente tomar banho... tem umas frutas lá... **mas tem bastante sítio também...** e eles/ eu não/ é bom lá à beça...

Com base nos exemplos acima, Martelotta (2009) defende que a expectativa advém do próprio texto, lugar onde os fatos são apresentados e em relação aos quais a construção em que ocorre a marca de contra-expectativa constitui um contraste: o que se fala pode suscitar no ouvinte uma interpretação que se quer evitar, o que ocorre em contextos que apresentam cláusulas contrastivas. Assim, o falante, ao trabalhar com a expectativa do ouvinte, se antecipa a uma possível interpretação que veio do que foi dito anteriormente. No exemplo (37), o contraste se dá não em relação à cláusula anterior, mas em relação à imagem equivocada que o ouvinte supostamente poderia conceber, devido às informações presentes no conjunto das cláusulas previamente mencionadas.

Baseando-se no trabalho de Stefanowitsch (1999, 2000) sobre as construções do tipo *go-and-verb* e seus subtipos, Rodrigues (2006) destaca que a noção de contra-expectativa equivale à idéia de que um elemento de contra-expectativa tem como função sinalizar uma alteração no curso esperado na narrativa. Nesse sentido, Rodrigues (2006, p.38) se baseou no conceito de 'contrajunção' como um dos grupos de fatores analisados em sua tese de doutorado:

Na contrajunção, segundo Vilela & Koch (2001: 504), os enunciados de orientações argumentativas diferentes se contrapõem. **Contra-expectativa**, ou ***unexpectedness***, por sua vez, pressupõe que os eventos ou estado-de-coisas, expressos por certos enunciados, representam uma mudança no curso esperado da narrativa (Stefanowitsch 1999, Hopper 2002). Embora contrajunção e contra-expectativa sejam usados para traduzir certas relações em seqüências textuais diferentes, argumentação e narração, respectivamente, esses dois valores são analisados dentro de um mesmo grupo de fatores. Através do cruzamento com a variável "tipo textual", é possível recuperar se trata de um ou outro caso.

Podemos perceber que este grupo de fatores tem como função verificar se as CFFs são responsáveis pela introdução de algum elemento de contra-expectativa, já que, como veremos abaixo, é um valor presente também em construções parecidas com as CFFs em outras línguas. É o caso da construção *go-and-verb* mencionada no início desta seção. Como esse tipo de construção também apresenta dois verbos em seu sintagma verbal, Stefanowitsch (1999, 2000) afirma que V1 e V2 desenham um único evento³¹. Podemos exemplificar esse tipo de construção com as seguintes ocorrências apresentadas por Rodrigues (2006, p.16):

(38) a. Look what you've gone and done!

(“Olhe o que *você (foi e) fez!*”)

b. He's gone and lost his job.

(“*Ele (foi e) perdeu o emprego.*”)

c. It was going to be a surprise, but he went and told her.

(“Era para ser uma surpresa, mas *ele (foi e) contou para ela.*”)

(39) Nobody thought he could climb Everest, but he went and did it!

(“Ninguém achou que ele escalaria o Everest, mas *ele foi e fez isso!*”)

(40) We asked him not to call the police, but he went (ahead) and did it anyway.

(“Nós pedimos pra ele não chamar a polícia, mas *ele (foi (em frente) e) fez isso de qualquer maneira.*”)

(41) a. I think we should all go and see Valerie on Sunday.

(“Eu acho que *nós deveríamos (ir e) ver Valerie no domingo.*”)

b. I'll go and get the rest of your stuff.

(“*Eu(irei e) pegarei o resto de suas coisas.*”)

Stefanowitsch (1999, 2000 *apud* Rodrigues 2006, p.19) afirma que as construções do tipo *go-and-verb* apresentam diferentes usos que denotam:

(a) deslocamento real através do espaço;

³¹ Rodrigues (2006) encontrou uma lacuna nos trabalhos de Stefanowitsch (1999, 2000) na medida em que o autor não assume uma definição de evento em seu trabalho.

- (b) aborrecimento, desapontamento, desaprovação;
- (c) avaliação de uma ação como estúpida ou indesejável;
- (d) surpresa, mudança inesperada no curso esperado na narrativa;
- (e) procedimento sem hesitação ou preocupação com os outros, sem se importar com os obstáculos;
- (f) ação contínua, aspecto progressivo habitual.

Levando em consideração os exemplos (38-41) e os diferentes usos apontados por Stefanowitsch (1999, 2000 *apud* Rodrigues 2006), Rodrigues (2006) encontrou algumas lacunas em seus trabalhos. A autora julga possível argumentar que “desagrado por parte do falante” (exemplos 39a-b), “surpresa” (exemplo 39), “procedimento sem hesitação” (exemplo 40) são de alguma forma significados relacionados, uma vez que carregam um elemento de contra-expectativa. Outra lacuna diz respeito ao modo como o autor tratou do valor de contra-expectativa nas construções por ele estudadas, uma vez que suas próprias argumentações são circulares. Outra lacuna apontada por Rodrigues (2006) é que a maioria dos exemplos é precedida pela conjunção adversativa ‘*but*’, que já sinaliza uma idéia contrária, dessa forma, falta esclarecer em que medida essas construções vão ao encontro da teoria de contra-expectativa ou de ‘surpresa’: “(...) a noção de ‘surpresa’, que instancia uma contra-expectativa em relação ao curso esperado da narrativa, parece ser, de fato, uma interpretação recorrente entre os autores a respeito das construções do tipo *go-and-verb*, (...)” (Rodrigues 2006, p.20).

Ao investigar a função da CFF no discurso, Rodrigues (2006) destaca que estudiosos como Bechara (1999), Stefanowitsch (1999, 2000), Hopper (2002) e Arnaiz & Camacho (1999) atribuem às construções parecidas com as CFFs algumas funções básicas, a saber: (a) aspecto (inceptivo), (b) contraste entre figura e fundo (*grounding*), (c) ação inesperada ou surpresa (contra-expectativa ou contrajunção) e (d) tomada de decisão. Entretanto, com um número de ocorrências considerável, a autora pôde constatar que algumas dessas funções não

procedem em relação às funções das CFFs no discurso. Rodrigues (2006) mostra que as CFFs não são responsáveis pelas noções semânticas de contra-expectativa e tomada de decisão, bem como pelas funções de aspecto e *grounding*, apesar de ser possível determinar alguns tipos de contextos específicos (narrativos ou argumentativos, por exemplo) em que essas construções possam ocorrer.

Como estamos tratando aqui na noção de contra-expectativa, Rodrigues (2006) postula que o contexto de contra-expectativa não se alteraria se tivéssemos ou não uma CFF, uma vez que o valor de contra-expectativa não é uma característica inerente desse tipo de construção. Para exemplificar, Rodrigues (2006, p.95) usou o seguinte exemplo:

(42) O banco é uma coisa assim que- tem muita coisa ruim, não é? <pa...>-. Sabe? Aquele paranóico que chega, sabe? Que tira tua atenção, aquele- não sei, não é? Acho que, [no]- no geral, sabe Roberto, vai muito também [da tua]- da tua natureza, sabe? Da tua, digamos assim, índole, sabe? de aceitar, ou seja, admitir, está? aquela idéia de estar trabalhando assim para um sistema fechado, está? (est.) E, sabe? Se moldar- se moldar não é bem a palavra. Sabe? Adaptar o teu trabalho para tua natureza, ou então pular fora, está? Se dar para adaptar, tudo bem, você fica; se não, você sai fora. A Sílvia, por exemplo. A Sílvia é psicóloga. Devido ao campo de trabalho, não é? Estar a maior braba mesmo, estar russíssimo assim para todo mundo, a Sílvia foi lá no Banco Nacional, <pá>, se inscreveu- (ruído de um líquido sendo despejado) - barulho gostoso, não é? -- (risos) A Sílvia se inscreveu- aí passou, <pá>, tudo bem, psicotécnico, mil coisas, não é? Passou. Mas ela é psicóloga formada, não é? Então não estava atuando, primeiro lugar, porque, sabe? Não corre atrás como deve. Porque, quando você quer, você acaba conseguindo pelo menos um estágio, não é? (est.) Ganhando pouquinho, <pá>, mas consegue. Mas **a Sílvia foi virou bancária**. A gente passou assim, o quê? Teve [um]- um convívio muito pequeno. (Exemplo retirado de Rodrigues 2006, p.95)

No exemplo (42) acima, temos que a presença da conjunção adversativa 'mas' sinalizando que alguma informação contrária que será introduzida. Tal exemplo entre outros analisados pela autora reflete sobre como o valor semântico do enunciado não é alterado pela presença das CFFs, já que, se tivéssemos "*a Sílvia virou bancária*", o mesmo contexto de contra-expectativa se manteria.

Outro elemento presente nas análises das construções *go-and-verb* de Stefanowitsch (1999, 2000) é a tomada de decisão, já que o autor defende que as construções *go-and-verb* em inglês se relacionam com um valor de tomada de decisão. Rodrigues (2006), na análise das CFFs, tomou como um de seus grupos de fatores a tomada de decisão e decidiu verificar em seus dados se esse aspecto semântico faria parte do construto teórico das CFFs. Ao defender que as CFFs não possuem nenhum valor semântico específico nem função gramatical, a autora insiste em postular que: (a) os valores de tomada de decisão, contração e *grounding* não são válidos para todos os casos de CFF; (b) a presença das CFFs apenas o tornam acentuados, uma vez que esses valores já se encontram disponíveis nos contextos em que essas construções emergem.

Como exemplo desse valor presente em alguns casos de CFF, podemos citar novamente as ocorrências (34 a e b), que integram um dos *corpora* analisados neste trabalho:

(43) E você. Qual foi sua reação nesse momento?

Eu estava mais pensativa pensando no que eu poderia fazer p tentar controlar essa situação. (a) **Ai eu peguei e pedi minha vizinha p liga p policia** (b) **ela pegou e foi ligar** enquanto isso minha mãe foi gritando o outro vizinho da esquina apareceu ai a gente, pediu ele para descer e tal para ele vi lá vê né falar com meu pai q meu pai tava querendo entrar e a gente não tava deixando meu pai entrar na casa. Pq poderia ser o ladrão poderia ta lá dentro e a gente não sabia. (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

Estes dois casos de CFF são responsáveis pela sinalização de uma tomada de decisão. Podemos notar, todavia, que o verbo 'pegar' não é o único responsável por essa sinalização, uma vez que, se o retirássemos dos enunciados, o seu entendimento não seria prejudicado. O que mudaria de fato seria o valor discursivo-pragmático do enunciado, já que, assim como Rodrigues (2006), defendemos a hipótese de que a função de V1 é enfatizar e dramatizar o evento descrito pelo verbo que ocupa a posição de V2.

Desse modo, Rodrigues (2006) deixa bem claro, em seu trabalho, que não foi possível definir significados específicos a partir dos verbos ocupantes da posição de V1. Assumindo que a CFF atua no nível pragmático, paralelamente a esta função primária, alguns contextos específicos podem estar associados a ela. São eles: a tomada de decisão, a contração e o contraste entre figura e fundo³². Assim, as CFFs não são as únicas responsáveis por esses valores, já que vimos que a retirada de V1 não acarretaria alterações semânticas na interpretação dos enunciados. Dessa forma, podemos hipotetizar que o uso de uma CFF intensifica os valores semânticos presentes nos enunciados nos quais estão inseridas.

4.1.2. Descrição semântica de V1

Nesta seção, trataremos da noção de movimento que denotam os verbos que podem ocupar a posição de V1 na CFF no dialeto mineiro, a saber 'pegar', 'ir', 'chegar' e 'virar'.

Como é de nosso conhecimento, movimentar-se é uma ação comum ao homem. De acordo com a teoria de cunho cognitivo proposta por Lakoff & Johnson (1987), afirma-se que é através dessa ação que criamos imagens conceptuais que são refletidas linguisticamente. O estudo lingüístico do 'movimento' foi investigado por pesquisadores das línguas, entre eles Lakoff & Johnson, Taylor (1989), Stefanowitsch (1999) e Talmy (2000). Como estamos tratando do fenômeno da gramaticalização, vale ressaltar que, segundo Traugott & Dasher (2005), a noção de movimento refletiria um domínio conceptual que auxilia na explicação da gramaticalização e dos processos de mudança lingüística. Já Heine (1993), ao demonstrar que

³² Como aponta Rodrigues (2006, p.92). "*Travaglia (1991:103) atesta que muitos autores correlacionam o contraste entre figura e fundo ao aspecto verbal. Por exemplo, Li, Thompson & Thompson (1982), Hopper (1982) e Rafferty (1982) defendem que o fundo se constitui de formas verbais do imperfeito e a figura, de formas do perfectivo, sendo que o perfectivo "chama a atenção para pontos importantes na história, drama ou conversação" (Rafferty 1982 apud Travaglia 1991).*"

os verbos auxiliares se originam a partir de um processo de gramaticalização, isto é, quando verbos lexicais se gramaticalizam em verbos auxiliares, encara a noção de movimento como um processo básico da experiência humana. Já para Stefanowitsch (1999 *apud* RODRIGUES, 2006), o uso dos verbos de movimento em geral e as construções do tipo *go-and-verb* apresentam regularidades semânticas translinguísticas. O autor ainda ressalta que ‘go’ e outros verbos que denotam movimento são usados em línguas que apresentam verbos seriais que tendem a impor ‘movimento’ a verbos de cunho estativo, ou ainda dar uma orientação dêitica a outros verbos que denotam movimento. Nesse sentido, Rodrigues (2006, p.17) cita alguns exemplos de Stefanowitsch (1999). Repetiremos um dos exemplos aqui:

- (44) **a. I think we should all go and see Valerie on Sunday.**
 (“Eu acho que *nós deveríamos (ir e) ver Valerie* no domingo.”)
b. I’ll go and get the rest of your stuff.
 (“Eu (irei e) **pegarei** o resto de suas coisas.”)

Os exemplos (44a) e (44b) representam, segundo Stefanowitsch (1999), um deslocamento real, chamado por ele de ‘*actual motion*’, em que o verbo ‘go’ acrescenta um aspecto de movimento ou dêixis ao sentido geral da expressão, isto é, quando esse verbo é usado ao lado de verbos que não têm um significado primário de movimento, ‘go’ compartilha sua leitura de movimento com esses verbos. No exemplo acima, ele afirma que as duas situações podem ser alternativamente descritas com verbos que já possuam um componente de movimento inerente. Daí, *go and see* (“ir e ver”) significa *visit* (“visitar”), e *go and get* (“ir e pegar”) significa a mesma coisa que *fetch* (“buscar”).

Outro trabalho que avançou no estudo da noção de movimento foi o de Sigiliano (2008). Mais especificamente, a autora fez um estudo sobre a polissemia do verbo ‘pegar’ e constatou que esse verbo pode funcionar no português do Brasil como verbo pleno, como introdutor de discurso reportado ou de verbos de ação e, ainda, como marcador de aspecto inceptivo e/ou

iterativo. Ao debruçar-se sobre seus dados e verificar todas essas funções distintas e diversas acepções do verbo 'pegar', Sigiliano (2008) afirma que a noção de movimento está presente nas construções com esse verbo, inclusive naquelas em que 'pegar' funciona como introdutor de discurso reportado ou de verbo de ação. Na verdade, o que nos interessa aqui é a análise das CFFs³³, o que Sigiliano (2008) chamou de 'pegar discursivo'. A autora, ao abordar a tese defendida por Rodrigues (2004, p.37) de que as construções com verbo 'pegar' no discurso são construções no limite da coordenação, uma vez que a estrutura sintática se aproxima da estrutura da coordenação, verificou que a relação entre os verbos V1 e V2 sinalizam um grau maior de integração semântica, havendo, portanto, uma dependência semântica entre esses verbos, os quais, como já sabemos, representam um único evento.

Ao explorar as categorias conceptuais envolvidas nessas construções, Sigiliano (2008) percebendo que o verbo 'pegar' se liga a verbos de ação ou *dicendi* nas construções com 'pegar no discurso', postula que o verbo 'pegar', associado ao discurso reportado "pegar + *dicendi*", funciona como um modo de apontar para um movimento, que é o da troca de turno ou da aproximação do referente ao que é dito, isto é, o que é movimentado: nesse caso, seria o discurso, o qual é transferido a um outro referente. Observe os exemplos (45 a e b) abaixo:

- (45) **Ana:** eu: eu num sei porque o (Pepeta) pediu pra colocá
Clara: panha água pra mim
Ana: meu cordão aí ele coloco o meu cordão no pescoço dele, entendeu?
Sonia: ahn?
Ana: aí **(a) eu peguei e falei com ele** "Agora você me devolve o meu cordão" **(b)**
Ele virô e falô assim: "Não, agora é meu ele vai ficá comigo, é meu".
(Corpus Fala Mineira)

³³ Sigiliano (2008) analisou a CFF cujo V1 é preenchido pelo verbo 'pegar', a qual ela chamou de 'pegar discursivo'.

Nos exemplos acima, temos o verbo ‘pegar’ e o verbo ‘virar’ ocupando a posição de V1 nas duas CFFs encontradas. Ambos os verbos, neste contexto, são usados para marcar que o turno de fala é movimentado, transferido a um outro falante/referente.

Além do ‘pegar + *dicendi*’, Sigiliano (2008) também analisou a construção formada por ‘pegar + verbos de ação’ que indicam a idéia de que, na narração em que o verbo ‘pegar’ ocorre, ele é selecionado como forma de marcar a noção de quebra de expectativa, de mudança situacional. Tanto nas construções ‘pegar + *dicendi*’ quanto nas construções ‘pegar + verbos de ação’, “os falantes ou referentes figuram como uma noção abstrata de contêiner e o evento representado pelo verbo é movimentado” (SIGLIANO, 2008).

Verificamos, portanto, que as teorizações propostas por Sigiliano (2009) sobre o ‘pegar discursivo’ vão ao encontro da abordagem desenvolvida neste trabalho, uma vez que consideramos que os verbos que ocupam a posição de V1 são verbos que denotam movimento, isto é, o discurso se torna movimentado de um falante para um outro falante/referente, o mesmo ocorrendo com o turno de fala. Na próxima seção, faremos uma descrição semântica dos verbos que ocupam a posição de V2 nas CFFs encontradas, já que podemos encontrar verbos *dicendi* e verbos de ação ocupando essa posição.

4.1.3. Descrição semântica de V2 “dicendi”

Nesta seção, faremos uma descrição semântica dos verbos que ocupam a posição de V2 em nossos dados e discutiremos em que medida estes verbos podem ser vistos como introdutores de opinião. Em nossos *corpora*, os verbos *dicendi* aparecem com uma frequência

considerável na posição de V2 no sintagma verbal da CFF, como podemos perceber na tabela abaixo:

Tabela 3 – Ocorrência da CFF com verbos *dicendi*

V1 + <i>Dicendi</i>			V1 + Outros Verbos			CFF
	N.º	%		N.º	%	N.º
Chegar + <i>dicendi</i>	24	70.58%	Chegar + V2	10	29.42%	34
Pegar + <i>dicendi</i>	19	22.89%	Pegar + V2	64	77.11%	83
Virar + <i>dicendi</i>	15	93.75%	Virar + V2	1	6.25%	16
Ir + <i>dicendi</i>	14	17.07%	Ir + V2	68	82.93%	82
TOTAL	72	33.49%	TOTAL	143	66.51%	215

A tabela acima nos mostra que, das 215 ocorrências de CFF, 33.49% – ou 72 ocorrências – têm seu V2 preenchido por um verbo *dicendi*. Podemos ver que, das 34 ocorrências de CFF com o V1 ‘chegar’, 70.58% das ocorrências apresentam verbos de dizer na posição de V2. Com relação ao V1 ‘pegar’, das 83 ocorrências, temos que 22.89% são preenchidas por verbos *dicendi* em V2, enquanto 77.11% por outros verbos. Já com o verbo ‘virar’, temos uma situação quase unânime, já que, das 16 ocorrências, 15 apresentam um verbo *dicendi* na posição de V2. E com o verbo ‘ir’, temos que 33.49% das 82 ocorrências apresentam verbo *dicendi* na posição de V2. De forma geral, podemos dizer que quase um terço das ocorrências de CFF apresenta um verbo *dicendi* na posição de V2. Outros verbos também ocorreram na posição de V2, a saber: reabilitar, ir, chegar, parar, conseguir, dar, abrir, segurar, pisar, vestir, levar, deixar, atirar, sair, começar, vir, virar, querer, furar, soprar, ficar, meter, bater, cortar, colocar, gastar, guardar, pular, agarrar, tirar, montar, apresentar, almoçar,

levantar, viajar, comprar, puxar, voltar, encontrar, ganhar, passar, apanhar, amarrar, trocar, parar, tomar, esconder, atalhar, fazer, brigar, sentar, estudar, seguir, pagar, arrumar, pensar, construir, dobrar, ver, rezar, pôr e alugar.

Considerando a relevância dos verbos *dicendi* na instanciação da CFF, apresentaremos brevemente um estudo desenvolvido por Marcuschi (1991) sobre a ação dos verbos introdutores de opinião. O autor mostra como os jornalistas escrevem suas matérias a partir de opiniões de políticos em uma dada entrevista e analisa a maneira como eles – os jornalistas – introduzem essas opiniões através de verbos e outras formas lingüísticas. Esses verbos têm caráter crucial no conteúdo interpretativo e ideológico das sentenças.

Quando se quer reproduzir a opinião feita por alguém, ocorre o uso de diversas estruturas sintáticas e novos elementos, em que é possível haver uma certa interferência no discurso relatado pelo autor da reprodução. Isto é, o processo de formulação de falas, depoimentos etc. não é neutro. Dessa forma, Marcuschi (1991) analisa como as opiniões são relatadas através de verbos introdutores de opinião muito usados nos noticiários políticos dos jornais diários e investiga também como se estabelece a parcialidade no início do discurso do outro, seja como interpretação, seleção (dos verbos usados) ou avaliação (de cunho interpretativo e avaliativo). Assim, o autor aborda a função do redator como um filtro (receptor e emissor) e os verbos usados nessa função. Para ele há quatro formas mais recorrentes de relatar opiniões, a saber:

a) mediante um verbo, o qual antecipa o caráter geral da opinião relatada. Esses verbos são: declarar, confirmar, elogiar, dizer, frisar, indagar, reiterar, advertir, acusar, pedir, sugerir, defender, atacar, contar, considerar, enfatizar, lembrar, acreditar, concordar, entre outros;

b) mediante uma nominalização, que seria um processo mais direto. Os nomes podem vir antes ou depois da informação. “Como exemplo, temos: “As declarações de Passarinho”, “

O dinamismo da economia brasileira não se explica...”. Nem todos os verbos sofrem nominalização, mas os mais usados são: declaração, informação, elogio, denúncia, crítica etc.;

c) mediante construções adverbiais: este discurso, por ter aparência neutra introduz um discurso literalmente ou parafraseado. O autor da opinião é o responsável por ela. Como exemplo, temos: “Na opinião de...”, “Para fulano...”, “Segundo fulano...”, “De acordo com...”, etc.;

d) mediante dois pontos ou inserção aspeada no texto: este recurso ocorre freqüentemente em manchetes ou em alguns contextos da notícia. Como exemplo, temos: “Thales: ‘Os deficientes são fortes’” (foi dado o sentido da opinião de Thales e não o que ele falou).

Há também opiniões que vêm acompanhadas de expressões introdutoras inseridas ao longo do texto da notícia. Para Marcuschi (1991), a paráfrase é o recurso mais comum na reprodução de opiniões, pois os verbos introdutores de opiniões resumem em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar. A semântica dos verbos introdutores de opinião não pode ser feita à margem dos contextos de enunciação e fora das condições de produção do discurso. Toda informação é produzida dentro de algum sistema, levando implicitamente a uma interpretação qualquer. Há três aspectos possíveis para o termo interpretação:

- a) interpretação explícita: o redator da notícia expõe um comentário acerca do assunto;
- b) interpretação implícita: o redator, ao informar a opinião de alguém, pode levá-lo a dizer algo que não disse através da seleção de verbos introdutores de opiniões. Mas não há comentário adicional;
- c) interpretação pela seleção: é um tipo especial de interpretação por interesse. O redator seleciona o que é informado, caracterizando a interpretação do discurso através da omissão. Como exemplo, temos: textos jornalísticos e textos de História.

O autor, então, ressalta que o termo “informação” (opinião informada) é sempre a apresentação de um discurso interpretado. Porém, quando a opinião formulada é abreviada numa situação de oposições (muitas posições conflituosas) num dado texto, os verbos introdutores das opiniões postam um papel especial. Uma manipulação sutil é possível quando levamos alguém a dizer algo que não disse através do uso de um verbo, revelando uma interpretação implícita.

Os verbos introdutores de opinião têm várias formas de agir sobre o discurso: podem atuar diretamente sobre o discurso relatado ou sobre a compreensão desse discurso. Marcuschi (1991), nesse sentido, levanta a questão de até que ponto é possível informar a opinião de alguém sem, ao mesmo tempo, interpretá-la de alguma forma ou em alguma direção. Defende ainda a hipótese de que a ação desses verbos hierarquiza, reforça, discrimina, classifica etc. os autores das respectivas opiniões relatadas.

No caso da CFF, que possui – como já sabemos – dois verbos em seu sintagma verbal, exprimindo uma única ação, apresentaremos algumas ocorrências com verbos *dicendi* ocupando a posição de V2:

(46) Eu, quando eu era pequena eu era artera que eu era danada, quando... lá na minha casa era casa assim... grande que fazia todas coisa em casa. Né? E o G., era pequeno também e quando fazia... fazia muito pão, essas coisa e tudo. Aí, ele num queria que ninguém mexesse nos pão dele, era tudo separado, cada um tinha uma gaveta pra guardá suas coisinha. Né ? Aí ele pegava um papel e media o tamanho do pão pa ninguém num mexê. Aí, eu, a outra irmã, era pequena tamém, nós queria era daquele pão que ele mediu. Né? **Então minha mãe pegava e falava assim:** - Então eu vô arrumá: ceis fiquem quetinhas. Ela ia lá, media o pão, tava do jeitinho que ele pois, ai cortava a medida.né ? Tirava aquele pedacinho e dava pra nós. Aí ele chegava, abria a gaveta, ia olhá, media, tava certinho... (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

(47) Aí chegou minha irmã no quarto rachando de rir, rindo, rindo, rindo tanto que foi um episódio por causa de um abajur, fizemos aquele escândalo todo. Eu mandei ela calar a boca porque os vizinhos poderiam escutar pensando que a

gente tinha feito de propósito. **Aí eu cheguei e falei com ela, né** “. Para com isso, Ana Paula. Vão dormir e tal “. No outro dia meu pai tava todo sem graça aí tipo lembrando esta história meu pai me xingou. Falou que não era pra gente ficar quieto e tal. E a ente até pensou em colocar essa história no... Retrato Falado do... [Faus]. (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

(48) E- Depois que que aconteceu?

I- O minino tava { } peguele cá mão ué Júnio bicudo? Cumé que cê dá um bicudo no cuei. Aí { } falô assim ué um bicudo é um chute **aí ele foi e falô assim** ---- “ah eu num sei mais não”(riso). (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

(49) aí um amiguinho meu lá da faculdade, cheguei na sala **ele virô e falô assim** “to sabeno suas bicha, ceis todos e seus passado” eu falei “que isso, rapaz? eu me comprometo são coisas muito sérias” ((risos)) aí **ele virô e falô assim** “é:- tá um carinha amigo meu aqui de Itaperuna num sei o que conversa vai conversa vem eu falei o seu nome” eu falei evidentemente quando fala o meu nome só tem eu no mundo (.) e te conhece num sei o que “QUEM?” (.) o Alan (.) aí eu falei, Ah, Zé Felipe, o único Alan que eu conheço o primo do Mário (.) será que é só eu, (o Mário que pendurô no armário, o Alan do armário duplex) (*Corpus Fala Mineira*)

Nos exemplos acima temos 4 ocorrências de CFFs que apresentam um verbo *dicendi* ocupando a posição de V2. Verificamos, em nossos dados, que o verbo *dicendi* predominante é o verbo ‘falar’, principalmente no maior corpus “*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*”. Podemos perceber que o falante, ao usar esse tipo de verbo na posição de V2, reproduz fielmente a fala da pessoa ou a sua própria fala, que atua, nesse caso, como o objeto de V2 do sintagma verbal da CFF, caracterizando a evidencialidade, já que tomamos ciência da fonte do dito.

Rodrigues (2006) também verificou, em seus dados, a presença de verbos de elocução ocupando a posição de V2, sendo a segunda posição na escala dos tipos de predicados mais usados. Esses números são mais significativos para os casos com os V1 ‘pegar’ e ‘chegar’ nos dados encontrados pela autora, enquanto, em nossos corpora, os números são mais

significativos para os casos com os V1 'chegar' e 'virar'. Rodrigues (2006, p.75) afirma que "segundo Hopper (2002), os hendiadys do tipo *turn around and*, (...), possuem um valor específico, qual seja, sugerem que a ação que ocorreu em resposta a uma situação ou ação não era esperada." No caso das CFFs, entretanto, a autora afirma que não é possível determinar um valor tão específico. Para corroborar tal hipótese, a autora cita dois exemplos:

(50) E a mesa era de quatro pessoas. (passarinho) Sentávamos quatro na mesa. (est) **Ele chegou disse:** (imitando) "olhe, não repare não, porque a jabá foi feita avexada."

(51) E- E (hes) na sua família aí, com quem você se dá melhor?

F- (silêncio) Ah! Com quem eu me dou melhor? Com a minha mãe!

E- Por quê?

F- Ah! Tudo que eu estou sentindo que eu quero fazer, eu falo com ela. e ela, se está - se ela acha que é para o meu bem, ela fala: "Ah! minha filha, então você faz!" Se ela acha que é uma coisa boa para mim: "Então você faz, você vai!"(inint) Tudo que eu quero, **vou falo com ela.**

O exemplo (50) faz parte de um trecho narrativo e contrasta com os enunciados que o precedem, dessa forma, temos perfectivo X imperfectivo, enquanto o exemplo (51), no presente, é usado em contexto descritivo para reportar um evento habitual.

Ainda não é possível afirmarmos concretamente quais os tipos de verbos que podem ocupar a posição de V2, mas Rodrigues (2006, p.76) conclui que as CFFs são preferencialmente usadas com verbos de processos material e verbal, sendo os outros tipos de verbos muito incipientes. Para a autora, há duas hipóteses: "*pode-se argumentar que as CFFs apresentam um certo tipo de restrição de compatibilidade que bloqueia o uso de certos tipos de verbos na posição V2 e é possível que, se continuarem sua trajetória de mudança, no futuro, as CFFs passarão a aceitar qualquer tipo de verbo nesta posição.*"

4.1.4. Análise dos dados

Nesta seção, apresentaremos a análise qualitativa dos dados encontrados. Vale reiterar que assumimos a gramaticalização como um processo de subjetificação, a partir do qual o falante assume/expressa a sua atitude em relação ao conteúdo proposicional. Tal escolha teórica vem comprovar que a emergência de novos padrões na língua está intimamente relacionada à necessidade de formas mais expressivas que visam a expressar o posicionamento dos falantes nas mais diversas situações comunicativas.

Reiteramos aqui também que, em nossa investigação, analisaremos a avaliação e a tomada de atitude em relação ao conteúdo proposicional como um todo, diferentemente de Rodrigues (2006), que assumiu a atuação de V1 em V2 apenas. Portanto, verificaremos em que medida V1 intensifica não somente o evento descrito por V2, mas todo o enunciado em que este está inserido. Veremos, nesse sentido, que a presença de mais um verbo de conteúdo não-lexical no sintagma verbal colabora para uma maior avaliação do evento representado pelo verbo pleno – V2 –, contribuindo para a avaliação geral que faz o falante acerca do conteúdo proposicional.

Desse modo, trabalhamos aqui com a seguinte perspectiva na análise da CFF em relação a V1: a) V1 delimitaria a avaliação que fazem os falantes acerca das condições de sucesso da informação veiculada pela proposição e b) V1 projetaria a noção de contra-expectativa em relação a V2 e a todo conteúdo proposicional a partir da ideia de movimento que caracteriza os verbos que ocupam essa posição, partindo do princípio de que a contra-expectativa pressupõe uma comparação entre o que é dito e o que se espera/se pressupõe ou o que se assume como norma (cf. HEINE, 1991, p. 192; MARTELOTTA, 1991, p. 102). Já em relação a V2, procuraremos determinar sua função semântico-pragmática, especialmente quando se trata de verbos *dicendi*, que apresentaram uma frequência significativa nos *corpora*

analisados. Em relação a V1, buscaremos demonstrar em que medida os verbos que ocupam esta posição são responsáveis por marcar a tomada de atitude dos falantes diante da avaliação que fazem em relação ao conteúdo proposicional. Como defendemos neste trabalho, a CFF constitui, portanto, um processo de gramaticalização na língua, uma vez que se pauta na emergência de um novo padrão construcional, que, nesse sentido, toma por base a expansão pragmática e o *cline* [- subjetivo] > [+ subjetivo].

Em nossa análise qualitativa, realizaremos a avaliação de dados que recobrem tanto a CFF do Tipo 1 [+ conj] e a CFF do Tipo 2 [- conj]. Vale ressaltar que analisaremos ocorrências que recobrem todos os verbos que podem ocorrer na posição de V1 – ‘pegar’, ‘chegar’, ‘virar’ e ‘ir’. A fim de corroborar a hipótese defendida neste trabalho, analisaremos sistematicamente, com base em todos os critérios arrolados acima, 8 das ocorrências de CFF apuradas nos *corpora* analisados.

(52) E sua irmã estava ainda debaixo da cama?

Ainda debaixo da cama. Só deu p vê o rosto dela ela olhando assim, sabe? P saber o que tava acontecendo né p saber o que solucionaria. Isso heim vamu digando em um minuto tipo assim foi muito rápido o que aconteceu. **Ai eu peguei e abri a porta da sala** passei a mão onde fica a chave assim da copa e voltei correndo e tranquei a porta da sala. (*Corpus* Mineirês – a construção de um dialeto)

(52') E sua irmã estava ainda debaixo da cama?

Ainda debaixo da cama. Só deu p vê o rosto dela ela olhando assim, sabe? P saber o que tava acontecendo né p saber o que solucionaria. Isso heim vamu digando em um minuto tipo assim foi muito rápido o que aconteceu. **Ai eu abri a porta da sala** passei a mão onde fica a chave assim da copa e voltei correndo e tranquei a porta da sala. (*Corpus* Mineirês – a construção de um dialeto)

Na ocorrência (52), temos a CFF “**peguei e abri**”, que é formada pelos verbos ‘pegar’ na posição de V1 e ‘abrir’ na posição de V2, separados pela conjunção ‘e’. Numa primeira leitura, podemos perceber que o verbo ‘pegar’ intensifica o evento representado pelo verbo que ocupa

a posição de V2, no caso o ato de abrir a porta da sala. Outra análise se dá na medida em que temos uma avaliação positiva da atitude do falante de ‘abrir a porta’ naquela situação tensa em que encontrava, uma vez que o falante teria avaliado que abrir a porta seria uma ação coerente naquele momento. Podemos perceber esse recurso se retirarmos V1 e deixarmos apenas V2 na construção, como mostra a paráfrase (52’).

Ressaltamos que o valor semântico do enunciado acima, neste caso, se manteria, ou seja, a expectativa da sequência dos fatos é a mesma com a retirada de V1, já que o marcador ‘ai’ também nos ajuda a sinalizar essa característica. O que muda, de fato, é o valor pragmático. Aqui, com o desenrolar dos fatos, o falante abre a porta, pega a chave e tranca a porta da sala para solucionar um problema. E é dessa sequência de eventos que podemos depreender uma avaliação de sua ação bem sucedida. Dentro desse contexto ‘assustador’, podemos perceber que a marca de contra-expectativa não ocorre, já que, com a retirada de V1, o curso da narrativa não se altera, devido ao seqüenciador ‘ai’.

(53) Eu estava no dentista (que era o Z.R.) e ela estava tratando tamém. E a gente encontrou lá (e o meu marido tinha falado comigo em casamento) e **eu cheguei e falei**:
- Z., eu vou me casar.
E ela chorô, chorô muito e disse:
-E eu vou pro convento. (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

(53’) Eu estava no dentista (que era o Z.R.) e ela estava tratando tamém. E a gente encontrou lá (e o meu marido tinha falado comigo em casamento) e **eu falei**:
- Z., eu vou me casar.
E ela chorô, chorô muito e disse:
-E eu vou pro convento.

Na ocorrência (53), temos a CFF “**cheguei e falei**”, cujo sujeito é o SN pronome ‘eu’. Neste caso, o sintagma verbal é formado pelo verbo ‘chegar’ na posição de V1 e pelo verbo *dicendi* ‘dizer’ na posição de V2. Pelo uso do verbo ‘chegar’, podemos perceber que o falante

faz uma avaliação positiva acerca de sua ação bem sucedida, representada pelo verbo 'falar', isto é, como foi dito anteriormente, o falante avalia as condições de sucesso da ação veiculada por V2, sendo que V1 marca sua tomada de atitude, projetando um efeito de dramatização não somente em relação a V2, mas em toda a construção.

Na paráfrase (53'), podemos perceber, com a retirada de V1, que a intensidade pragmática estabelecida por esse verbo é diminuída, pois V1 porta uma carga semântico-pragmática relevante para o contexto da CFF. Neste caso, podemos falar em evidencialidade, já que temos a presença de um verbo de elocução na posição de V2 cujo objeto é uma reprodução fiel da fala de que a diz, isto é, sabemos a fonte do dito, que, no caso, é a própria falante. Neste caso, não podemos verificar a noção de contra-expectativa, uma vez que o falante não visa a alterar o sentido da narrativa, e sim, como dito antes, atuar pragmaticamente em V2.

(54) E os preparativos assim do seu casamento do dia do casamento como que foi?
Terrível (risos) eu::...trabalhando nessa empresa aqui a gente trabalha + { } trabalha seis
mês de contra::to aí fundando seu contrato eles vai te di didir se você vai ser efetivado
ou não.Não depende totalmente do seu trabalho mesmo que ele seja bem feito Têm que
::...haver vaga. Quanto eu tava no contrato tava acabando lá não tava tendo vaga. Aí eu
tive que aguardar + um mês em casa e nesse um mês em casa que faltava pra mim
aguardar + tava + tava marcado meu casamento pra um mês depois...e foi chegando a {
} do casamento. Graças á Deus minhas coisas estava tudo arruma::da. Móvel pronto
apartamento pronto e tudo mas + emprego que é primordial não tinha né? Eu sempre
tive vontade de casar de quando eu casasse eu viajar. Tinha o dinheiro para viajar mas
não podia gastar por + ta desempregado. Se eu arrumasse emprego como é que eu
viajava? Aí quando foi chegando um dia antes de'u casar no civil eles me ligaram me
chamou pra trabalhar ai eu tive que casar correndo no civil enquanto o pessoal ficava no
churrasco eu tive que + correr e fazer o treinamento. Mas graças a Deus Deus abençoou
ainda que + me deram uma semana lá. **Eu fui e viajei** deu tudo certinho graças a Deus.
(Corpus Mineirês – a construção de um dialeto)

(54') E os preparativos assim do seu casamento do dia do casamento como que foi?
Terrível (risos) eu::...trabalhando nessa empresa aqui a gente trabalha + { } trabalha seis
mês de contra::to aí fundando seu contrato eles vai te di didir se você vai ser efetivado

ou não. Não depende totalmente do seu trabalho mesmo que ele seja bem feito. Tem que... haver vaga. Quanto eu tava no contrato tava acabando lá não tava tendo vaga. Aí eu tive que aguardar + um mês em casa e nesse um mês em casa que faltava pra mim aguardar + tava + tava marcado meu casamento pra um mês depois... e foi chegando a { } do casamento. Graças á Deus minhas coisas estava tudo arruma::da. Móvel pronto apartamento pronto e tudo mas + emprego que é primordial não tinha né? Eu sempre tive vontade de casar de quando eu casasse eu viajar. Tinha o dinheiro para viajar mas não podia gastar por + ta desempregado. Se eu arrumasse emprego como é que eu viajava? Aí quando foi chegando um dia antes de'u casar no civil eles me ligaram me chamou pra trabalhar ai eu tive que casar correndo no civil enquanto o pessoal ficava no churrasco eu tive que + correr e fazer o treinamento. Mas graças a Deus Deus abençoou ainda que + me deram uma semana lá. **Eu viajei** deu tudo certinho graças a Deus.

Na ocorrência (54), a CFF “**fui e viajei**” tem como sujeito o SN pronome “eu”, o verbo ‘ir’ na posição de V1 e o verbo ‘viajar’ na posição de V2. Pelo contexto em que esta CFF se encontra, podemos perceber que o verbo ‘ir’, integrante do sintagma verbal, marca a tomada de atitude do falante na medida em que sua intenção é mostrar a sua avaliação positiva acerca das condições de sucesso da ação ‘viajar’, isto é, apesar de estar no emprego novo, ele conseguiu viajar. Temos aí, apesar de uma situação não muito propícia devido ao seu novo emprego, uma alteração no curso esperado da narrativa, caracterizando, portanto, a noção de contra-expectativa.

Se retirarmos o verbo ‘ir’ da construção, teremos, portanto, a paráfrase (54’), em que podemos notar claramente uma mudança da carga semântico-pragmática da proposição com a retirada de V1, uma vez que passa a ser expressa somente a ação de viajar, sem que haja qualquer avaliação e/ou posicionamento por parte do falante. Com isso, podemos afirmar que o verbo ‘ir’, que ocupa a posição de V1, atribui avaliação não somente a V2, mas também à proposição como um todo.

(55) **Sonia**: Eu tava com a ordem ali

Ana: AH MAS Sonia, você primeiro devia ter ido sozinha de novo com a Lív

Sonia: **a Lívía FOI e aviSOU** “tem que fazê o listão, senão eu vô vim com a polícia”

Ana: hum

Sonia: ele falô “POde VIR com a polícia, POde me prendê e mandá pra Bangu”

Ana: AH: entendi

Sonia: na minha casa com a polícia você não entra

Ana: entendi (.) aí você foi com a polícia

Sonia: aí nós fomos com a polícia. (*Corpus Fala Mineira*)

(55') **Sonia:** Eu tava com a ordem ali

Ana: AH MAS Sonia, você primeiro devia ter ido sozinha de novo com a Lív

Sonia: a Lív **aviSOU** “tem que fazê o listão, senão eu vô vim com a polícia”

Ana: hum

Sonia: ele falô “POde VIR com a polícia, POde me prendê e mandá pra Bangu”

Ana: AH: entendi

Sonia: na minha casa com a polícia você não entra

Ana: entendi (.) aí você foi com a polícia

Sonia: aí nós fomos com a polícia.

Na ocorrência acima, temos a CFF “**FOI e aviSOU**”, cujo sujeito é representado sintaticamente pelo SN ‘a Lív

’ e o sintagma verbal é formado pelos verbos ‘ir’ e ‘avisar’, que, respectivamente, ocupam a posição de V1 e V2. Como complemento do verbo de elocução ‘avisar’, temos o enunciado que está em forma de discurso direto “tem que fazê o listão, senão eu vô vim com a polícia”. A evidencialidade está marcada, já que Sônia repete fielmente a fala de Lív

’, revelando, portanto, a fonte do dito, não se comprometendo com o que ela diz.

Retirando o V1 da CFF, teremos “**a Lív** **aviSOU**”, como mostra o exemplo (54’). Fazendo uma paráfrase da CFF em análise, podemos perceber que há uma mudança semântico-pragmática devido à retirada de V1, cuja função é, além de dar ênfase/dramatizar o evento representado por V2, também marcar a avaliação do falante acerca do conteúdo proposicional. Neste caso, pelo uso do verbo ‘ir’, temos que Sonia avalia como positiva a tomada de atitude de Lív

’ em dar o aviso, corroborando, portanto, a mudança semântico-pragmática instituída a partir da CFF. Com relação à contra-expectativa, tal característica não

se verifica, já que V1, neste caso, não muda o sentido do curso da narrativa, mas sim dá ênfase a V2.

(56) **Ana:** eu: eu num sei porque o (Pepeta) pediu pra colocá
Clara: panha água pra mim
Ana: meu cordão aí ele coloco o meu cordão no pescoço dele, entendeu?
Sonia: ahn?
Ana: aí eu peguei e falei com ele “Agora você me devolve o meu cordão” (.) Ele virô e falô assim: “Não, agora é meu ele vai ficá comigo, é meu” (*Corpus: Fala Mineira*)

(56') **Ana:** eu: eu num sei porque o (Pepeta) pediu pra colocá
Clara: panha água pra mim
Ana: meu cordão aí ele coloco o meu cordão no pescoço dele, entendeu?
Sonia: ahn?
Ana: aí eu falei com ele “Agora você me devolve o meu cordão” (.) Ele falô assim: “Não, agora é meu ele vai ficá comigo, é meu”

O enunciado acima apresenta duas CFFs: a primeira “**peguei e falei**” e a segunda “**virou e falou**”. Em “**peguei e falei**”, temos o SN pronome “eu” como sujeito, o verbo ‘pegar’ ocupando a posição de V1 e o verbo *dicendi* ‘falar’ ocupando a posição de V2. Já na CFF “**virou e falou**”, temos o SN pronome ‘ele’ como sujeito, o verbo ‘virar’ na posição de V1 e o verbo ‘falar’ na posição de V2.

Neste contexto, o verbo ‘pegar’, usado por Ana, marca sua avaliação positiva acerca de sua tomada de atitude, representada, neste caso, pelo ato de falar com Pepeta. Podemos perceber essa ênfase em toda a proposição: se retirarmos o verbo ‘pegar’, como mostra a paráfrase (56’), ocorre uma mudança semântico-pragmática na proposição na medida em que o verbo ‘pegar’ enfatiza, intensifica tudo o que vem depois dele. Ana, ao fazer uso desse verbo V1 em sua fala, mostra sua tomada atitude em relação à situação, avaliando-a como bem-sucedida e, ao mesmo tempo, dando ênfase ao discurso direto de sua própria autoria. Tal

mudança é percebida, como já dissemos, em (56'), em que temos a retirada de V1, o que acarreta uma mudança na força semântico-pragmática, que se torna menor.

Já em relação ao verbo 'virar', Ana o usaria para avaliar a reação de Pepeta em relação à sua fala, indicando que ele queria o cordão que lhe pertence de volta. E, nesse contexto, Ana avalia essa tomada de atitude de Pepeta através do V1 'virar'. Podemos perceber tal fato se retirarmos este verbo da proposição, como mostra novamente a paráfrase (56'), cuja carga semântico-pragmática se torna menos intensa, sem uma marcação tal evidente da atitude/do posicionamento do falante. Tal mudança se dá pelo fato de V1 ser responsável pela intensificação não somente de V2, mas de toda a proposição, isto é, V1 não somente dá ênfase ao evento expresso pelo verbo na posição de V2, mas também ao discurso direto que se segue. Com a sua retirada, temos que a carga semântico-pragmática da construção é diminuída. O verbo 'virar' na posição de V1, além de sinalizar uma possível mudança de turno, também apresenta uma idéia de contra-expectativa, na medida em que há uma ruptura em relação ao que é esperado como resposta de Pepeta, a saber: o fato de o interlocutor ter devolvido o colar à Ana, fato esse que não ocorre, já que ele se recusa a devolvê-lo a ela.

(57) Tem um fato interessante que agora eu to lembrano... quando ele veio do exército. Né? Aí eles dão farda, tudo aquilo que eles dão lá no exército, deru pos moço trazê. Né? E uma noite, eu... num sei o quê que me deu na minha cabeça...como eu era muito levada. Né? **Peguei vesti a farda dele,** puis os coiso, arrumei tudo, fiquei um sordado alinhado. Né? Quando eu fui desceno, que eu ia pra casa da minha prima eu encontrei com um sordado. Aí quando eu vi, ele bateu continência assim pra mim. Eu num sabia se eu fazia, se eu corria. Né? Ai foi a coisa mais gozada! Aí eu fiz assim com a mão e descí correno e entrei na casa da minha prima. (Corpus Mineirês – a construção de um dialeto)

(57') Tem um fato interessante que agora eu to lembrano... quando ele veio do exército. Né? Aí eles dão farda, tudo aquilo que eles dão lá no exército, deru pos moço trazê. Né? E uma noite, eu... num sei o quê que me deu na minha cabeça...como eu era muito levada. Né? **Vesti a farda dele,** puis os coiso, arrumei tudo, fiquei um sordado alinhado.

Né? Quando eu fui desceno, que eu ia pra casa da minha prima eu encontrei com um sordado. Aí quando eu vi, ele bateu continência assim pra mim. Eu num sabia se eu fazia, se eu corria. Né? Ai foi a coisa mais gozada! Aí eu fiz assim com a mão e desci correno e entrei na casa da minha prima.

Na ocorrência (57), temos a CFF do tipo 2 “**Peguei vesti**”, cujo sujeito é desinencial e remete à primeira pessoa do discurso ‘eu’. A escolha por uma CFF se dá pelo fato de o falante querer marcar a sua tomada de decisão de pegar a farda que não lhe pertencia e avaliar o seu ato de coragem positivamente. O papel de V1 como marcador de atitude do falante na CFF se torna claro se o retirarmos da construção, como fizemos na paráfrase (57’). Podemos perceber claramente a mudança semântico-pragmática acarretada pela sua exclusão na proposição, na medida em que não há dramatização presente em (57), e sim apenas a indicação de que o falante pegou o material ao qual ele se referiu antes. Com relação à noção de contra-expectativa, podemos perceber que ela não se aplica nesta ocorrência, uma vez que o curso da narrativa não tem seu sentido modificado, já que o locutor se descreveu como uma pessoa ‘levada’, capaz de fazer travessuras. Neste caso, diante do interlocutor, os fatos que vieram a seguir são esperados, no caso, ‘vestir a farda’ sem a permissão do dono.

(58) - Nós tava lá iscondeno o material dos minino tudo **eu fui peguei o material do minino**, do Leo lá e iscundi só ficava caçano lá, . mandava eu intregá e eu falava que num sabia. (*Corpus Mineirês – a construção de um dialeto*)

(58’) - Nós tava lá iscondeno o material dos minino tudo **eu peguei o material do minino**, do Leo lá e iscundi só ficava caçano lá, . mandava eu intregá e eu falava que num sabia.

Na ocorrência (58), temos a CFF “**fui peguei**”, em que o verbo ‘ir’ ocupa a posição de V1 e ‘pegar’ a posição de V2. O falante, ao usar a CFF, expressaria a sua atitude ao narrar seu ato de travessura na escola. Neste caso, temos o verbo ‘ir’, que marcaria, como tomada de atitude, a ação de tomar posse do material de Léo e escondê-lo, caracterizando o ato de coragem do falante juntamente com seus colegas de classe. Também pelo uso desse verbo na posição de V1, o falante expressaria uma avaliação positiva de seu ato – de pegar e esconder o material de Léo – como sendo bem sucedido. Parafrazeando essa CFF em (58’), temos também uma mudança semântico-pragmática acarretada pela retirada de V1, que tem a função de intensificar, enfatizar não somente o evento descrito por V2, mas também toda a proposição, como já explicado nos exemplos anteriores. Com relação à noção de contra-expectativa, podemos perceber que ela não se aplica, pois não há mudança de sentido no curso da narrativa, uma vez que o locutor afirmou, antes da CFF, que ele estava escondendo os objetos de seus colegas e que ele também escondeu o material de seu colega Léo. Dessa forma, o verbo ‘ir’ sinaliza a avaliação de sua tomada de atitude e também não perde a sua função de dar ênfase a toda a proposição.

(59) **Gilda:** [a Olinda é:: é irmã da Rosa

Clara: e o:: e o o Antonio Silva tava lá em casa quando eles chegaram lá e falô/falardo...mas nunca vi o Antônio chorá tanto...tanto

Vô: mas...e cê sabe porque que:: me impressionô muito ali? Porque antes e não muito antes um mês mais ou menos morreu o Zé Jota...e no enterro do Zé Jota tava EU

Sydney o Hébi **o Geraldo Guidal chegô falô assim**... “bobage do Zé Jota né?Apressadozin né? Cês num deve tê pressa de morrê não”...um mês mais ou menos antes...o Geraldo Guidal passa mal lá e pum morreu. (*Corpus Fala Mineira*)

(59’) **Gilda:** [a Olinda é:: é irmã da Rosa

Clara: e o:: e o o Antonio Silva tava lá em casa quando eles chegaram lá e falô/falardo...mas nunca vi o Antônio chorá tanto...tanto

Vô: mas...e cê sabe porque que:: me impressionô muito ali? Porque antes e não muito antes um mês mais ou menos morreu o Zé Jota...e no enterro do Zé Jota tava EU

Sydney o Hébi o Geraldo Guidal falô assim... “bobage do Zé Jota né? Apressadozin né? Cês num deve tê pressa de morrê não”...um mês mais ou menos antes...o Geraldo Guidal passa mal lá e pum morreu. (*Corpus Fala Mineira*)

Na ocorrência (59), temos a presença da CFF “**chegô falô**”, cujo sujeito é preenchido pelo SN pleno ‘o Geraldo Guidal’ e o sintagma verbal é formado pelos verbos ‘chegar’ na posição de V1 e ‘falar’ na posição de V2. O avô de Clara, ao usar o verbo ‘chegar’ na posição de V1, avalia positivamente a tomada de atitude de Geraldo Guidal quando fala sobre o Zé Jota, que havia falecido. A escolha por esse verbo se deveria ao fato de o falante querer marcar a importância dessa estrutura informacional presente na CFF, já que, após mais ou menos um mês do falecimento de Zé Jota, Geraldo Guidal também faleceu. Essa avaliação não se dá na paráfrase (59’), já que apenas a ação de se falar alguma coisa é expressa, sem que haja uma avaliação pontual do falante sobre este ato. Neste caso, também temos a evidencialidade presente, já que há um verbo de elocução na posição de V2 cujo complemento é a fala de Geraldo, a fonte do dito, citada fielmente pelo avô de Clara. Neste exemplo, a CFF sinaliza a noção de contra-expectativa, pois a curso da narrativa tomou um rumo inesperado com a morte de Geraldo Guidal.

4.1.5 Conclusões

Na análise qualitativa acerca da CFF, a realização de paráfrases das ocorrências permitiu atestar que ocorre uma mudança semântico-pragmática. Desse modo, este capítulo demonstrou que a CFF configura-se com um novo padrão construcional na língua, que é decorrente de um processo de gramaticalização estabelecido a partir do *cline* [- subjetivo] > [+ subjetivo], em que os falantes coadunam dois verbos a fim de avaliar e marcar seu

posicionamento/sua atitude diante do conteúdo proposicional. Nesse caso, percebemos, portanto, que é instanciado, na língua, um novo padrão construcional que leva em conta o posicionamento do falante acerca do conteúdo proposicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui as conclusões mais importantes acerca da análise da CFF e apontamos, paralelamente, tópicos para pesquisas futuras.

A presente investigação teve como objetivo central contribuir para uma descrição mais pontual e abrangente da CFF, cuja análise sistemática foi iniciada por Rodrigues (2006, 2009).

Conforme apontado já na Introdução deste trabalho, Rodrigues (2006) não consegue encontrar subsídios para afirmar que a CFF constitui um caso de gramaticalização. Ao basear-se na noção clássica de gramaticalização – e, mais especificamente, no *cline* unidirecional [item lexical] > [item gramatical] –, a autora postula que os verbos que ocupam a posição de V1 no sintagma verbal da CFF passam por um processo de desbotamento semântico, já que perdem suas propriedades primárias quando encontrados neste contexto, deixando de atuar como verbos plenos.

Diante das lacunas encontradas nos trabalhos de Rodrigues (2006, 2009), levantamos uma hipótese, a qual repetimos para facilitar a nossa discussão: a CFF representaria um caso de gramaticalização de uma construção, em que V1 atuaria com escopo de subjetificação em relação a V2 e a todo conteúdo proposicional, apresentando caráter avaliativo, ou seja, a gramaticalização não se restringiria somente a V1, tal como postula Rodrigues (2006).

Buscamos comprovar – através da análise qualitativa dos dados, que a CFF configura-se como a gramaticalização de uma construção, já que postulamos que V1 não somente enfatiza/dramatiza os eventos descritos em V2, mas também atua como escopo de subjetificação em relação a V2 e a todo conteúdo proposicional. Dessa forma, percebemos o seu grande caráter avaliativo, já que o falante, ao fazer uso da CFF, marcaria sua avaliação acerca da proposição, expressaria a evidencialidade quando V2 é ocupado por um verbo de

elocução e pode expressar ou não contra-expectativa, na medida em que decide sinalizar um 'rumo' contrário da narrativa em relação ao que é esperado pelo seu ouvinte. E, nesse caso, concluímos que a gramaticalização não se restringe apenas aos verbos que ocupam a posição de V1 'pegar', 'chegar', 'virar' e 'ir', mas sim a toda construção. E, sob esta perspectiva, assumimos, neste trabalho, que novas construções poderiam ser instanciadas na língua a partir do *cline* [- subjetivo] > [+ subjetivo]. Defendemos, portanto, que a CFF é uma evidência empírica de que a emergência de novos padrões na língua se dá devido à necessidade de formas mais expressivas que visam a expressar o posicionamento dos falantes nas mais diversas situações comunicativas. E, como acreditamos, essa visão emergentista de gramática contribui para que possamos conceber a mudança linguística como um processo dinâmico, que se pauta na emergência de novos padrões construcionais que visem a expressar as crenças e os pontos de vista dos falantes.

Vale ainda ressaltar aqui que, por se tratar de um assunto altamente complexo, não pretendemos encarar esta pesquisa como definitiva, pois há muito ainda a ser investigado acerca da CFF. Sugerimos, portanto, como tópico de pesquisa futura, uma investigação sistemática dos caminhos percorridos – e ainda os que serão realizados – pela CFF na modalidade falada, uma vez que os tipos de verbos que podem ocupar a posição de V1 e V2 não podem ainda ser pré-estabelecidos de forma definitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇADO, J. *A unidirecionalidade e o caráter gradual do processo de mudança lingüística por gramaticalização*. In: SCRIPTA, Belo Horizonte, v.9, n.18, 2006.

AIKHENVALD, Alexandra Y. The Arawak language family. In DIXON, R. M. W. & AIKHENVALD, A. Y. (eds.), *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ALCÂNTARA, Rebeca Cerqueira Andrade de. *Transitividade e gramaticalização do verbo pegar em dados de língua falada*. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2009.

ALVES, Rosangela Jovino. Modalidade Epistêmica e Evidencialidade em discursos da ministra Dilma Rousseff. In: *Revista Illuminart*. Vol. 1. Número 1, 2009.

BRUGMAN, Claudia M. *The syntax and semantics of "have" and its complements*. Ph.D, dissertation. Berkeley: University of California, 1988.

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: BRIAN, Joseph & JANDA, Richard D. *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, Maria Bernadete M. & RODRIGUES, Angela C. S. (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Vol. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Proposta Funcionalista de Mudança Lingüística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas*. Relatório de Pós-Doutoramento apresentado ao CNPq, 2003.

_____. Mudança linguística multissistêmica. In: TRAVAGLIA, C. & MAGALHÃES, J. S. (orgs.) *Múltiplas perspectivas em Lingüística*. Coletânea de trabalhos apresentados no XI Simpósio Nacional de Letras e Lingüística e I Simpósio Internacional de Letras e Lingüística Uberlândia: EDUFU, 2008.

CROFT, William. Radical Construction Grammar. *Syntactic Theory in Typological Perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

CROWLEY, T. *An introduction to historical linguistics: Port Moresby and Suva*. University of Papua New Guinea Press, and Institute of Pacific Studies, University of the South Pacific, 1987.

DE HAAN, F. *The Relation between Modality and Evidentiality*, 2000.

_____. *Evidentiality and Epistemic Modality: Setting Boundaries*. Arizona University, 2006.

- DURIE, Mark. Grammatical structures in verb serialization." In: ALSINA, Alex et al. *Complex Predicates*. Stanford: Stanford University, 1997.
- FILLMORE, Charles. J. Syntactic Intrusions and the Notion of Grammatical Constructions. In: *Berkley Linguistic Society*, 11, 1985.
- FILLMORE, Charles, KAY, Paul & O'CONNOR, Catherine. Regularity and Idiomaticity in grammatical constructions: the case of Let Alone. In: *Language* 64: 501-538,1988.
- FINEGAN, E. Subjectivity and subjectification: an introduction. In: STEIN, D. & WRIGHT, S. (eds.) *Subjectivity and subjectification*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FOLEY, William e VAN VALIN, Robert. D. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University. 1984.
- FOLEY, William & OLSON, Mike. Clausehood and verb serialization. In: NICHOLS, Johanna & WOODBURY, Anthony C. (eds). *Grammar inside and outside the clause: some approaches to theory from the field*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- FOLEY, William. *The Papuan languages of New Guinea*. Cambridge, UK: Cambridge University Press,1991.
- GIVÓN, T. Serial verbs and the mental reality of "event": grammatical vs. cognitive packaging. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdã: Benjamins, 1991.
- GIVÓN, Talmy. Tense, aspect and modality I.: functional organization. In.: *Syntax – na introduction*. V. 1. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins, 2001, p. 285 – 335.
- GOFFMAN, Erving. A Elaboração da Face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In.: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- GONÇALVES, S. C. L. et al. (org.) *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.
- GUY, G. R. & ZILLES, A. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HAIMAN, J. Ritualization and the development of language. In: *Perspectives on grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1994.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press,1991.
- HEINE, C. Auxiliares - Cognitive force and grammaticalization. Oxford University Press, 1993.
- SIGILIANO, N. O telefone tocô eu peguei e:: quem tá falano - A polissemia do verbo pegar. 2008. 133 fls. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

HOPPER, Paul. Some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C. et al. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

HOPPER, P & TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KAY, Paul & FILLMORE, Charles J. Grammatical Constructions and Linguistics Generalizations: The *What's X doing Y?* construction. In: *Language*, Volume 75, Number 1, 1999.

ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. São Paulo/SP: Contexto, 1997.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form: a theory of topic, focus and the mental representation of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LANE, Jonathan. *Kalam serial verb constructions*. Dissertação de mestrado., University of Auckland, 1991.

LEHMANN, Christian. Towards a Typology of Clause Linkage. In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra (eds) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988.

_____. *Thoughts on Grammaticalization*. München, Newcastle: Lincon Europa, 1995.

_____. *A auxiliarização de ficar: linhas gerais*. In: PINTO DE LIMA, José & SIEBERG, Bernd (eds.) *Questions of language change*. Lisboa: Colibri, 2008.

LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade In: LOBATO *et al.* *Análises Lingüísticas*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1975.

LONGO, Beatriz de O. & CAMPOS, Odette de S. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, Maria Bernadete M. & RODRIGUES, Angela C. S. (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Vol. VIII: Novos estudos descritivos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.

LUCENA, Izabel Larissa. A expressão da evidencialidade: uma análise do discurso político. *Estudos Lingüísticos*, v.37, n.1, p.93-102, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação, SP, ano XIV, n.64, Janeiro/Julho de 1991.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. *Veredas: revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, vol. 2, nº 3 - p. 37 a 56. 2009

- MARTINS, Silvana Andrade. *Fonologia e Gramática Dâw*. Tese de doutorado. Vrije Universiteit Amsterdam, 2004.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NARO, A. J. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- PAWLEY, Andrew & LANE, Jonathan. From event sequence to grammar: serial verb constructions in Kalam. In: SIEWIERSKA, A. and SONG, J. J. (eds.) *Case, Typology and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998.
- PRETI, D. Sociolinguística: os níveis de Fala. 9 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RESENDE, Terezinha Cristina Campos de. *Dinâmica do contato dialetal: estudo sociolinguístico em Conceição de Ibitipoca – MG*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- RODRIGUES, A. “Eu peguei e saí”: uma construção nos limites da coordenação. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p. 29-40, jan./dez.2004.
- RODRIGUES, Angélica. “*Eu fui e fiz esta tese*”: as construções do tipo ‘foi fez’ no português do Brasil. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2006.
- RODRIGUES, Angélica. *Ir e pegar nas construções do tipo foi fez: gramática e construções e contexto de gramaticalização*. In: CASTILHO, A.T. (org.) *História do Português Paulista*. Vol. 1. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009.
- ROSCH, Eleanor. Natural Categories. In: *Cognitive Psychology*, 4:328-350,1973.
- TARALLO, Fernando & ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Subjectification in grammaticalization. In: DIETER, Stein & WRIGHT, Susan (eds.) *Subjectivity and Subjectivization: Linguistics Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- _____. *Constructions in grammaticalization*. In: BRIAN, Joseph & JANDA, Richard D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

_____. Grammaticalization and Construction Grammar. In: CASTILHO, A.T. (org.) *História do Português Paulista*. Vol. 1. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009.

_____. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: CUYCKENS, Hubert et al. (eds). *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. (Topics in English Linguistics). Berlin and New York: Mouton de Gruyter, forthcoming.

VITRAL, Lorenzo Teixeira. O Papel da Freqüência na Identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 10, n. 18, 2006.

WITTGEINSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. New York: Macmillan, 1953.

MYERS, Greg. Modality an Evaluation. Disponível em <<http://bowland-files.lancs.ac.uk/staff/greg/da/DAModalityEvaluation.htm>> Acesso em 21 de agosto de 2010.

WHITE, P. *An introductory tour through appraisal theory*. 2001. Disponível em: <[http://www.gramatics.com/appraisal/Appraisal Guide](http://www.gramatics.com/appraisal/Appraisal%20Guide)>. Acesso em 21 de agosto de 2010.

VIEIRA, Amitza Torres. A dimensão avaliativa da argumentação na fala opinativa de profissionais de uma empresa em processo de mudança. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2007. 148 fl. Mímeo. Tese de Doutorado em Letras/Estudos da Linguagem.

VIAN JR., Orlando. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em língua portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. *D.E.L.T.A.*, 25:1, 2009 (99-129)

TRAUGOTT, Elizabeth Closs & DASHER, Richard B. The development of modal verbs. In.: *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge U.P., 2005, p. 105-151.